

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM FILOSOFIA**

MARCOS ROBERTO HUK

OS JOGOS DE LINGUAGEM E A CRÍTICA AO REPRESENTACIONISMO

**CURITIBA
2009**

MARCOS ROBERTO HUK

OS JOGOS DE LINGUAGEM E A CRÍTICA AO REPRESENTACIONISMO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Filosofia no Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Inês Lacerda Araújo

**CURITIBA
2009**

MARCOS ROBERTO HUK

OS JOGOS DE LINGUAGEM E A CRÍTICA AO REPRESENTACIONISMO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Filosofia no Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

**Aprovada em
Curitiba, 17 de agosto de 2009.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. _____
Horacio L. Martínez
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. _____
Kleber B. Candioto
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof^a Dr^a _____
Inês Lacerda Araújo
Orientadora
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Professora Doutora Inês Lacerda Araújo, que muito me auxiliou em todas as etapas desta pesquisa.

Aos “formandos OSM – Província do Brasil” dos anos de 2007, 2008 e 2009, pela compreensão de minha ausência em muitos momentos; estes, em especial: Davi, Ezequiel, Moisés, Josemir, Douglas C. (o primogênito), Tiago P., colaboraram, de modo direto ou indireto, na possibilidade deste estudo.

Ao Professor Doutor Kleber B. B. Candiotto, pelas sugestões que aprimoraram esta pesquisa. E também ao Professor Doutor Horácio L. Martínez, que se dispôs a analisar este trabalho de pesquisa.

A meus familiares, pelo apoio e carinho.

“Os mesmos pontos, ou quase os mesmos, foram tocados sempre de novo a partir de direções diferentes, e foram projetadas sempre novas imagens”

WITTGENSTEIN (2005a, p. 11)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever como, pela noção de jogos de linguagem de Wittgenstein, se pode criticar o representacionismo, isto é, a tese de que a representação é o núcleo do pensamento e essencial para a proposição. Dá-se ênfase às **Investigações Filosóficas** para questionar a tese de que a mente representa o mundo e de que sem ela não há conhecimento. Wittgenstein concebe a linguagem como comportamento guiado por regras e, por isso, a proposição não é o núcleo da linguagem nem se reduz à figuração de estado de coisas, tampouco fixa o que há de comum entre a figuração e o afigurado. O uso de jogos de linguagem mostra que o fascínio da representação como algo mental pode ser dissolvido pela normatividade da gramática. No novo modo de conceber o funcionamento das proposições está implícita uma crítica à redução daquelas ao modelo adotado no **Tractatus**. Também a concepção de representação, presente tanto no internalismo como no externalismo, sofre um abalo pela consideração da gramática do representar, que dispensa todo transcendentalismo. A linguagem não se reduz à função pictórica do mundo e o significado depende do uso. O jogo do representar pode exigir o uso da proposição. Assim, nesta dissertação, a partir da revolucionária concepção de jogos de linguagem, queremos mostrar que a representação não pode ser separada de atividades da linguagem e isso implica em crítica à concepção transcendentalista de conhecimento e também dispensa a relação pictórica do paralelismo linguagem/mundo.

Palavras chaves: Representacionismo. Internalismo. Externalismo. Gramática. Jogos de linguagem. Uso.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to show how taking into account the notion of language games of Wittgenstein it is possible to criticize “representationalism”, that is, the idea that representation is the core to thought and essential to proposition. It will be given emphasis to **Philosophical Investigations** in order to inquire the thesis that the mind represents the external world and that this is central to knowledge. Wittgenstein conceives language as a behavior that follows rules. The proposition is not the center of language and it is not reduced to the figuration of facts, neither has the role of fixing what is in common between figuration and what is figured. The use of language games shows that the fascination and uniqueness of the representation as something mental. In this new way of conceiving how propositions function is implicit a critic to **Tractatus** in which they were reduced to one only model. The conception of representation that exists in the internalist as in the externalist points of view, is deeply shaken by the consideration of the grammar of representing something; the same occurs with the grammar of understanding, of seeing as, of imagining something, they all dismiss every transcendental approaches. Language is not limited to picture the world and meaning depends on use. The game of representation may or may not demand the use of a proposition, but the proposition is not indispensable for representation. So, in this dissertation, starting with the revolutionary conception of language games, it is proposed that representation cannot be separated from language activities, what implies a critic to the transcendentalist conception of knowledge and also dismisses the pictorial relation implicit in the parallel between language and world.

Key Words: Representationalism. Internalista. Externalist. Grammar. Language games. Use.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
1 INTRODUÇÃO	8
2 A CONCEPÇÃO WITTGENSTEINIANA DE GRAMÁTICA	13
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: FILOSOFIA DA LINGUAGEM E WITTGENSTEIN	13
2.2 DA PROPOSIÇÃO PARA O DOMÍNIO DE TÉCNICAS.....	18
2.3 A GRAMÁTICA.....	24
2.3.1 A gramática como sistema de regras	24
2.3.1.1 A linguagem não é predeterminada	25
2.3.1.2 A linguagem como atividade convencional	26
2.3.1.3 A proposição gramatical.....	27
2.3.1.4 A função representacional.....	30
2.3.2 A gramática como atividade complexa	31
2.3.2.1 A gramática: do fixo ao instável.....	32
2.3.2.2 A gramática e seus níveis	38
2.3.2.3 A complexidade gramatical	40
2.4 O USO GRAMATICAL.....	41
2.4.1 Da figuração à práxis linguística	42
2.4.2 A atividade linguística	43
2.4.3 O uso e o significado	44
2.5 AS REGRAS GRAMATICAIS.....	47
2.5.1 A contingência gramatical	48
2.5.2 Seguir regra expressa comportamento linguístico	51
2.6 A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E REALIDADE: O QUADRO REFERENCIAL	53
3 JOGOS DE LINGUAGEM E FORMAS DE VIDA	56
3.1 OS JOGOS DE LINGUAGEM.....	57
3.1.1 Jogos de linguagem nos livros: Azul, Castanho e IF	59
3.2 FORMAS DE VIDA.....	64
4 WITTGENSTEIN E O REPRESENTACIONISMO	70
4.1 A PRAGMÁTICA NAS IF	72
4.2 A CRÍTICA AO REPRESENTACIONISMO	74
4.2.1 Processos mentais	75
4.2.2 Proposição e representação	81
4.3 A CRÍTICA AO INTERNALISMO E AO EXTERNALISMO.....	83
4.3.1 Representar é uma atividade da linguagem	87
4.3.2 A crítica à linguagem privada	90
4.4 A GRAMÁTICA DO VER E DO IMAGINAR	94
4.5 O JOGO DO REPRESENTAR EXIGE DOMÍNIO DE CERTAS REGRAS.....	98
4.6 AS GRAMÁTICAS DO COMPREENDER E DO REPRESENTAR	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	116
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	121

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo a noção de representação e as variações que essa noção sofre quando analisadas a partir dos jogos de linguagem, de modo especial nas **Investigações Filosóficas** (de agora em diante será usada a sigla **IF**). Essa noção tem função substancial na forma como Wittgenstein estabelece a relação entre proposição e estado de coisas no **Tractatus Logico-Philosophicus** (**Tractatus**) e ela sofre modificações profundas e importantes a partir da noção de jogos de linguagem, ou seja, a representação passa a ser vista como uma das muitas funções da linguagem, a qual é viabilizada segundo a exigência de contextos. O objetivo deste trabalho consiste em entender essa mudança e descrever sua importância para a compreensão do pensamento de Wittgenstein.

Para sustentar o objetivo deste estudo, apontamos como problemática a seguinte questão: em Wittgenstein, existe representação na linguagem como elemento necessário para o conhecimento? Esta questão nos motiva entender como Wittgenstein compreendia as teses do internalismo e externalismo apregoadas pelas teorias do conhecimento das correntes filosóficas tradicionais, pois, como se verá, para ele estas teses não sustentam os processos mentais apresentados na tradição filosófica como fundamentos do conhecimento.

Na concepção de conhecimento do racionalismo, em geral, o pensamento depende inteiramente do indivíduo (internalismo), pois é o *cogito* que conhece o mundo; do outro lado, no empirismo, é a realidade externa que é pensada (externalismo), uma vez que os objetos são pensados como ideias na mente. Os mentalistas, na filosofia contemporânea, entendem que a mente organiza o conteúdo ou representa substancialmente fatos da realidade não sob a forma de proposições, mas de estados mentais intencionais. Nas **IF**, Wittgenstein muda tais concepções, pois dissolve a representação como afiguração de estado de coisas para uma atividade linguística, a qual se constitui sobre fluxos de vida.

Para melhor explicar o representacionismo, mesmo que de modo resumido, citamos Thornton apresentando quatro características dele:

Estados mentais possuem intencionalidade natural e não-derivada. O conteúdo dos estados mentais pode ser explicado pela posse de representações mentais internas. A sistematicidade do pensamento é explicada por relações causais entre representações mentais. A

intencionalidade do pensamento é explicada por relações causais entre representações mentais e o mundo (THORNTON, 2007, p. 39).

O representacionismo não constitui uma teoria única, mas uma família de teorias, e todas as características principais delas são rejeitadas por Wittgenstein. Segundo Thornton, uma vez abandonando essas características, compreendidas como estados mentais, “Wittgenstein rejeita uma distinção precisa entre um mundo interno de objetos mentais e o mundo público externo de objetos cotidianos” (THORNTON, 2007, p. 54). Nas **IF**, veremos que não há limite entre o interno e o externo, pois mundo e linguagem têm relações que são constituídas nos jogos de linguagem e estes só têm significado quando são usados em contexto apropriado. O interno e o externo, em Wittgenstein das **IF**, não existem como algo substancial. Para ele, é nos jogos de linguagem que se expressam os comportamentos indicativos de estados internos que estes efetivam. Por exemplo, segundo Hacker, “comportamento de dor são critérios para ‘estar com dor’, assim como o comportamento de felicidade são critérios para ‘estar feliz’” (HACKER, 2000, p. 49). Ainda: “As expressões ‘interno’ e ‘externo’ são metafóricas” (HACKER, 2000, p. 46). Qualquer compreensão linguística que tenha como base substancial o internalismo ou o externalismo, acabará em perplexidade gramatical, porque, na terapia gramatical, eles se apontam como úteis à compreensão de comportamentos característicos e nada mais que isso. Aquilo que é compreendido como interno e aquilo que é compreendido como externo será descrito pela linguagem, pois estes pertencem ao “[...] solo firme onde se constroem nossos jogos de linguagem” (HACKER, 2000, p. 55). Por exemplo, não tem sentido dizer: meu cérebro está pensando ou nossos cérebros estão pensando. Nós dizemos: eu estou pensando ou nós estamos pensando. Não é a mente (interno) nem o cérebro (externo) que pensa, porque pensar é atividade gramatical. Mente e cérebro, assim como o interno e o externo, são metáforas gramaticais que descrevem comportamentos linguísticos que estão assentados sobre formas de vida específicas. A maneira como falamos está entrelaçada com o modo como nos comportamos.

Também faz parte da problemática desta dissertação a afirmação de Pears: a representação, no **Tractatus**, mostra a relação substancial entre o nome e quem é seu portador; esse ponto Wittgenstein, nas **IF**, vai criticar: “a relação entre uma palavra e o que ela representa assemelha-se à relação entre um nome próprio e

quem o leva. Posteriormente, em **Investigações Filosóficas**, Wittgenstein isola este ponto e o submete a crítica” (PEARS, 1973, p. 81). Ou seja, Wittgenstein rejeita a concepção tractariana de que o nome denota algo da realidade, algo simples. Há de fato relação entre linguagem e realidade que, de certa forma, depende da representação desta por aquela. Ao passo que, nas **IF**, a linguagem é considerada como comportamento desenvolvido na e pela cultura.

Para desenvolver o tema proposto nesta dissertação, o segundo capítulo, de modo conciso, trata da concepção wittgensteiniana de gramática filosófica. Por isso e ainda que de forma generalizada, inicia-se com a apresentação da representação tal como ela é trabalhada por Wittgenstein do **Tractatus** às **IF**. Ou seja, este capítulo apresenta a passagem da compreensão da representação como essencial para a projeção do pensamento para a representação que é usada a partir da circunstância e, ainda, somente quando esta permitir tal uso. Wittgenstein passa a situá-la como atividade da linguagem no cotidiano. De modo especial, analisamos os conceitos de significado, de uso, de regras, os quais constituem os comportamentos linguísticos. Em seguida, neste mesmo capítulo, descrevemos como Wittgenstein compreende a gramática e, ainda, como a atividade linguística está atrelada ao contexto. Perguntar pelas circunstâncias em que uma expressão é de fato empregada passa a ser questão crucial. Assim, a intenção do segundo capítulo é apontar a passagem da noção de representação como imagem ou algo que possibilite o pensamento afigurar, de modo substancial ou essencial, para a atividade linguística contextual.

O terceiro capítulo descreve os conceitos operatórios de Wittgenstein, conhecidos como jogos de linguagem e formas de vida. O objetivo deste capítulo é descrever estes instrumentos e como a relação deles constitui gramáticas diversas. Ao compreendermos os conceitos operatórios, veremos que Wittgenstein não entende mais a proposição como representação da forma lógica substancial, pois, nas **IF**, a representatividade da proposição é significada no uso contextualizado e não mais no ajustamento entre o enunciado e o fato.

Em seguida, no quarto capítulo, será investigada a inviabilidade da representação substancial de modo mais específico, seja ela vista na concepção internalista, seja na concepção externalista. Uma atividade mental que mostra essências é sem sentido nas **IF**. Neste capítulo, o norte será indicar que a noção de representação dos fatos proporcionada pela proposição figurativa, de modo

substancial e essencial, inviabiliza as gramáticas do “ver”, do “ver como”, do “imaginar”, do “compreender”, entre tantas, ou seja, uma proposição que represente substancialmente estado de coisas inviabiliza qualquer atividade gramatical com sentido. Ainda, a noção de representação, que visa mostrar essências, impossibilita a execução dos jogos de linguagem. Há usos específicos para a atividade representativa da linguagem, quando for o caso. A representação, nas **IF**, continua sendo funcional; porém, agora, contextualizada: ela tem função específica que será significada quando inserida em jogos de linguagem. Então, o objetivo do quarto capítulo será apontar a vacuidade da noção de representação mental, como afiguração de estado de coisas. Portanto, veremos a dissolução das concepções internalistas e externalistas fundamentadas em atividades mentais. Neste capítulo, apresentamos que, tanto a representação como o representar, não são possíveis fora da linguagem. Ambos são exemplos das atividades linguísticas específicas no cotidiano dos grupos sociais. Elas se proporcionam como lugar de manifestação da “capacidade de” e da “habilidade com” usos linguísticos. É preciso ter aprendido o domínio de regras para usar adequadamente expressões com significado.

Observando o modo como Wittgenstein trabalha nas **IF**, ressaltamos que a terapia gramatical atua descrevendo os usos gramaticais. Ele não nega haver uma atividade linguística, a da representação, entre outras atividades. Seu objetivo não é fornecer uma teoria para ser colocada no lugar de outra teoria. Encontramos, em Wittgenstein, uma descrição das conexões gramaticais das atividades linguísticas. A terapia gramatical dissolve teorias abstratas, de cunho essencialista e as reconduz ao cotidiano – há a recondução do emprego metafísico da palavra para o emprego cotidiano (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 116). De outro modo, a atividade da linguagem só levaria à criação de ficções que surgem sempre quando não se atenta para a observação do comportamento linguístico, próprio de nossas formas de vida.

Não levar em conta a diversidade dos jogos linguísticos é constituir imagens fantasiosas. Estas justificam as representações da realidade na mente do sujeito como atividade do pensamento. A crítica à noção de representação de Wittgenstein indica que o enunciado não tem forma substancial nem essencial. O modo de entender a representação, nas **IF**, a partir do uso cotidiano, é uma volta pragmática, ou seja, não se pergunta pelo sentido do enunciado, mas se busca compreender como ele é usado sobre um contexto. O uso em contexto desbanca a representação

como fulcro substancial do conhecimento, para reapresentá-la como atividade funcional da linguagem a partir de circunstâncias. A terapia da linguagem, possibilitada pela gramática, evita ficções filosóficas derivadas de certos conceitos; entre eles, um dos mais importantes, o da representação como figuração substancial de fatos. A terapia, portanto, mostra que o que há é atividade da linguagem, jogos de linguagem, e não mais a representação exata de fatos como elemento essencial para a proposição ter sentido.

Wittgenstein, nas **IF**, como veremos nesta pesquisa, nos ensinará que a Filosofia não soluciona problemas, mas os dissolve; ele não pretende fundamentar o conhecimento ou a linguagem, nem chegar às proposições fundacionais. Pelo contrário, para ser bem sucedida, a crítica deverá ser feita pela atividade descritiva das conexões dos jogos de linguagem a partir das formas de vida. Não tem sentido refutar teorias para colocar outras teorias em seu lugar. Wittgenstein deixa como herança para a Filosofia um método terapêutico gramatical, o qual visa tirar a linguagem de seu sono metafísico e reconduzi-la ao cotidiano.

2 A CONCEPÇÃO WITTGENSTEINIANA DE GRAMÁTICA

Neste capítulo, analisaremos a concepção de gramática em Wittgenstein. A representação, passada pelo crivo da terapia gramatical, mostra que as necessidades de fixação de imagens mentalistas, para figurar estado de coisas, são dissolvidas. Ou seja, a gramática, vista como comportamento constituído pelo uso linguístico circunstancial, ao significar palavras ou proposições, dissolve a forma lógica que visa mostrar a essência da linguagem e do mundo. Em outras palavras, a proposição, como atividade da gramática, quando usada num contexto, apresenta critérios que descrevem formas de vida sobre as quais o comportamento linguístico está assentado. Ainda, a gramática, em atividade intersubjetiva, constitui normas que regem a atividade gramatical de determinado grupo sem a necessidade de apresentar fundamentos substancializados. Assim, a gramática se constitui a partir de regras e dos diversos usos de jogos de linguagem em situações específicas, sendo, portanto, atividade intersubjetiva e contextual.

Wittgenstein dissolve dois grandes mal-entendidos nos quais as representações mentalistas aprisionam a gramática. O primeiro é a concepção agostiniana da significação, para a qual a linguagem tem a função única de exprimir pensamentos sobre objetos (cf. MORENO, 1995, p. 41). O segundo é a concepção de exatidão existente no exercício da lógica (cf. MORENO, 1995, 42).

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: FILOSOFIA DA LINGUAGEM E WITTGENSTEIN

O representacionismo, ao final do século XIX, no campo da investigação linguística, ainda se apresentava sob a paternidade de Descartes, de um lado, e Locke, de outro. Estes são os representantes do mentalismo que se constitui sobre as concepções opostas: internalistas e externalistas. O representacionismo, como atividade mental, mostrava que tudo que diz respeito ao conhecimento eram processos mentais, pois se davam na mente do indivíduo.

A filosofia da linguagem, a partir de Frege, realiza uma “guinada” na compreensão da representação. Ou seja, ela deixa de estar na mente do sujeito e passa se localizar na linguagem; mais especificamente, na proposição. Em outras

palavras, a representação mentalista, tanto a cartesiana como a lockeana, é superada na concepção que predomina na filosofia analítica de fins do século XIX até hoje e que tem em Frege um de seus precursores. O pensamento articula-se em proposições que articulam fatos representáveis. Essa mediação da proposição significa poder descrever algo da realidade apenas com recursos semânticos. Para Araújo, Frege

epistemologicamente tem a vantagem de superar a tese solipsista da representação da consciência, obra de um sujeito intencional, uma vez que a estrutura proposicional de Frege reporta-se a estado de coisas pensados e enunciados, portanto já no modelo linguístico, não mais no limitado fruto de uma mente pensante. Em outras palavras, não há pensamento sem linguagem. (ARAÚJO, 2004, p. 70).

Na virada linguística, ou na passagem da representação da mente para a linguagem, encontra-se a tentativa da construção da linguagem simbólica, totalmente lógica¹. O sujeito, agente da linguagem, em Frege e em Wittgenstein do **Tractatus**, para representar formalmente a realidade, com sentido, precisava de uma linguagem simbólica. A linguagem natural era vista como ambígua e, por isso, não dava conta da representação substancial do mundo. Assim, eles buscaram aproximar-se da lógica e da matemática, por serem ciências exatas. A Filosofia necessita de uma linguagem científica para falar claramente. Para Moreno, “por meio de todas essas discussões filosóficas da época, vemos que há, no fundo, uma crítica radical à capacidade da linguagem natural em exprimir exatamente o pensamento” (MORENO, 2000, p. 42).

A partir disso, pode-se afirmar que exista semelhança entre Frege e Wittgenstein do **Tractatus**, pois ambos buscam a linguagem que represente os fatos em enunciados de modo essencial e sem confusão. Mas, quando se analisa mais profundamente o pensamento destes pesquisadores da linguagem, percebe-se que há diferença entre eles. Frege continuou com seu projeto semântico até o fim da vida, enquanto Wittgenstein saiu do atomismo lógico, atravessou a fenomenologia, passou pelo fisicalismo e chegou à pragmática – para a qual importa o contexto, que é onde se encontra o Wittgenstein das **IF**.

¹ “Assim como Frege (...), Russell também reconhece que a linguagem natural é muitas vezes ambígua e leva a extravios”. “Frege considera que a linguagem natural leva a descaminhos por ser inevitavelmente imperfeita, e pensa que somente uma linguagem simbólica diferente, artificial como o formalismo lógico que ele inventou, pode evitar as ambiguidades e os equívocos típicos da linguagem comum” (PENCO, 2006, p. 79).

Frege conheceu Wittgenstein ainda quando jovem; Wittgenstein lhe apresentou um projeto de pesquisa. Foi então que Frege o enviou como orientando para Russell. Depois de algum tempo, Frege recebeu de Wittgenstein uma cópia datilografada do **Tractatus** para que emitisse seu parecer. O resultado do encontro destes dois investigadores da lógica, propiciado pelo **Tractatus**, não foi muito positivo, pois Frege leu a obra mas não a aprovou; relata Monk as palavras de Frege: “‘não leve a mal minhas observações’, concluiu Frege, ‘elas foram feitas com a melhor das intenções’” (MONK, 1995, p. 169). Frege apresentou parecer crítico ao **Tractatus** porque postulava predicados elementares. Ele “procura um esclarecimento e aprofundamento das conexões lógicas no campo da predicação elementar” (OLIVEIRA, 2001, p. 61), enquanto Wittgenstein apresentou no **Tractatus** uma atomização proposicional.

A diferença entre os dois pensadores é descrita por Monk ao relatar que Frege, em carta a Wittgenstein, após analisar o **Tractatus**, afirma: “logo de início deparo-me com as expressões ‘é o caso’ e ‘fato’, e desconfio que ‘é o caso’ e ‘um fato’ são o mesmo” (MONK, 1995, p. 156). Frege entendia a lógica como instrumento à linguagem, ele acreditava dissolver os mal-entendidos da linguagem natural por meio de um esquema simbólico. Diz Oliveira, Frege acreditava que “com poucos símbolos, fosse possível exprimir com exatidão todas as formas linguísticas” (OLIVEIRA, 2001, p. 58). Wittgenstein, por seu turno, considerava a lógica como ferramenta inerente e tautológica à linguagem, uma vez que ela representava os fatos do mundo pelas proposições atômicas. Moreno, comentando Wittgenstein, afirma que:

proposições elementares são, por definição, inalisáveis: uma análise levaria a elementos que não mais são de natureza proposicional. Não é possível, nesse caso, mostrar uma articulação lógica interna; tais proposições serão tomadas em bloco (MORENO, 2000, p. 17).

Frege e Wittgenstein tinham maneiras diversas de compreender a linguagem: de um lado, a “ideografia”², e do outro, a “isomorfia”³. A semântica, em Frege, não

² “A ideografia deve, mais do que isso, permitir que as relações lógicas entre as diferentes proposições, isto é, contradição, implicação etc., sejam mostradas no próprio simbolismo” (MORENO, 2000, p. 29).

³ “Ao filósofo não interessa considerar a proposição enquanto ‘signo proposicional’, isto é, como objeto visual e audível, ao qual se aplicam regras gramaticais próprias a cada língua em particular, mas apenas enquanto pura relação de representação com o mundo. E como vai fazer isso? (...) na HUK, Marcos Roberto. **Os jogos de linguagem e a crítica ao representacionismo**. Curitiba: PUC/Paraná – Dissertação, 2009.

era igual à de Wittgenstein do **Tractatus**. Para Frege, a lógica é atividade “clarificadora”⁴ das conexões dos conceitos com os objetos. A pesquisa fregeana advém de atitude que se concentrava na busca de “uma linguagem do pensamento puro” (IMBERT, 1996, p. 466). Wittgenstein, pela lógica, buscava mostrar a estrutura da linguagem que representasse substancialmente fatos da realidade.

O nome de objetos tem sentido para Frege, mesmo sem referência, enquanto para Wittgenstein o nome de objetos tem referência, mas não tem sentido. Penco, para comentar a diferença entre os dois, relata: “Wittgenstein não aceita algumas de suas teses (Frege), em particular que os nomes tenham tanto um sentido como uma referência. Ele defende, com efeito, uma tese alternativa: os nomes se referem diretamente a objetos, sem nenhuma mediação cognitiva ou conceitual” (PENCO, 2006, p. 76). Ainda, segundo Penco: “há teorias para as quais os nomes têm um sentido, mas só de modo contingente uma referência (Frege) e, pelo outro, as teorias para as quais os nomes têm essencialmente uma referência, mas não um sentido” (PENCO, 2006, p. 110).

Enquanto Frege procura justificar a gramática, Wittgenstein busca mostrar a gramática. Percebe-se que a linguagem em Frege está voltada à semântica fundamentada na sintaxe e, em Wittgenstein, a linguagem está voltada à semântica essencialista, que representa substancialmente fatos do mundo. Para Wittgenstein do **Tractatus**, a linguagem natural consta de um sistema de regras que será descoberto pela análise lógica. Segundo Penco, a “característica do Tractatus é considerar o enunciado como uma imagem (*Bild*) da realidade” (PENCO, 2006, p. 75). A forma lógica está contida na linguagem natural, porém, para que ela se mostre, é necessária a análise proposicional. Moreno indica que a relação entre linguagem e objeto, em Wittgenstein do **Tractatus**, resulta na compreensão de que:

todos os elementos da linguagem representam algo. Ora, isso supõe duas condições: por um lado, que haja diferenças entre aquilo que representa e aquilo que é representado [...]; por outro lado, que haja uma semelhança entre o representante e o representado [...] (MORENO, 2000, p. 14).

medida em que... articulação é isomórfica àquela que caracteriza o fato representado;” (MORENO, 2000, p. 25).

⁴ “Ao filósofo não interessa considerar a proposição enquanto ‘signo proposicional’, isto é, como objeto visual e audível, ao qual se aplicam regras gramaticais próprias a cada língua em particular, mas apenas enquanto pura relação de representação com o mundo. E como vai fazer isso? (...) na medida em que... articulação é isomórfica àquela que caracteriza o fato representado;” (MORENO, 2000, p. 25).

Para Frege, segundo Penco, “a representação, ou imagem mental que se associa naturalmente a uma expressão linguística, está relacionada com a vida psíquica e muda de indivíduo para indivíduo” (PENCO, 2006, p. 58). Enquanto representação, para Wittgenstein do **Tractatus**, é entendida assim:

o enunciado, [...] não possui uma forma específica de representação, mas tem aquilo que todas as imagens devem ...ter em comum com a situação representada: a forma lógica. [...] O enunciado, [...] tem em comum com a realidade representada somente a forma lógica: o modo com os elementos do enunciado estão em relação entre si reflete de maneira essencial o modo como os objetos estão em relação entre si na situação representada (PENCO, 2006, p. 76).

Frege busca a representação de nomes/objetos, enquanto Wittgenstein mostra a representação de enunciados/fatos, ou seja, “os objetos, [...], ainda não formam, todavia, um mundo. Um mundo é tudo aquilo que acontece, portanto o conjunto dos fatos, não das coisas” (PENCO, 2006, p. 79).

Frege permaneceu na investigação da linguagem simbólica, enquanto Wittgenstein enveredou sua pesquisa para a linguagem natural. Segundo Imbert, em 1924-5, Frege concluiu que a unidade entre objeto e sintaxe não era possível:

aceitava tardiamente e de fato a independência sintática [...]. Admitia-se que as dimensões matemáticas e as dimensões sintáticas eram de uma ordem diferente e que era inútil buscar um momento primeiro de coincidência entre o conteúdo do saber e sua expressão (IMBERT, 1996, p. 466).

Em outras palavras, segundo Oliveira, “Frege permanece, de certo modo, ligado à tradição” (OLIVEIRA, 2001, p. 69). Ele leva em conta a linguagem, portanto, a virada linguística, mas ainda considera o “pensamento como sentido de um enunciado” (PENCO, 2006, p. 55). Imbert afirma que Frege, ao demandar pela diversidade das dimensões sintáticas, continua a postular uma linguagem simbólica:

Doravante a quantificação não seria mais interpretada como uma figura lógica do real, indicadora de existência, e como porta-voz de um senso comum. Frege a introduzia no contexto de uma linguagem auxiliar, determinada pelo uso matemático (IMBERT, 1996, p. 466).

Entretanto, Wittgenstein avança na compreensão da representação de enunciados. Moreno afirma que Wittgenstein discute logicamente no **Tractatus** indagações que serão desenvolvidas nas **IF**:

mas, o que é a linguagem? Como é possível que a linguagem signifique, diga coisas, refira-se ao mundo? E nosso pensamento, em que medida não é ele a outra face de uma mesma moeda? Ou, melhor, é possível pensar o mundo sem que este pensar se realize através de proposições da linguagem? (MORENO, 2000, p. 14).

O Wittgenstein do pós **Tractatus** apontou para novas e diferentes possibilidades de análise. Ele desistiu de investigar a atividade lógica que representasse, em linguagem simbólica, a essência da relação entre linguagem e mundo e avançou sua análise lógica na linguagem natural. Ou seja, Wittgenstein procurou ver como a lógica era usada na linguagem a partir do cotidiano. Ao compreender a dimensão do uso na linguagem ordinária, ele percebeu que representar, como jogo de linguagem, é atividade intersubjetiva e, portanto, contextualizada. E a representação, função da linguagem, passa a depender de circunstâncias. Portanto, representar é um dos incomensuráveis jogos de linguagem que é executado quando requisitado pela circunstância. E representação se apresenta como descrição de aspectos ou como um “ver como”. Com essa “revolução” na compreensão da representação, Wittgenstein realiza a virada pragmática.

O trabalho da filosofia, ao descrever uma proposição, consiste em fazer com que ela apareça como resultante de um ato convencional e que, por isso, em relação a outras proposições, tem igual teor gramatical, pois “a tarefa da filosofia não é criar uma linguagem nova, ideal, mas esclarecer o uso de nossa linguagem, de nossa linguagem existente” (WITTGENSTEIN, 2003, § 72).

2.2 DA PROPOSIÇÃO PARA O DOMÍNIO DE TÉCNICAS

Para entendermos a questão da representação em Wittgenstein, é importante compreendermos que ela deixou de ser vista como imagem substancial do pensamento para ser apenas uma das funções linguísticas; por exemplo, descrever aspectos ou como um dos muitos jogos de linguagem, tal como representar teatro (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 23).

A figuração, em Wittgenstein do **Tractatus**, era função que pertencia à proposição, a qual continha tudo aquilo que era necessário e suficiente para dizer com sentido um fato, ou seja, a proposição, na lógica, era como se fosse uma foto,

ou uma “maquete” de alguma coisa. Assim, a proposição espelha, na sua forma lógica, estado de coisas. Por exemplo, a maquete do prédio não é o prédio em si, mas o representa como se, de algum modo, já o fosse, pois muitas pessoas, diante da maquete, podem até comprar um de seus apartamentos. A maquete é a forma lógica da possibilidade de existência do prédio. Lembremos que a proposição, para Wittgenstein, na fase do **Tractatus**, na sua forma lógica, afigura estado de coisas da realidade. Então, a proposição era projeção do pensamento sobre um estado de coisa. Somente pela proposição é que o pensamento pode representar o mundo. Segundo Wittgenstein, no **Tractatus**, a proposição é figuração da realidade (cf. § 4.01); ela é modelo da realidade tal como se pode pensar que seja. Machado diz também: “Toda figuração deve ter uma forma comum com o afigurado para que a primeira seja uma figuração do último, a saber, a forma lógica de afiguração” (MACHADO, 2007, p. 45).

No **Tractatus**, o pensamento precisa da linguagem, pois este se “traveste” da linguagem; diz Wittgenstein que a linguagem é o traje que disfarça o pensamento e não se pode inferir na forma exterior do traje, pois este não foi constituído para mostrar a forma lógica dos enunciados (cf. WITTGENSTEIN, 2008, § 4.002); porém, mesmo que o pensamento não se mostre sem a análise, ele, na forma de proposições, figura coisas existentes. Então, “o pensamento é a figuração lógica dos fatos. Disso se segue que tudo o que é ilógico não é afigurável ou pensável, e tudo o que é lógico é afigurável ou pensável” (MACHADO, 2007, 46). Por isso, Wittgenstein afirma que a linguagem é o limite do mundo, porque a lógica não está no mundo nem na linguagem para ele; mas a lógica mostra o mundo porque está travestida pela linguagem. A proposição, lógica, expressada em pensamentos, relaciona a linguagem ao mundo.

Wittgenstein, no **Tractatus**, ao pesquisar a estrutura proposicional como expressão de pensamento, mostrou o sentido lógico. Ele, em sua primeira obra, não fez um tratado sobre a lógica, apenas procurou tratar daquilo que é comum entre a linguagem e a realidade, que é a forma lógica, e se representa na proposição. Machado afirma que:

uma proposição é um sinal proposicional em que se projeta um estado de coisas. É também a expressão sensivelmente perceptível de um pensamento. [...] Por conseguinte, o pensamento num sentido lógico, deve ser o método de projeção, o elemento não perceptível de uma proposição (MACHADO, 2007, p. 52).

Wittgenstein entende que a proposição elementar, que é um combinado de nomes, figura um estado de coisas, porque a proposição “espelha” aquilo que é comum nas possibilidades combinatórias entre o mundo e os nomes. De outra forma, a figuração mostra o que é compartilhado entre a realidade/objeto e o afigurado. A representação essencial entre linguagem e mundo é isomórfica. Esse fator comum existente nas possibilidades é representado pela figuração elementar, porque essa é sua função, a proposição reflete a possibilidade da existência da coisa. Machado afirma que:

A forma lógica é a forma da realidade porque é definida como possibilidade da existência de estado de coisas. Isso significa que uma figuração pode figurar um estado de coisas porque é um fato, a realização ou atualização de um estado de coisas, de uma possível combinação de objetos (MACHADO, 2007, p. 56).

No **Tractatus**, o pensamento projeta o estado de coisas pela proposição. Há nas proposições elementares e no método de projeção um princípio de representação como fulcro substancial do conhecimento. Ou seja, “toda proposição é [...] bipolar porque toda proposição é uma figuração, e uma figuração figura o que figura, independentemente de figurar correta ou incorretamente” (MACHADO, 2007, p. 73), quer dizer, a proposição elementar, que é pensamento elementar das coisas possíveis, só tem sentido se a coisa existir. A proposição atômica mostra a possibilidade de existência da coisa representada. Por isso, a proposição representa estado de coisas, “a forma geral da proposição é a forma geral de toda função de verdade” (MACHADO, 2007, p. 89).

Wittgenstein não aplicou a lógica esclarecida do **Tractatus** em nenhuma situação, pois ele não deu nenhum exemplo do que seria a proposição elementar. Aquilo que ele buscou foi elucidar a lógica em si. Ele queria mostrar a essência da linguagem pela análise lógica.

Mais tarde, depois de voltar para Cambridge, Wittgenstein começa aplicar a lógica esclarecida no **Tractatus**. Inicia, então, a fase na qual ele começa a investigar a fenomenologia da linguagem: começa aplicar a lógica esclarecida do **Tractatus** na linguagem natural.

Wittgenstein, ao aplicar a lógica do **Tractatus** na linguagem, tem dois objetivos: o primeiro, mostrar aquilo que é dado e, segundo, mostrar o que não é hipotético. Diz Prado Neto: “em primeiro lugar, ela expressa o ‘fenômeno’, o ‘dado’,

e, nessa medida, parece remeter a um ‘sujeito’[...]. Em segundo lugar, ela é o domínio do não hipotético: descreve apenas o verificável...” (PRADO NETO, 2003, p. 21). Mas, quando Wittgenstein aplica a lógica do **Tractatus** sobre as cores e o tempo, por exemplo, ele entende que essas proposições necessitam estar em relação com outras proposições para terem sentido. Ele conclui, então, que as proposições “não são acontecimentos absolutamente independentes entre si” (PRADO NETO, 2003, p. 56). Wittgenstein, nas **IF**, entendeu que não tinha levado em conta a situação da relação interna das proposições no **Tractatus**, ou melhor, ele sempre viu a proposição como atômica e não suas conexões internas. Wittgenstein afirma: “o que estava errado na minha concepção é que acreditei que a sintaxe das constantes lógicas podia ser formulada sem prestar atenção à conexão interna da proposição” (WITTGENSTEIN *apud* MACHADO, 2007, p. 74).

Assim, nas **IF**, ao perceber que não há sempre possibilidades de proposições elementares, ele revê a tese da substancialidade da representação proposicional. No **Tractatus**, para que elas figurassem a realidade, era necessário que fossem proposições atômicas, caso contrário não haveria possibilidade da proposição representar fatos do mundo. Wittgenstein entende, nas **IF**, que a proposição, por necessitar de sistemas de linguagem para poder apresentar significados, não exige que figure substancialmente estado de coisas. Nas **Observações Filosóficas**, diz: “O conceito de ‘proposição elementar’ perde agora toda a sua antiga significação. As regras para ‘e’, ‘ou’, ‘não’ etc., que representei por meio da escrita T-F, são uma parte da gramática dessas palavras, mas não a totalidade” (WITTGENSTEIN, 2005c, § 83). Ou seja, Wittgenstein considerou que os enunciados, ao descrever fatos, formam um sistema de proposições; por exemplo: a régua, ao ser usada para medir um objeto, não descreve somente uma possibilidade, pois, se um objeto mede 10cm, sabe-se também que ele não mede 9cm nem 11cm e assim por diante. Esse modo de considerar as proposições não era levado em conta no **Tractatus**. Então, Wittgenstein compreendeu que “cada sistema de proposição constitui uma unidade de sentido” (MACHADO, 2007, p. 177).

Observemos que, no **Tractatus**, o pensamento, travestido pela linguagem, nas proposições atômicas, representa logicamente o mundo ou afigura estado de coisas. Na fase pós **Tractatus**, uma vez que o princípio da proposição elementar se mostra sem sentido, também a questão da figuração enquanto representação

substancial de fatos da realidade se apresenta como ficção gramatical. A proposição não é mais somente possibilidade, ela é também hipotética, porque participa de sistema que está assentado sobre contextos. A figuração entra em colapso, pois a proposição não figura mais fatos da realidade de modo essencial como era mostrado no **Tractatus**.

As proposições, nas **IF**, pertencem a sistemas de linguagem ou a jogos de linguagem. Em si, elas não figuram o mundo com sentido. Em suma, pensar, falar, descrever, expor são usos gramaticais, ou melhor, são jogos linguísticos que dependem de técnicas de aprendizado assentados em fluxos de vida específicos. Assim, entendemos que a representação, como fulcro substancial do pensamento, entra em colapso e o modelo da representação, enquanto figuração de estado de coisas, perde o sentido.

A proposição deixa de figurar o mundo de modo substancial para apenas apresentar possíveis aspectos das formas de vida⁵ ou, ainda, pode ser usada no jogo do representar e, assim, significar alguma coisa a partir do contexto.

Nas **IF**, não há mais a necessidade de representação ou da projeção ligando linguagem e mundo. O pensar, o compreender, o representar, entre outras, são técnicas de emprego de regras gramaticais que se apoiam sobre formas de vida. Pensar é dominar técnicas gramaticais (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 150). Assim, Wittgenstein afirma que figuração essencial da realidade é ficção gramatical. É um equívoco achar que “a linguagem (ou pensar) é algo singular’ – isto se revela como uma superstição (não erro!) provocada ela mesma por ilusões gramaticais” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 110).

“Profundidades”, “problemas”, “interno”, “externo”, “pensamento”, entre outros, nas **IF**, são termos ou conceitos cujo significado vem dos jogos em que faz sentido empregá-los e que fazem parte das formas de vida e, por isso, exigem compreensão do uso destas palavras em determinados contextos. A “forma lógica”, não mais representa substancialmente estado de coisas. Desejar mostrar essências fora da linguagem, porque se entende que a função da proposição é figurativa ou representativa, demonstra deficiência na compreensão gramatical das palavras usadas. Em Wittgenstein, buscar mostrar a natureza das coisas fora da atividade linguística é criar ficções gramaticais. Por isso, ao se compreender a gramática das

⁵ Este tema, formas de vida, será tratado de modo mais específico no segundo capítulo deste trabalho a partir da p. 61.

palavras empregadas, está-se se libertando das imagens essencialistas: “uma imagem mantinha-nos prisioneiros. E não poderíamos escapar, pois ela residia em nossa linguagem” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 115). Não é possível sair da linguagem para entender a linguagem, ignorando as formas de vida. A linguagem faz parte dos fluxos da vida. O interesse de Wittgenstein é entender o uso das proposições no interior dos jogos de linguagem. O importante para ele é fazer compreender que o pensamento fora da linguagem não é possível, porque o pensamento não se “traveste” da linguagem, antes ele é a técnica de linguagem própria de formas de vida específicas.

Aquilo que precisa ser dissolvido na linguagem são as ilusões que fixam a linguagem em proposições cuja origem seria emblemática, elas deixam a questão em aberto na espera de futuramente descobrir algo mais substancial. Wittgenstein, nas **IF**, percebe que não existe um “nimbo” que a palavra carregue consigo, no qual esconde um enigma que, com muito esforço, pode ser desvelado. Para conhecer o significado da palavra, não se deve desvelar algo que não se saiba, isso não interessa – “e se digo que ele está escondido, – como sei, pois, o que tenho que procurar?” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 153). Antes, para Wittgenstein, “então ele poderia perguntar-se, em que condições específicas se empregam realmente de fato esta proposição. Nestas é que ela tem sentido” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 117). A significação não é algo diverso do uso da palavra. Compreender o uso da palavra não significa querer encontrar uma filosofia de segunda ordem (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, §§ 120-121).

Deve-se procurar compreender as conexões que se estabelecem no interior dos jogos de linguagem, as quais são próprias de fluxos de vida específicos. Estes fluxos se colocam como pano de fundo, sobre o qual se apoiam as conexões dos sistemas gramaticais:

uma das principais fontes de nossa falta de compreensão é que não dominamos com uma clara visão o uso de nossas palavras. – Falta à nossa gramática uma disposição clara. Uma exposição de conjunto transmite a compreensão, que consiste exatamente em ‘ver conexões’ (WITTGENSTEIN, 2005a, § 122).

2.3 A GRAMÁTICA

Neste item, nossa intenção é esboçar brevemente a noção de gramática em Wittgenstein das **IF**, compreendendo que, a partir de então, ela não é empírica nem transcendentalista, pois é atividade gramatical contextualizada. A proposição, nos jogos de linguagem, tem usos próprios, em e para as formas de vida. Wittgenstein, ao deslocar a proposição do substancial para o uso contextual, não diminuiu sua importância, ele a conduziu para seu devido lugar na linguagem natural. Desta forma, a linguagem se apresenta envolvida em hábitos, em costumes, em culturas, em mitos, entre outros, pois, para Wittgenstein, “a linguagem realmente se liga à minha vida. O que é chamado ‘linguagem’ é algo formado de elementos heterogêneos, e a maneira como se entrelaça com a vida é infinitamente variada” (WITTGENSTEIN, 2003, § 29). Assim, nas **IF**, a linguagem é apresentada como componente do conjunto de comportamentos que caracterizam as várias formas de vida.

2.3.1 A gramática como sistema de regras

Wittgenstein, nas **IF**, considera a linguagem desta forma:

“a linguagem” é apenas linguagem, mais as coisas que invento por analogias com linguagem existentes. As linguagens são sistemas. “Uma proposição pertence a uma linguagem”. Mas isso significa apenas: são unidades das linguagens que chamo “proposições”. [...] “Uma proposição é como unidade de linguagem”. “Afim, o que constitui as proposições é a combinação de palavras que poderiam ser combinadas de outro modo”. Mas isso significa: o que constitui as proposições para mim. É dessa maneira que considero a linguagem (WITTGENSTEIN, 2003, § 122).

Portanto, as proposições, já a partir da **Gramática Filosófica**, obra de Wittgenstein que se localiza entre o **Tractatus** e as **IF**, são compreendidas como constituintes dos lances nos jogos de linguagem, possibilitando a atividade da linguagem. As proposições em jogos de linguagem apenas descrevem aspectos da realidade. Assim, as proposições deixam de se apresentar como figuração substancial do mundo. A atividade da gramática, por ser contextual, descreve fatos como uma fotografia desfocada – diz Wittgenstein:

o conceito 'jogo' é um conceito de contornos imprecisos. – ‘Mas um conceito impreciso é, por acaso um conceito?’ – Uma fotografia desfocada é, por acaso, o retrato de uma pessoa? [...] Frequentes vezes não é o retrato desfocado precisamente aquilo de que mais precisamos? (WITTGENSTEIN, 2005a, § 71).

As perplexidades linguísticas surgem quando os enunciados são analisados fora de contextos, desconsiderando que a atividade da gramática pertence à linguagem natural, a qual está assentada sobre formas de vida. Assim, por não se compreender que o significado é indicado a partir da circunstância, se constituem ficções gramaticais.

Não faz sentido buscar princípios substanciais para a linguagem simbólica. Essa crítica ao substancialismo significa afirmar que os problemas filosóficos não são problemas, mas delírios gramaticais resultante da falta de compreensão da atividade linguística, são “ilusões gramaticais” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 110); os problemas filosóficos surgem no momento em que se quer elucidá-los – “toda explicação tem que sair e em seu lugar entrar apenas descrição” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 109). Wittgenstein percebe que não existem problemas substanciais sobre os quais a filosofia deva se ocupar.

A gramática, para Wittgenstein, repousa sobre convenções linguísticas, as quais fazem parte das formas de vida. Portanto, problemas metafísicos são dissolvidos pela linguagem em seus usos habituais. Assim, em Wittgenstein, quando se busca resolver problemas que não sejam a execução de um jogo de linguagem, demonstra-se que houve falta de domínio das técnicas da linguagem – para ele “um problema filosófico tem a forma: ‘não estou por dentro’” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 123). Deste modo, ter por pressuposto que a proposição tem seu sentido fixo, porque representa o estado de coisa, indica deficiência na compreensão das regras linguísticas.

2.3.1.1 A linguagem não é predeterminada

As proposições constituem lances nos jogos de linguagem. O significado da proposição, na execução do jogo, indica-se não pela figuração substancial de estado de coisas, mas pela relação interna da gramática, arrimada sobre formas de vida. Wittgenstein percebe que as formas proposicionais, como atômicas ou como elementares, não davam conta de significar as proposições. Nas **IF**, ele introduz a

noção de uso gramatical. Ele procura ver, na linguagem natural, como as proposições são empregadas a partir de circunstâncias diversificadas. Wittgenstein, ao constatar que o uso contextualizado é o responsável pelo significado das proposições, compreende a autonomia e a criatividade como características da atividade gramatical.

Ignorar as conexões gramaticais implica dificuldade na compreensão da linguagem, ou como ele diz: “a proposição, uma coisa esquisita!”: aqui já reside a sublimação de toda a apresentação. A tendência de supor um ser intermediário puro entre o signo proposicional e os fatos” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 94). O sentimento de estranheza surge por ignorar o emprego da palavra.

O correto, nas **IF**, passa a ser visto como o jogo de linguagem bem executado. Para Moreno, o correto “é resultado da íntima ligação que a linguagem mantém com nossas ações e circunstâncias” (MORENO, 2005, p 154). Assim, o que pode ser considerado como exatidão decorre do uso; por exemplo, medir exatamente algo.

A linguagem não depende dos fatos para significar seus termos. Ela necessita deles somente para apoiar sua atividade, porque o significado é gramatical e é indicado somente quando a linguagem é usada ou é empregada a partir de contextos diversificados. Nenhum significado pode ser exaurido e isso indica o limiar do necessário e do arbitrário da gramática.

A relação entre linguagem e realidade se dispõe na gramática, pois é ela que descreve, interpreta, representa, organiza os objetos, sem precisar que nomes os denotem. É a gramática e na gramática que se tecem as relações entre proposições e fatos do mundo.

2.3.1.2 A linguagem como atividade convencional

Antes de dar continuidade, devemos lembrar que Wittgenstein não entende a linguagem apenas como atividade que se constitui a partir de meros acordos. Em sua proposta a “convenção” é compreendida como instrumento, não como doutrina filosófica. Ele usa este conceito como ferramenta diante de tantas que a gramática lhe dispõe. Percebe-se então que, em Wittgenstein, a gramática é estabelecida pela atividade normativa que se localiza na base constitutiva dos grupos sociais, o conjunto destas atividades se encontram nas formas de vida. Nelas a vida acontece

sem determinações prévias. Segundo Wittgenstein, ao se buscar a compreensão da linguagem, deve-se saber que a linguagem, todas elas, “[...] está fundada em acordo” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 355).

O ato da concordância na linguagem é expressão da constituição de normas gramaticais que apontam os hábitos sociais. Por isso, não há como mostrar regras fixas na linguagem e, portanto, não se podem mostrar núcleos gramaticais. Na gramática não há fundamentos substanciais. Os acordos, em Wittgenstein, não são apenas determinação de regras que admitem ou excluem proposições. A linguagem é um tipo de comportamento que tem sentido a partir de exigências contextuais. Convencionar, então, é normatizar comportamentos habituais ou comuns entre pessoas do mesmo grupo. Por exemplo, um grupo social não vai se colocar de acordo sobre atividades executadas por gerações do passado ou por atividades que sejam feitas por gerações no futuro. Os acordos são presenciais e sobre fluxos de vida pertinentes ao grupo. É importante lembrar que, no ato da concordância, podem-se usar os jogos de linguagem do passado e do futuro, pois estas palavras são metáforas gramaticais.

A atividade gramatical é descritiva e, por isso, é hipotética. Moreno explica que “a autonomia da gramática não exige qualquer demonstração pelo aniquilamento ou suspensão do objeto natural dogmatizado” (MORENO, 2005, p. 181). A descrição é atividade gramatical, não tem relação direta com os fatos; portanto, o significado (valor de verdade) não vem da referência, e referir faz sentido desde que tal jogo faça sentido. Portanto, a atividade de convenção na linguagem faz sentido.

2.3.1.3 A proposição gramatical

Um dos legados de Wittgenstein para a Filosofia é a reflexão sobre o estatuto conceitual da proposição gramatical. Para Wittgenstein, uma questão importante a ser superada na Filosofia é a redução das proposições gramaticais como sendo proposições empíricas ou vice-versa, porque gera confusão e estabelece ficções gramaticais. Segundo Moreno,

um dos trabalhos centrais de todo o trabalho do filósofo após o **Tractatus**, [...] é a reflexão a respeito do estatuto teórico das proposições gramaticais, distintas e ao mesmo tempo semelhantes às proposições empíricas –

distintas e ao mesmo tempo semelhantes, podemos acrescentar, também, às proposições analíticas (MORENO, 1995, p 72).

Por isso, é importante esclarecer, assim como fez Moreno, que, para Wittgenstein, as proposições gramaticais e empíricas não podem ser confundidas uma pela outra, pois “a terapia filosófica [...] mostra que as proposições empíricas e as proposições gramaticais correspondem a usos diferentes que não devem ser assimilados entre si” (MORENO, 1995, p. 128). Ainda a respeito dessa diferença diz Araújo:

Há proposições que descrevem situações linguísticas e conceptuais, outras que descrevem fatos ou situações hipotéticas; são jogos de linguagem cujo uso, contexto e consequências diferem. A “lógica” das afirmações verdadeiras, o que faz sentido dizer, demanda compreensão, demanda provar se essa exigência for cabível, e isto como parte da descrição de um jogo de linguagem e não como decorrência da relação biunívoca entre proposição e estado de coisa, típica do modelo referencial e verificacionista. A verdade das proposições empíricas pertence ao nosso quadro de referência (ARAÚJO, 2007, p. 22).

As proposições gramaticais e empíricas podem ter semelhança sintática, mas diferem no modo de serem usadas. Ou seja, as empíricas descrevem objetos e as gramaticais descrevem comportamentos próprios das formas de vida que as sustentam. Ainda, elas se assemelham porque não são função referencial nem núcleos fundamentais do conhecimento.

A discussão sobre a natureza dos enunciados, na história da filosofia, levou a equívocos, porque, ao analisá-los, parte-se da definição exata e substancial, portanto, formal. Ou seja, os representacionistas partem de noções como mente privada, intencionalidade, relação causal entre mente e mundo. Não há um “terceiro reino” do pensamento que representa o mundo. Para Wittgenstein, não há nada de emblemático ou de oculto. No § 92 das **IF**, ele faz crítica ao essencialismo porque este pressupõe o “oculto” – “a essência nos é oculta”: esta é a forma que toma agora nosso problema. Perguntamos: ‘o que é a linguagem?’, ‘o que é a proposição?’. Wittgenstein entende que a questão do oculto não interessa. O importante, para ele, é o emprego da palavra ou da proposição em determinados contextos. Pois sempre, quando se busca desvelar algo fora do jogo de linguagem, chega-se às perplexidades metafísicas. O filósofo, quando não percebe a dinamicidade do uso gramatical, o “estranho” pode ficar-lhe atrativo e, a partir deste

momento, acabaria conferindo à proposição importância sobrevalorizada em relação a outros empregos gramaticais:

por um lado, por causa da enorme importância que lhe é atribuída. [...] Por outro lado, esta importância e uma má-compreensão da lógica da linguagem nos induzem a achar que a proposição tem que realizar algo extraordinário, algo original. Por um mal-entendido, parece-nos que a proposição faz algo estranho (WITTGENSTEIN, 2005a, § 93).

Wittgenstein, ao abordar a noção de proposição, critica seu trabalho no **Tractatus** mostrando que, quando procurou compreender a linguagem, o pensamento, a proposição como imagens substanciais do mundo, lhe faltava compreensão gramatical destas palavras. Por exemplo, “pensamento”, qual imagem poderia representá-lo de modo substancial? Nenhuma. Então, nas **IF**, ele entendeu que, quando se colocam essas palavras em jogos de linguagem, os usos contextualizados lhe conferem significados. Então, a pergunta: “o que você está pensando?”, por exemplo, vai ter significado quando vista a partir do contexto. Para Wittgenstein, devem ser evitados os superconceitos, pois eles geram superproblemas. Portanto, as palavras “pensamento”, “linguagem”, “proposição”, se têm significado, é porque têm emprego, e “este tem que ser tão modesto como as palavras ‘mesa’, ‘lâmpada’, porta” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 97). Porque, no parágrafo seguinte ele afirma: “cada proposição de nossa linguagem ‘está em ordem, tal como está” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 98).

As ficções filosóficas aparecem quando a “linguagem entra em férias” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 38) e, então, buscam-se representações fundamentais ou essenciais. Wittgenstein entende que “quando a linguagem está em ponto morto, não quando ela trabalha” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 132), esquece-se que palavras como “verdade”, “causa”, “substância”, só têm sentido em jogos de linguagem. Enquanto afirmar, negar, pressupor são jogos de linguagem que têm sentido a partir das diversas formas de vida. Diz Moreno:

As construções gramaticais não são objetivas nem subjetivas, não pertencem ao mundo natural, exterior ou interior, como também não são conteúdos da consciência transcendental. Estão ligadas, todavia, ao mundo natural pelo uso, [...]: entre o transcendental e o empírico, encontramos formas de vida (MORENO, 2005, p. 158).

Assim, entendemos que Wittgenstein, ao estabelecer as formas de vida como suporte para a atividade da linguagem, a tira da condição de caminhar sobre vazios

e, ao mesmo tempo, ele dissolve os enigmas que rondam as atividades do pensamento. Desta forma, as concepções essencialistas dos filósofos da tradição representacionista são dissolvidas. Pois, em Wittgenstein, percebe-se que as proposições, mesmo representando, não são processos mentais nem internos nem externos em relação à mente, elas são expressões descritivas que constituem lances em jogos linguísticos. Moreno diz:

a noção de uso introduz uma dimensão pragmática na reflexão filosófica sobre o sentido, permitindo esclarecer sua autonomia relativa aos respectivos conteúdos unilaterais da significação [...] ou, ainda, o tratamento do dogmático filosófico. É o pragmático, agora, a serviço de uma cura para o pensamento (MORENO, 2005, p. 158).

2.3.1.4 A função representacional

Representar pode ter o sentido de um “ver como” gramatical, enquanto em outros jogos de linguagem pode ter outros usos, depende da circunstância. Quando alguém quer representar alguma coisa, conforme o caso, usa imagens, desenhos, mapas, gráficos, entre outros exemplos. Assim, a representação não fica atrelada à proposição que figura estado de coisa, ela não é o núcleo da linguagem e do sentido. Ela pode entrar em situações em que se pede para que alguém veja algo como tal ou tal. Quando se descreve um aspecto, a representação usada, não diz nada de substancial ou de essencial a respeito da realidade descrita linguisticamente. Glock diz que a representação “é um modo de ver as coisas” (GLOCK, 1998, p. 168).

É imprescindível compreender que não é possível a representação como atividade mental, mesmo quando a usamos de modo habitual, por exemplo, diz Wittgenstein: “se digo ‘O Sr. Falcão não é nenhum falcão’, tenho em mente o primeiro ‘Falcão’ como nome próprio e o segundo como nome de uma espécie de animal. Com o primeiro ‘Falcão’ tem que pairar no meu espírito algo diferente que com o segundo?” (WITTGENSTEIN, 2005a, p. 235). Ainda, outro exemplo, como representar o tempo e a cor? Assim, como a linguagem repousa sobre atividades convencionais, também a representação é constituída sobre acordos gramaticais; ela, como uma das funções da gramática, apresenta os aspectos de atividade comuns de grupos sociais que são constituídos em nossas formas de vida. Por isso,

“o conceito de aspecto é parente do conceito de representação” (WITTGENSTEIN, 2005a, p. 277).

A representação deixa de ser função da mente/pensamento. Para representar alguma coisa própria de uma forma de vida, devem-se seguir as regras do sistema de linguagem que está assentado sobre tal fluxo de vida. Lampreia afirma:

embora Wittgenstein não negue a possibilidade de representação e descrição, com as ressalvas apresentadas quanto à sua determinação, ele considera que nem toda verbalização representa e descreve. Ela pode ser usada para outros fins como fazer afirmações, suposições, perguntas, pedidos, ordens, etc. (LAMPREIA, 1992, p. 325).

Portanto, a representação, enquanto descrição gramatical de aspectos, faz parte da atividade linguística, a qual mostra um modo de se usar a linguagem estimulada a partir de contextos.

Ao invés de perguntar pela natureza da representação, pela essência do pensamento, deve-se demandar como ela é usada nos mais diversos contextos: “não são as representações, ou o que acontece quando se representa alguma coisa, o que se tem de questionar, mas: como é empregada a palavra ‘representação” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 370).

2.3.2 A gramática como atividade complexa

Veremos, a seguir, como Wittgenstein empregou o conceito de gramática, para compreender como o uso da proposição em jogo de linguagem dissolve as perplexidades filosóficas, tanto as do internalismo como as do externalismo. A gramática passa a ser compreendida como atividade contextualizada e não mais como restrita às regras lógicas que figuram fatos da realidade.

A gramática indica, no **Tractatus**, a proposição que representa formas lógicas (cf. WITTGENSTEIN, 2008, § 3.325), as quais se mostram pela redução dos enunciados até suas formas atômicas, para que elas espelhem fatos existentes na realidade. Já nas **IF**, Wittgenstein emprega a expressão gramática para descrever a atividade constitutiva e organizadora dos sistemas de linguagem: “é o modo como se tem a fórmula em mente que vai determinar quais passagens devem ser feitas. [...], o modo como a usamos constantemente, o modo como nos foi ensinado a usá-la” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 190). Em outras palavras, Wittgenstein não reserva a

palavra “gramática” para descrever regras, ele a emprega para apontar a atividade da linguagem, a qual repousa sobre contextos. Nas **IF**, portanto, Wittgenstein usa a noção de gramática para as regras constituídas a partir da práxis social.

As regras, constituídas na e pela gramática, são para orientar a atividade comportamental, por isso elas estão apoiadas sobre formas de vida. Portanto, há nelas expressões de lógica próprias dos fluxos de vida da qual pertencem. Nas **IF**, essas regras/lógicas deixam de lado o dualismo platônico, para se colocarem no cotidiano. Em outras palavras, é no solo rugoso que está ancorada a linguagem natural. Pois, a pureza do discurso, para Wittgenstein, é uma exigência que “... corre risco de se converter em algo vazio. – Entramos em um terreno escorregadio, onde falta o atrito...” (WITTGENSTEIN, 2005a, §107).

A linguagem, entre tantas possíveis aproximações metafóricas pode ser comparada ao jogo de xadrez, porque, assim como no jogo não basta dizer o nome da peça, por exemplo, para executar um lance na partida. Na gramática, a atividade de nomeação não é suficiente para executar sistemas de linguagem que significam nossas proposições gramaticais. Como se está vendo, a representação, em Wittgenstein, pós **Tractatus**, deixa de ser o fulcro substancial do pensamento e passa a ser vista como certa atividade gramatical assentada sobre contextos determinados (cf. ARAÚJO, 2007, p. 22).

Toda explicação que busque mostrar que a representação é afiguração de estado de coisas ou é reflexo de forma lógica comum entre linguagem e mundo, segundo Wittgenstein, é “excelente exemplo de frase inútil” (MORENO, 1995, p. 86). Wittgenstein reformula essa concepção a respeito da atividade gramatical, pois linguagem é mais que representar estado de coisas.

2.3.2.1 A gramática: do fixo ao instável

No **Tractatus**, a função da proposição é pictórica. Ela tem sentido enquanto representa fatos existentes no mundo, pela proposição atômica. Para Glock, o atomismo lógico de Wittgenstein “não se inspira na epistemologia empirista, mas sim em uma teoria do simbolismo de natureza quase kantiana, que explora as condições necessárias para a representação” (GLOCK, 1998, p. 267). No entanto, “o objetivo central de Wittgenstein continua sendo salientar que é preciso haver objetos para que a representação seja possível” (GLOCK, 1998, p. 267).

Wittgenstein critica sua concepção de linguagem do **Tractatus**; ali ele construiu “uma mitologia metafísica sobre uma base lógica” (GLOCK, 1998, p. 269). Por isso, nas **IF**, a função representacional, se dá em casos em que o contexto requer; portanto, quando seu uso fizer sentido. A representação, nas **IF**, funciona como modo de apresentação de aspectos das coisas. A função da representação não consiste em expor o mundo, pois nomear, desejar, contar, falar disso ou daquilo são atividades gramaticais que estão sobre plataformas constituídas pelos fluxos da vida.

Nas **IF**, o significado do simples e o do composto, por exemplo, depende das circunstâncias em que se está usando tais palavras, uma vez que não existe forma única para as proposições (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 47). Wittgenstein faz perceber que não existe a forma lógica para afigurar objetos. No § 97 das **IF**, ele afirma que a ordem pré-existente de todas as coisas é ilusão gramatical provocada por mal-entendimentos linguísticos: isso é criar ficção gramatical. Ele percebe também que o significado não está atado à existência do objeto. Uma palavra pode ser usada num jogo, pois, mesmo que objeto referente à palavra não exista, ela tem significado. O significado depende somente do uso da linguagem em contextos: “o significado de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 43). O significado não habita a mente representacional, “basta que exista um padrão estabelecido de explicação” (GLOCK, 1989, p. 271).

É impossível estabelecer limites fixos na atividade gramatical, pergunta Wittgenstein: “mas quantas espécies de frases existem? Porventura asserção, pergunta e ordem? – Há inúmeras de tais espécies [...]” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 23). Buscar o significado da palavra é procurar apresentar o uso de meios precisos para caracterizar imprecisamente aquilo que é impreciso (cf. MORENO, 2000, p. 61); os meios precisos se referem ao uso. Wittgenstein diz, no **Livro Azul**, que o uso vai nos libertar da tentação de procurar fatos peculiares para a linguagem (cf. WITTGENSTEIN, 1992a, p. 82).

Na transição do **Tractatus** às **IF**, existem modificações na concepção de gramática que podem ser vistas na evolução da compreensão dos sistemas de linguagem. Segundo M. e J. HINTIKKA, Wittgenstein inicia seu trajeto filosófico com a definição ostensiva, passa pela regra e chega aos jogos de linguagem. Então, de início, na busca da solução possível para a relação entre linguagem e mundo, ele a

encontrou na atividade da ostensividade (cf. M. e J. HINTIKKA, 1994, p. 239). Ela fornecia a possibilidade de ensino e aprendizagem das regras, que, por sua vez, mostravam como usar a proposição de modo referência/objeto. Para ele, o ensino, enquanto emprego de nomes, respondia aos aspectos verbais e não verbais. Porém, esta atividade permitia compreender somente os antecedentes causais do uso da linguagem e não sua complexidade (cf. M. e J. HINTIKKA, p. 250). Pode-se dizer, em outros termos, que ela se coloca como ligação entre a linguagem e mundo, mantendo sua inefabilidade.

A gramática consistia na atividade ostensiva. Como Wittgenstein rejeitava questões enigmáticas, pois “se havia alguma coisa que ia contra seus desejos era a postulação de obscuras entidades intermediárias [...] entre nossa linguagem e o mundo” (M. e J. HINTIKKA, 1994, p. 249), ele migrou do ostensivo para a regra formal, estabelecendo a regra como “ponte” entre mundo e linguagem (cf. M. e J. HINTIKKA, 1994, p. 247). Pois, na medida em que se vai obedecendo à regra, se vai aprendendo e compreendendo seu emprego. Aprender significa compreender e executar regras: “aprender o significado de uma palavra consiste na aquisição de uma regra [...] que governa o seu uso” (M. e J. HINTIKKA, 1994, p. 241). Porém, ao deixar a compreensão da gramática como atividade ostensiva para a compreensão da regra, como atividade gramatical, dá-se margem a novo questionamento: como saber se o indivíduo está ou não seguindo a regra? Para Wittgenstein, deve-se observar o comportamento de quem está seguindo a regra; este, supostamente, é determinado na execução de atividades normativas. Seguir a regra permitirá usar a linguagem para dizer algo do mundo; isso não fere a autonomia da linguagem com relação ao mundo, a norma se apresenta como ponto de apoio entre a primeira e a segunda (cf. M. e J. HINTIKKA, 1994, p. 239).

Havendo autonomia das regras em relação ao mundo, Wittgenstein vê a gramática como atividade governada por normas e não pela representação substancial (cf. M. e J. HINTIKKA, 1994, p. 251). Seguir a regra é apenas um elemento do conjunto que inclui fatores como a disposição do ambiente, do pessoal com quem se joga, o porquê se joga. A estrutura da linguagem é sistemática e complexa: “o conceito de jogo além de respeitar as regras consegue levar ao ponto onde os problemas podem ser trabalhados” (M. e J. HINTIKKA, 1994, p. 253).

A linguagem se aprende pelo treino, pelo exercício linguístico que não consiste na substituição do objeto pelo nome, mas pelo uso da proposição como lance de um jogo de linguagem. Sendo assim, as regras, ou poderíamos dizer, os critérios gramaticais, são constituintes dos jogos de linguagem (cf. M. e J. HINTIKKA, 1994, p. 268).

Assim, a evolução da concepção de gramática, portanto também a de proposição, em poucas palavras, pode ser descrita na passagem da proposição como representação de fatos do mundo para sistemas gramaticais nos quais pode haver representação, pois eles estão assentados sobre contextos. Os sistemas são contingentes e suas estabilidades são dadas pela regularidade⁶ dos costumes. Em outras palavras, Moreno diz que “a proposição deixa de ser modelo fixo e exato dos fatos para ser, agora, concebida com uma forma instável de representação, na medida em que sempre pode ser revista, reformada” (MORENO, 2000, p. 56). No **Tractatus** existe uma gramática que reflete fatos existentes no mundo, enquanto nas **IF** existe uma gramática que descreve aspectos do mundo, como hipóteses.

No § 293 das **IF**, Wittgenstein afirma que o objeto é irrelevante para o sentido gramatical. Neste novo modo de compreender a atividade gramatical, ele a exemplifica pela analogia da caixa de besouros. Uma vez construída a proposição: “esta caixa contém besouros”, ela tem significado independentemente de a caixa ter besouros; esta proposição, em um sistema de linguagem, é o resultado da atividade gramatical hipotética com significado. A proposição, nas **IF**, poderá apresentar ou representar o mundo somente no modo hipotético, pois dependendo do contexto seu significado pode variar. Segundo Pears, para Wittgenstein não existe nada fora da fala humana (cf. PEARS, 1973, p. 171).

Nas **IF**, a gramática não está mais voltada para a figuração essencial dos fatos pela proposição elementar. Sua tarefa, agora, é descrita pelos sistemas de linguagem. Ela descreve contextos e não representa substancialmente fatos do mundo. A terapia da linguagem dissolve as ficções gramaticais introduzidas na linguagem pela falta de compreensão da atividade gramatical. No § 24 das **IF**, Wittgenstein, afirma que a função descritiva da gramática não é buscar fundamentos, mas ela deve procurar semelhanças e dessemelhanças linguísticas, uma vez que esta atividade consiste na descrição e não na afiguração substancial

⁶ O tema da regras será aprofundado neste trabalho a partir da p. 45.

dos fatos do mundo. A diversidade de aspectos se percebe na atividade descritiva da gramática e na gramática. Para Stegmüller a “atitude diferenciadora tornou-se para Wittgenstein, [...] uma espécie de ‘imperativo categórico’” (STEGMÜLLER, 2002, p. 448). Para Wittgenstein, descrever semelhanças e dessemelhanças é procurar descrever aparências diferentes das formas de vida.

Em Wittgenstein, o diferente sempre pode ser descrito de forma distinta, basta que para isso haja um contexto de base, sobre o qual os jogos linguísticos possam ser apoiados. Na linguagem, até mesmo falar um círculo quadrado é possível, desde que haja uma forma de vida para que tal expressão gramatical tenha significado.

Quer dizer, a proposição, fora da atividade dos jogos, leva a equívocos ou, como diz Wittgenstein, a enganos gramaticais, como se fossem castelos construídos no ar. De outro modo, um mal-entendido gramatical se mostra quando a proposição é tomada como sendo atividade substancial da linguagem.

A gramática, nas **IF**, não é análise semântica do estado psíquico ou espiritual, nem se resume na redução sintática axiomática como “p é q”. Também não consiste em demonstrar a análise das representações para afirmar se ela tem sentido: “p e/ou q”. Moreno explica que, para Wittgenstein, do **Tractatus**, a função lógica da linguagem se resumia em dizer se a proposição era contraditória (e) ou tautológica (ou): “em uma linguagem natural: o conteúdo da contradição pode ser evocado pela proposição ‘chove e não chove’ e o da tautologia por ‘chove ou não chove’” (MORENO, 2000, p. 18). Para Wittgenstein das **IF**, a gramática descreve estado de coisas a partir de pontos de vista que estão apoiados nos fluxos da vida.

A atividade gramatical, como atividade comportamental, é compreendida a partir das formas de vida, pois é na gramática que se evidencia o comportamento cultural do grupo de falantes. A atividade gramatical é complexa. A terapia da linguagem, pela representação perspícua, pode ser realizada por meio de rica criatividade analógica. Pois a terapia tem a função de descrever as conexões dos jogos e não criar novos jogos. Moreno, a esse respeito, diz:

o filósofo terapeuta poderá ter uma ‘visão panorâmica’ do conjunto dos jogos, [...] e ser capaz, assim, de liberar-se, [...] do dogmatismo a que é conduzido pela ‘dieta unilateral’, isto é, liberar-se das imagens que forçam o pensamento a uma direção única e persistem como as sombras. [...] é o momento em que as ligações analógicas poderão exercer a cura do pensamento dogmático (MORENO, 2000, p. 75).

As analogias, importantes para a atividade gramatical, alargam a compreensão das conexões da linguagem dissolvendo, assim, a rigidez das imagens de cunho essencialista. Wittgenstein dissolve, com a noção de jogos de linguagem, a fixidez da proposição possibilitando a multiplicidade de significados possíveis na linguagem.

Wittgenstein, nos §§ 36 e 37 das **IF**, ressalta que o enunciado não representa estado de coisas. Por exemplo, não há representação exata para as palavras “este”, “isto”, “azul”.

Pode-se executar o jogo da imaginação, mas a imagem não é resultante do processo mental, ela é atividade gramatical. Não é necessário que ocorra um evento ou um processo mental quando se imagina algo. Porque as imagens fazem parte legitimamente de nossas formas de vida, portanto, como diz Moreno:

é preciso salientar, todavia, que as próprias imagens ‘fazem parte’, legitimamente, dos jogos de linguagem, uma vez que elas também exercem funções importantes em nossa vida. Assim, por exemplo, é importante para nossa vida pensar que a dor é uma sensação privada, que o amor é uma emoção muito íntima, [...]. Vivemos em torno destas interpretações e assim organizamos nossas formas de vida (MORENO, 1995, p. 40).

Apesar da semelhança entre imaginar e imagem ser grande, suas gramáticas são diferentes; diz Wittgenstein que “os jogos de linguagem empregando estes conceitos são radicalmente diferentes” (WITTGENSTEIN, 1989, § 625). Imaginar é um jogo de linguagem e imagem pode ser a representação exigida a partir de algum contexto. Portanto, não se pode esquecer que, segundo Wittgenstein, “uma representação não é uma imagem, mas uma imagem pode corresponder a ela” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 301). O imaginar, como jogo, é uso linguístico, e a imagem, como uma atividade descritiva da linguagem, é função da gramática.

Para Wittgenstein, a imagem de algo ou a representação de estado de coisas são analisadas em suas nuances a partir de seus contextos:

representações auditiva, representações visuais – como se distinguem de sensações? Não é pela ‘vivacidade’. As representações não nos dizem nada, quer de certo quer de errado, sobre o mundo exterior. (As representações não são alucinações, nem fantasias). Enquanto estou a olhar para um objeto, não consigo imaginá-lo. Diferença entre jogos de linguagem: ‘olha para esta figura’ e: ‘imagina esta figura!’. As representações estão sujeitas à vontade. As representações não são imagens. Não digo qual o objeto que estou a imaginar pela semelhança entre ele e a representação. À pergunta ‘Que imaginas?’ pode responder-se com uma imagem (WITTGENSTEIN, 1989, p. 621).

A cada estilo de vida diferente corresponde uma multiplicidade de representações gramaticais que são significadas a partir de usos e circunstâncias específicos. Na multiplicidade e na possibilidade de representação de estado de coisas, por semelhança de família, elas se aproximam como também se distanciam constituindo, assim, os sistemas de linguagem. A gramática constitui metáforas, as quais se conectam entre si até constituir a linguagem de um povo. Por isso, a língua de um povo pode apresentar sua cultura.

2.3.2.2 A gramática e seus níveis

Wittgenstein, empregando a analogia do profundo e do superficial, diz que a gramática, quando analisada no nível superficial, não mostra nada, pois é atividade sintática; mas ela, quando analisada no sentido profundo, pode levar ao “nó” de questões filosóficas. Através da representação perspicua⁷ ou da criatividade analógica, Wittgenstein apresenta a noção de que a linguagem pode descrever aspectos de comportamentos sociais que até então não tenham sido descritos ou usados por algum sistema linguístico. Porém, mesmo assim, deve estar claro que a linguagem, por mais que possa descrever aspectos do comportamento social, não tem a função de descrever somente esses comportamentos. A linguagem é contingente e autônoma em relação a qualquer objeto. Linguagem é atividade gramatical arbitrária e eventual que está assentada sobre formas de vida.

Na gramática, segundo Wittgenstein, existe um desnivelamento. Quando ele é visto em sua complexidade, desfaz confusões existentes no emprego de proposições. Wittgenstein, para descrever este desnível gramatical, apresenta as metáforas do superficial, para indicar a atividade sintático-semântica, e do profundo, para fazer ver a atividade pragmática. No § 664 das **IF**, ele diz: “é no uso de uma palavra, pode [...] fazer a distinção entre uma ‘gramática superficial’ e uma ‘gramática profunda’”. É importante saber que, para ele, no emprego de qualquer proposição já estão contidos os dois sentidos, o superficial e o profundo, pois, em qualquer enunciado elaborado linguisticamente, encontra-se a estrutura sintático-semântica (superficial) e o pragmático (profunda). Desta forma, compreende-se que

⁷ Segundo Glock, em sua obra “Dicionário Wittgenstein”, a “representação perspicua” para Wittgenstein permite ver conexões, cf. 357.

as condições semânticas e as condições pragmáticas são constituintes das proposições, inseridas em sistemas de linguagem.

Na gramática superficial, a proposição se articula na condição sintático-semântica. Na gramática profunda a proposição é vista como padrão usado a partir de contextos. A articulação entre o padrão (semântica) e o uso (pragmática), possibilita falar com sentido.

Stegmüller explica esses níveis gramaticais dizendo que a gramática superficial estabelece distinções rudimentares tais como proposições declarativas, interrogativas e imperativas, isoladamente (cf. STEGMÜLLER, 2002, p. 447). Enquanto a gramática profunda estabelece distinções mais sutis, pois permite analisar o comportamento linguístico. A superficial permite a análise sintático-semântica da gramática e a profunda possibilita compreender o comportamento social a partir de formas de vida. Porém, não se deve esquecer que tanto o superficial como o profundo estão presentes no enunciado linguístico. Não tem sentido falar de enunciado superficial separado de enunciado profundo.

A gramática constitui e organiza linguisticamente objetos estabelecendo ordens, listas, tabelas. Moreno diz que os empregos gramaticais, por um lado, vinculam a palavra à circunstância [profunda] e, por outro, organizam conteúdos [superficial] (cf. MORENO, 2005, p. 154). Isso sugere que os cientistas da linguagem devam se ocupar da gramática superficial, enquanto os filósofos devam se ocupar da gramática profunda – “com o termo ‘gramática profunda’ Wittgenstein aponta para aquilo que lhe interessa diretamente” (STEGMÜLLER, 2002, p. 447).

A gramática, em seu nível profundo, aceita somente aproximação conceitual realizada por meio de semelhança de família. A partir de um padrão, a gramática, sem estabelecer definições, porque trabalha com sistemas, faz inferência analógica e/ou metafórica para significar suas proposições. Deve-se entender por analogia, segundo Penido, “realidades que apresentam caracteres comuns e consequentes relações de semelhança” (PENIDO, 1946, p. 14) e “o análogo não é, pois, nem o idêntico, nem o disparatado, mas ‘o semelhante-dissemelhante’ parelha realmente mal ajustada, mas inseparável, realidade híbrida, feita de traços comuns e de fatores diferenciais” (PENIDO, 1946, p. 15).

Portanto, a proposição, inserida em sistemas de comunicação, pelas relações de semelhança, descreve aspectos gramaticais a partir das formas de vida. A

atividade analógica da linguagem descreve representações híbridas ou indica “parelha(s) mal ajustada(s)”, e estas são apresentações gramaticais circunstanciais. Usar proposições não depende mais da forma asserção/objeto. Os enunciados linguísticos são compreendidos como padrões gramaticais cujo significado depende do contexto.

Em Wittgenstein, uma gramática pode ter diferentes tipos de funções, inclusive a da representação. Por exemplo, a palavra cadeira, pode ser empregada a um objeto ou pode apenas servir como referência padronizada, sem indicar um objeto específico.

Assim, para Wittgenstein das **IF**, as proposições da gramática, em seus níveis, superficial e profundo, não são afigurações da realidade, porque elas são descrições de aspectos dos fluxos de vida. Pode-se dizer que a linguagem deixou de ser vista como constando unicamente de proposições que figuram lógica e formalmente a realidade. Uma proposição pode representar algo para alguém, ela deve ser entendida como uma das atividades funcionais da gramática. Também a representação deixa de ser mental para ser funcional, formas de vida representam isso ou aquilo em jogos de linguagem que fazem sentido conforme a circunstância.

2.3.2.3 A complexidade gramatical

Wittgenstein, com sua crítica ao representacionismo, chama a atenção para certa cegueira linguística, ou seja, muitas vezes, por não se dominar as técnicas da linguagem, as proposições gramaticais se apresentam como proposições empíricas. Para Wittgenstein, o modo como alguém representa algo se relaciona com imagens diferentes e gramáticas diferentes. Diz ele,

Posso me representar que ‘toda barra tem um comprimento’? Ora, eu me represento precisamente uma barra; e isto é tudo. Só que esta imagem, em conexão com esta frase, desempenha um papel inteiramente diferente do que uma imagem em conexão com a frase: ‘esta mesa tem o mesmo comprimento daquela’ (WITTGENSTEIN, 2005a, § 251).

Para evitar a cegueira gramatical, deve-se olhar para a compreensão linguística, esta se expressa como domínio de técnicas gramaticais. O domínio das regras é compreendido via gramática contextualizada, porque ela tem a estrutura que possibilita a compreensão e o seguimento de regras. Diz ele: “não se trata do

fato de que nossas impressões sensíveis nos possam enganar, mas de que compreendamos sua linguagem. (E esta linguagem, repousa, como qualquer outra, numa convenção.)” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 355). Quer dizer, sabemos quando se trata de significar pela interpretação de nossas impressões e, até mesmo, esse tipo de linguagem é expressão de concordância sobre determinado hábito social.

Wittgenstein, nas **IF**, percebe que a descrição da proposição pode ser feita de dois modos: uso descritivo de objetos e uso descritivo do uso das palavras. Por exemplo, “vermelho existe”, esta proposição pode estar indicando que existem objetos de cor vermelha; e pode ser que está indicando que a palavra “vermelho”, tem uma significação quando aplicada para caracterizar a cor de algo, como “essa fruta é vermelha”.

Vê-se que, no primeiro exemplo, a proposição é acerca da existência da cor, por isso, ela pode ser fonte de perplexidade ou produzir enganos gramaticais, se não for usada de forma correta. Enquanto, no segundo exemplo, a proposição não descreve fatos, mas o emprego gramatical que se faz da palavra a partir do contexto, assim, ela não resulta em ficções nem em perplexidades linguísticas. O uso da proposição, nos jogos de linguagem, exige o domínio de técnicas e assim não há confusão quanto a seu emprego. O contexto indica o significado. Não se pode forçar um jogo se a circunstância não permitir. Ele não será significativo.

Wittgenstein entende, nas **IF**, que empregar proposições é atividade linguística. Esta se constitui quando as condições semânticas são viabilizadas pelas condições pragmáticas, próprias das formas de vida. Em outras palavras, poderíamos dizer que a proposição, inserida em sistemas, significa se empregada a partir de circunstâncias, isto é, a atividade gramatical significa quando empregada sobre contextos culturais e/ou biológicos.

2.4 O USO GRAMATICAL

O uso, nas **IF**, é um conceito operatório para indicar quando um termo tem significado. Essa noção é uma das principais contribuições de Wittgenstein para a filosofia da linguagem. Pois, para ele, “a aplicação permanece um critério da compreensão” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 146).

A questão do uso, em Wittgenstein, é tema transversal à gramática filosófica, pois compreender que o significado depende do emprego da palavra a partir de contextos é o tronco nevrálgico da pragmática⁸ apresentada nas **IF**; é importante salientar que Wittgenstein, como se verá, não tem uma teoria acerca do que é a pragmática, mas pode-se dizer que ele pressupõe esse nível, o da ação da linguagem e o do uso das proposições em diferentes contextos. Compreender o uso da palavra é entender seu significado, é saber como empregá-la. O significado decorre do uso, garantindo às proposições alcance prático e válido.

2.4.1 Da figuração à práxis linguística

Em síntese, no **Tractatus** se a proposição figura o estado de coisas, então tem sentido; nas **IF**, se a proposição é usada a partir do contexto, ela tem significado. A primeira concepção é cristalina, rígida e imutável; já a segunda, ao contrário, é rugosa, instável e líquida. Isso porque, enquanto figuração, a linguagem é tida como representação lógica do mundo, a proposição é espelho da realidade e quem lhe dá sentido é o estado de coisa que está sendo figurado. Por outro lado, nas **IF**, a linguagem usada e descrita a partir das formas de vida, é autônoma. Pois ela não está para o estado de coisas, mas se encontra no mundo como atividade comportamental, e, como tal, não depende do mundo, por isso ela não o reflete. Ou seja, Wittgenstein, pós **Tractatus**, compreende que a representação do mundo não é função de proposições atômicas, mas é uma das muitas funções da gramática ao apresentar aspectos do mundo e que pode também ser compreendida como um dos incontáveis jogos de linguagem. Portanto, a representação, como maneira de apresentar algo, é atividade que serve, por exemplo, para descrever aspectos de formas de vida, sem mostrar essências ou substâncias tão desejadas pelos representacionistas tanto os mentalistas (internalistas e externalistas) como os semanticistas (linguistas).

A representação no **Tractatus** figura o mundo e nas **IF**, quando requerida pelo contexto, apresenta fatos circunstancializados. No **Tractatus** a representação é a essência da linguagem e nas **IF** pode ser um “ver como” gramatical. Nesta virada da compreensão da representação, Wittgenstein realiza a emancipação da

⁸ A noção de “pragmática” nesta pesquisa é trabalhada a partir da p. 70.

linguagem em relação aos fatos do mundo. Esta relação se constitui no uso circunstancializado, por isso, a relação do sujeito com o mundo se dá no uso da linguagem. O uso é comportamental; assim, a linguagem é parte do comportamento humano.

Nas **IF**, a lógica da figuração transcendental cede vez aos conjuntos de atividades gramaticais ligados às características culturais e/ou biológicas das formas de vida.

2.4.2 A atividade linguística

Wittgenstein considera que: admitir que o signo tenha significado em si é aceitar uma ficção linguística e admitir que o signo tenha o significado que lhe é dado a partir de fora é absurdo. Sendo assim, é preciso compreender que o signo é construção gramatical que tem significado pelo seu uso em contextos. Para que se entenda corretamente a questão do uso, Wittgenstein apresenta o exemplo da seta: esta só indica alguma coisa quando é usada, fora disso nada significa: “a seta só indica na aplicação que o ser vivo dela faz” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 454).

Wittgenstein rejeita toda explicação que queira mostrar significados como algo substancial, porque esta atitude vai exigir outra explicação que, por sua vez, vai exigir outra, e assim sucessivamente até o infinito. Tal círculo vicioso nada diz e nada acrescenta, por isso é sem sentido. Sendo assim, o significado do signo não se mostra por meio de definições, mas se descreve indicando o uso deste em determinadas circunstâncias. Por exemplo: como ensinar o significado da seta? Ensina-se indicando qual é seu uso a partir do contexto: no trânsito, nas passarelas, nos vetores e outros. Diante da riqueza de usos, tem-se a multiplicidade de significados. Do outro modo, não se obtêm resultados quando se procura mostrar o significado, principalmente através de conceitos essencialistas.

Ao descrever o uso do signo, em determinado contexto, vamos entender o significado dele, porque se compreenderá o jogo de linguagem que estamos executando. Então, por meio desta percepção alargada, ver conexões linguísticas, evita ficções gramaticais. O uso é o indicador de significados. Este depende somente de quantos tipos de uso o contexto permitir.

O significado da proposição não é mostrado pela substituição da palavra por outras palavras. A permuta proposicional não promove a compreensão gramatical necessária para perceber o significado, sendo que “o uso está para um uso objetivo e correto dessa palavra” (STEGMÜLLER, 2002, p. 446). Descrever o uso da proposição em determinado contexto é, então, a atitude correta para dissolver a ideia de que o significado é processo mental ou de que é a representação substancial de estado de coisas. A proposição, quando significada no contexto, apresenta-se como descrição de aspectos de formas de vida, sem indicar causas e fundamentações; uma vez que a “nossa linguagem é característica de nosso modo de vida” (ARAÚJO, 2004, p. 122).

Não existe um modo substancial de uso da proposição, pois não existe forma de vida que seja essencial para todos os fluxos de vida. A diversidade de uso enquanto indicador de significado é o conceito-chave para se compreender as múltiplas atividades gramaticais que apresentam o mundo.

Diante da multiplicidade dos jogos, portanto, dos usos, “uma teoria que tentasse impor um único padrão sobre toda essa diversidade não poderia senão lhe ser anátema” (MONK, 1995, p. 472).

Wittgenstein, segundo Monk, em sua crítica ao representacionismo, pronuncia-se contra aqueles teóricos que consideram que haja uma teoria, a dos “jogos” como sendo o fundamento de sua filosofia. Mas, para ele, não há uma teoria atrás de toda a diversidade da linguagem e de nossas formas de vida.

Pela noção de uso, a compreensão do significado não é resultante de processo mental. A terapia gramatical faz com que a linguagem seja vista apenas como hipótese sobre fatos e não como reduzida à proposição lógica e nem como mente representacional. A terapia gramatical mostra que o discurso pertence à gramática e esta é parte da forma de vida.

2.4.3 O uso e o significado

“Todo signo, sozinho, parece morto” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 432). O signo vive a partir de um uso e no uso já há compreensão. Uma criança quando aprende falar, aprende um comportamento. Ela aprende normas linguísticas, portanto aprende usar técnicas de linguagem. Nesta atividade gramatical, a criança

compreende o uso de palavras em certo contexto, portanto, aprende a executar jogos de linguagem. O aprendizado da criança se dará no conjunto de padrões proposicionais cujo significado decorre do uso e do contexto, o que exigirá da criança o domínio de técnicas linguísticas para que ela seja inserida em determinado grupo. Medina diz que

Wittgenstein insiste que no aprendizado de uma língua materna o objetivo não é o de juntar informação linguística que já se tem condições de usar; o objetivo é, (...) aprender a fazer coisas como os outros as fazem, isto é, dominar certas técnicas de uso por meio da imitação (MEDINA, 2007, p. 107).

Quando a criança começa a falar ela aprende, entre outros, também o jogo da representação. Conforme o indivíduo vai se inserindo na intersubjetividade do grupo cultural, ela aprende representar coisas na medida em que participar das atividades sociais, por exemplo, quando se diz “pensar” se mostra, com a mão, a cabeça. Esse comportamento é aprendido, entre tantos.

A significação é viabilizada por agentes sociais. Para Machado, “esse agente é a pessoa que usa a linguagem” (MACHADO, 2007, p. 206); porém não devemos esquecer que o significado não está no agente, mas na gramática em que ele está inserido. Pela linguagem e pela intersubjetividade que permite compartilhar os jogos de linguagem, as coisas são ordenadas gramaticalmente. O “administrador” do significado gramatical é o indivíduo que fala, porém o significado não está em processos mentais, mas na gramática que ele usa. Portanto, o significado se apresenta no comportamento linguístico.

O significado, dependendo de agentes sociais, é intersubjetivo; pois ele é arranjado pela práxis comunitária. O significado é viabilizado nos jogos de linguagem, portanto, eles aparecem e desaparecem de modo arbitrário nos sistemas linguísticos. Estes dependem somente da exigência do contexto em que estão assentados.

Wittgenstein não tem a intenção de justificar o que é a atividade gramatical, ele apenas quer indicar que a linguagem faz parte de nosso comportamento social. É “errônea ideia de que a explicação do significado deve eliminar todas as possíveis dúvidas, todos os mal-entendidos” (MACHADO, 2007, p. 222). Podemos dizer que o trabalho de Wittgenstein consistiu em levar o significado a seu devido lugar, aos jogos de linguagem: “nós conduzimos as palavras do seu emprego metafísico de

volta ao seu emprego cotidiano” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 116). Seu trabalho dissolveu as ilusões gramaticais, nas quais a linguagem estava imersa: “desgraçadamente, uma espécie de maldição parece que nos acompanha; aquela que nos serve por excelência, a linguagem, nos confunde por excelência. O trabalho do filósofo é colocar, estimar e valorar a linguagem sem cair em seus extravios” (SÁDABA, 2002, p. X).

O significado e o uso não são sinônimos: “não se pode dizer que ele coloca os conceitos em pé de igualdade, empregando o uso (...) como substituto de ‘significado’ (...) ou de sentido” (STEGMÜLLER, 2002, p. 441). Em outras palavras, vários usos circunstanciais podem levar a múltiplos significados, mas a diversidade de significados não pode conduzir à variedade de usos: “dado o uso de uma palavra, podemos inferir seu significado sem qualquer evidência adicional, mas não o contrário” (GLOCK, 1998, p. 361). Tomemos como exemplo o jogo da representação da flor. Dependendo do uso se tem um significado: uma flor pode ser comparada a uma mulher, a uma planta, a um gesto delicado. Aqui temos uma palavra que em três formas de uso, contextualizados, obteve três significados diferentes. O contrário não é possível, ou seja, dos três significados: de mulher, planta e gesto, não podemos chegar à flor, porque estes seriam pontos de partida para outros usos, os quais indicariam outros significados.

Afirmar que o significado é mostrado quando a palavra é usada em jogos de linguagem, pode parecer que isso leva a um “caos linguístico”, pois não há mais pontos de fundamentação para ele. Mas não é o caso, pois como explica Moreno

nossas gramáticas habituais perderam seu costumeiro ponto de apoio natural, mas não que se instaurou, por isso, o caos, o domínio da alucinação ou do delírio. Novas figuras da razão agora gramatical emergirão (2005, p. 187).

Araújo afirma que “cada vez que Wittgenstein menciona ‘jogos de linguagem’, poderia substituí-lo por ‘uso da linguagem’, pois sua finalidade é tecer observações sobre a gramática...” (ARAÚJO, 2004, p. 107). Os jogos de linguagem são muitos. É impossível determinar a quantidade deles. Diante desta característica, eles são incomensuráveis, pois não têm um fio a tecê-los e dar-lhes unidade. Porém, eles se encontram conectados segundo a lógica da gramática da linguagem cotidiana, ou seja, os jogos de linguagem podem ser aproximados por semelhança de família. O

jogo, mesmo sendo arbitrário, tem identidade e, por isso, ele constitui unidade de sentido. Esta característica permite perceber se eles são semelhantes.

A diferença entre uso e significado se apresenta no fato de que o uso é a atividade na gramática, como seguir a regra; enquanto o significado é a atividade da gramática, como expressão da atividade gramatical.

2.5 AS REGRAS GRAMATICAIS

“Seguir regras pressupõe uma sociedade” (ZILLES, 1994, p. 77). Nossa gramática, expressão de comportamento social, consiste em executar e aprender técnicas de uso de significados, porque somos usuários da linguagem.

No que consiste seguir a regra? Como saber se alguém a seguiu? Para saber se alguém seguiu a regra, antes se deve certificar se o indivíduo conhece a regra do jogo. Diz Wittgenstein: “diremos que a regra está envolvida na compreensão, na execução de uma ordem, etc.”; ainda: “a regra que foi ensinada e é subsequentemente aplicada apenas nos interessa na medida em que está envolvida na aplicação” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 42). Seguir a regra é: hábito, uso ou costume (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 199), portanto, é atividade intersubjetiva, cultural.

Sabemos que o indivíduo seguiu a regra ao olhar para o resultado obtido, ou seja, o comportamento de quem diz ter seguido tal regra, vai mostrar se o jogo foi executado de modo correto. O comportamento de quem seguiu a regra tem que estar de acordo com o costume comum da forma de vida que está servindo como pano de fundo. Pois seguir a norma é prática social, “seguir a regra’ é uma prática. Sendo que acreditar seguir a regra não é: seguir a regra” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 202). Então, para ver se alguém seguiu a regra, devemos olhar para a regularidade de tal comportamento a partir do fluxo de vida. Para Wittgenstein, toda comunidade linguística, para fazer afirmações ou negações, por exemplo, necessita criar e seguir regras. Diante de qualquer comportamento linguístico, devemos levar em conta a regra que foi usada para tal atividade gramatical; assim, aquilo que se apresenta como necessidade de alguma coisa é resultado da regra concordada

sobre contextos específicos, ela será sempre hipotética. Sempre haverá regras vigentes ou novas para as mais variadas práticas sociais.

Wittgenstein, com a noção de seguir a regra, entende que a compreensão não é processo mental, mas é gramatical. Ele nos faz compreender que a regra determina aquilo que é considerado pelo grupo social como correto ou incorreto no seu dia a dia:

Wittgenstein ataca a ideia de que a compreensão é um estado ou processo mental do qual decorre a aplicação que fazemos das palavras. (...), ele se volta para a questão de como uma regra determina e que pode ser considerada como uma aplicação correta ou uma aplicação incorreta (GLOCK, 1998, p. 313).

2.5.1 A contingência gramatical

As regras sustentam e justificam as ações humanas, sem precisar de justificativa última, final. Na gramática, chega-se à hora em que não se precisa justificar mais nada, este é o momento em que se chega ao solo duro, básico:

'como posso seguir uma regra' – se esta não é uma pergunta pelas causas, então é uma pergunta para justificar minha maneira de agir de acordo com a regra. Se esgotei as justificativas, cheguei então à rocha dura, e minha pá entortou. Estou inclinado a dizer então: 'É assim mesmo que eu ajo' (WITTGENSTEIN, 2005a, § 217).

As regras não são inflexíveis, porque elas são análogas aos jogos de linguagem; e estes são contingentes. Por esta relação entre regra e jogo, as normas não se apresentam como determinantes, antes elas são vagas; como analisa Moreno:

o caráter vago das regras e, conseqüentemente, dos conceitos, é o resultado da íntima ligação que a linguagem mantém com nossas ações e suas circunstâncias contextuais: variações nas circunstâncias acarretam mudanças de finalidades e expectativas quanto aos usos dos conceitos, às formas de organizar os conteúdos da experiência (MORENO, 2005, p. 154).

Quando se está jogando e um lance não foi bem executado, os jogadores vão conferir as regras do jogo, não para chegar ao que fundamenta tais regras, mas para avaliar sua correta aplicação, para verificar se houve engano na execução de algum lance do jogo.

A ilusão linguística, fixar representações transcendentais lógicas e cristalinas, consistiu-se no instante em que se busca instituir uma regra como meta-regra. Wittgenstein afirma que a fonte de toda confusão é a dieta unilateral, isto é, ter somente uma espécie de exemplo – “dieta unilateral” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 593). Arbitrar é usar regras conforme a necessidade, por exemplo, um árbitro de futebol usa regras segundo a necessidade ou exigência dos lances do jogo. Seu esforço é arbitrar a partida de futebol segundo as normas concordadas. O mesmo se dá no uso da linguagem.

Machado diz que “a existência de regras pressupõe comportamento regular, pressupõe que o acerto não seja a exceção. [...] Isso não significa que não possamos criar regras que nunca são seguidas” (MACHADO, 2007, p. 268). A regra possibilita que o jogo seja desenvolvido de modo normal. Wittgenstein diz que, se a exceção se tornasse regra, nossos jogos de linguagem normais perderiam sua função (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 142). Quando uma norma, em vez de convencionalizada, é criada de forma que não exista conduta como base, forma de vida, ela acabará sem uso. Regra sem uso é ficção linguística.

Para Moreno, em Wittgenstein, são as regras que constituem o comportamento linguístico, tanto nas proposições gramaticais como nas empíricas. Na instituição ou no seguimento de regras linguísticas se constitui proposições hipotéticas, descritivas e explicativas. Portanto, por admitir

diversos graus de vagueza ou de exatidão, os conceitos aplicados em conformidade com essas regras recortam convenientemente a experiência e, combinados entre si, permite-nos produzir enunciados hipotéticos, descritivos e explicativos (MORENO, 2005, p. 153);

O caráter vago das regras aparece em regiões da experiência, na qual se cristalizam usos de palavras. Diz ele:

assim, também, que explicamos essas regiões da experiência, através de modelos científicos – regiões cujo sentido já nos é, todavia, conhecido de maneira imprecisa e vaga, através de vagas e imprecisas definições ostensivas e de gramáticas conceituais que refletem e cristalizam usos de palavras em situações pragmáticas de sua aplicação (MORENO, 2005, p. 153).

Em outras palavras, as aplicações das regras variam segundo as circunstâncias. A autonomia da linguagem com relação ao mundo se evidencia pela vagueza normativa; a gramática não depende de situações exteriores a ela. Por

isso, a linguagem não é atividade mental nem figuração da realidade. A gramática descreve aspectos do mundo, sem precisar recorrer a substâncias internas ou externas que justifique a atividade mental: “um ‘processo interno’ precisa de critérios externos” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 580). As regras gramaticais não são objetivas (exteriores) nem subjetivas (interiores) e nem mesmo atividade do eu transcendental (solipsista). Elas são intersubjetivas.

Diz Chauvirè:

as regras da linguagem [...] não têm nenhum fundamento: nada na realidade as justifica. São regras autônomas, que ninguém as definiu. São arbitrárias (mas alterá-las equivaleria a mudar o jogo) (CHAUVIRÈ, 1991, p. 91).

A arbitrariedade da regra consiste, então, no fato de que as normas são flexíveis e modificáveis. Araújo afirma:

os jogos são guiados por regras que nunca dirão o que exatamente é o jogo, pois seus contornos são imprecisos e as regras não os exaurem, nem os determinam, apenas indicam direções, não elucidam todos os casos a que se aplicam, podendo dar margem a dúvidas, o que não impede de se mostrarem eficientes ao preencherem dada finalidade (ARAÚJO, 2004, p. 113).

A regra é arbitrária, no entanto não pode ser empregada de modo qualquer, pois aquilo que é critério para uma forma de vida não necessariamente o será para outro estilo de vida. O contexto, na linguagem, impõe certa determinação normativa. Em relação a isso Moreno afirma: “está claro que não há regras prescritivas e exatas, mas somente como resultado de uma deliberação prévia quando do início do jogo que se quer jogar” (MORENO, 2005, p. 153).

Se houver necessidade de mudanças nas regras, a gramática se adaptará a elas, se uma regra deixa de ser usada, a linguagem formula outras, ela constituirá outras normas de acordo com as formas de vida que lhe estão servindo como pano de fundo.

O acordo normativo no modo de descrever determinados comportamentos comuns aos membros do grupo social é o que basta para a constituição da atividade gramatical. Ao constituir ou modificar regras, não há necessidade de fundamentações ou de justificações últimas. Constituir regras é questão de apresentar normas que descrevem contextos de certos fluxos de vida. Para Schmitz,

dizer que as regras ‘gramaticais’ são arbitrárias, [...] pode significar duas coisas. De um lado, pode significar que nós ‘escolhemos’, [...] esta regra de preferência a outra. Em consequência, poderíamos perfeitamente ter adotado outras [...] Por outro lado, isso também pode significar algo mais modesto, embora mais interessante. Dizer que uma regra de um jogo é arbitrária pode significar apenas que não podemos justificá-la (SCHMITZ, 2004, p. 155).

A gramática não determina, portanto, regra única e cristalizada, a da proposição analisada, depurada, que estrutura estado de coisas no mundo. É na arbitrariedade da regra que a gramática descreve aspectos do mundo.

2.5.2 Seguir regra expressa comportamento linguístico

Seguir regra corresponde a descrição do comportamento, costume ou uso. São práticas assumidas por, no mínimo, duas pessoas; e não há possibilidade de o indivíduo constituir regras, elas são públicas: “não é possível um único homem ter seguido uma regra uma única vez” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 199). Nas **IF**, seguir regras e seguir modelos difere, pois “o modelo parece inspirar-lhe como deve andar. Mas modelo não é regra!” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 237). Se a regra é pública, ela é ensinada e aprendida, ou seja, ela é praticada de acordo com o fluxo de vida que a sustenta. Para ensinar a norma, devemos descrever como é sua prática a partir de contextos específicos, porque ela é expressão de comportamentos sociais. Fann afirma que as regras são públicas e, conseqüentemente, sociais (cf. FANN, 1992, p. 96).

Os sistemas de linguagem são constituídos e viabilizados pelas regras, as quais apresentam os costumes, os mitos, os folclores, a religião de povos diversificados. A práxis grupal, comportamento linguístico, estabelece regras para normatizar hábitos comuns de grupos. As pessoas do grupo não precisam ter conhecimento a priori ou pré-determinado das normas para as seguir. Essas pessoas precisam compreender quais são as regras e saber usá-las, mas não o que são essas regras. Pois, se o indivíduo está inserido em determinado grupo é porque ele está executando jogos. Portanto, mesmo se o indivíduo não conhece “o que é” a regra, ele pode executá-la, pois ele a aprendeu e sabe como empregá-la. Para Araújo,

seguir a regra não depende de um suposto processo mental, interior. Tanto podemos saber, como não saber seguir uma regra. As reações que conduzem a comportamentos, a modos comuns de agir são seguidas. As que atrapalham são evitadas (ARAÚJO, 2004, p. 120).

Quando a regra não tem mais emprego, ela é abandonada e outras a substituirão, segundo a reivindicação de tal contexto de base. Pois, constituir e organizar atividades linguísticas, a partir de exigências das formas de vida, é próprio da atividade gramatical de cada grupo social. Instituir, modificar ou diluir regras descreve modificações que o comportamento do grupo está sofrendo. As normas aparecem e desaparecem conforme o comportamento linguístico vá se moldando.

A comunidade linguística, para fazer afirmações, negações, perguntas, dúvidas, crenças, necessita estabelecer e seguir regras. Uma vez que estas são constituídas, elas exigem a continuidade do uso a partir de bases culturais para manterem-se significativas. Portanto, a norma de um grupo não é válida para outros grupos. Falar em regras fixas e supraculturais não tem sentido. Por exemplo, a pessoa que muda de grupo comportamental sofrerá adaptações às novas regras dadas pela nova base cultural. Depois da adaptação a pessoa sabe como usar as regras que seu grupo atual constituir. Falar uma linguagem é fazer parte duma forma de vida – “representar uma linguagem equivale a representar uma forma de vida” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 19). Stegmüller analisa a dificuldade de aprender e se adaptar à forma de vida diferente:

para elucidar, de um lado, quão complicados e de difícil penetração podem ser os jogos de linguagem, mesmo os relativamente simples; e, de outro lado, mostrar que e como as regras vigentes numa tal forma de vida são regras convencionais, Wittgenstein apresenta sempre novos exemplos de jogos de linguagem primitivos e fictícios ou concebíveis forma de vida, bem diversas da nossa (2002, p. 451).

É a partir da constituição de certo tipo de regra que tem sentido se falar do correto ou do certo, ou do incorreto ou errado. A possibilidade do erro no seguimento da regra exige da comunidade abertura para a possibilidade de movimentos diversos (cf. WITTGENSTEIN, 2005, §193). Caso não houvesse a hipótese do erro não haveria necessidade de se seguir regras.

Para Wittgenstein, pensar é dominar técnicas, seguir regras e estar inserido em contextos em que o uso de expressões relativas ao tipo de atividade do pensar faz sentido. Por isso, para ele “uma máquina de fato não sabe pensar! [...] Somente do homem e do que lhe é semelhante dizemos que pensamos” (WITTGENSTEIN,

HUK, Marcos Roberto. **Os jogos de linguagem e a crítica ao representacionismo**. Curitiba: PUC/Paraná – Dissertação, 2009.

2005a, § 360). Hacker afirma: “os critérios que temos para atribuir pensamento a um sujeito residem no comportamento exibido em certas circunstâncias”. Ainda Hacker:

pensar é um fenômeno da vida que é exibido numa infindável variedade de tipos de comportamento no interior do fluxo da vida. Suas formas são aspectos de uma forma de vida, de uma cultura. Não é preciso temer que as máquinas um dia nos ultrapassem no pensamento, embora seja perfeitamente possível temer que elas nos levem a parar de pensar por nós mesmos (HACKER, 2000, p. 61).

Então pensar é a atividade humana habilitada pela linguagem, a qual repousa sobre fluxos de vida. O pensar, como habilidade linguística, é normatizado a partir das formas de vida. Por isso, para cada época há diferentes técnicas de pensamento, estas correspondem aos diferentes comportamentos linguísticos, os quais, por sua vez, estão assentados sobre fluxos de vida específicos. Condé diz que as regras incorporam necessidades lógicas surgidas a partir de nossas práticas culturais: “é esta importância atribuída [...] às regras de uso da linguagem que, [...] determina a ‘inversão de toda nossa consideração’” (CONDÉ, 1998, p. 113). A aplicação da norma não esgota todas as possibilidades de uso, assim como não há uma última casa da rua, e se pode continuar construindo outras casas – “pode-se sempre construir uma outra” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 29).

2.6 A RELAÇÃO ENTRE LINGUAGEM E REALIDADE: O QUADRO REFERENCIAL

Em suma, não há representação mental; fora da gramática, a representação não faz sentido. Pois, como se está descrevendo nesta pesquisa, não há fundamento último para a representação. Para Wittgenstein, nas **IF**, a fundamentação ou substancialização leva a mal-entendidos. A representação não se separa da atividade da representação. Pois, quando confundimos a atribuição e o exercício de uma capacidade, estamos cedendo ao encanto de definir essências, pretendendo, assim, mostrar em vez de descrever.

Para Wittgenstein toda teorização tem que sair e em seu lugar devem entrar as demonstrações (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 109). Na relação entre os jogos o máximo que se pode fazer é descrever semelhanças e dessemelhanças, as quais aparecem e desaparecem segundo a exigência circunstancial – “Nosso método é

puramente descritivo; as descrições que fornecemos não são sugestões para explicações” (WITTGENSTEIN, 1992b, p. 66). No §110 das *IF*, Wittgenstein percebe a facilidade que a linguagem tem para tropeçar em suas próprias “armadilhas”, ele diz que “a linguagem (...) é algo singular – isto se revela como uma superstição (não um erro!), provocada ela mesma por ilusões gramaticais. E é sobre estas ilusões, (...) que recai o *pathos*” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 110).

A atividade do jogo requer o quadro de referência dado pelas condições semânticas e pragmáticas da linguagem, pois o uso de normas para referir depende do quadro referencial e não da pura denotação palavra/objeto. Este quadro referencial indica a contingência da linguagem em relação ao mundo e, por isso, uma cultura pode descrever ou apresentar aspectos diversos da realidade, de diversos modos. As diversas possibilidades de se descrever um fato são dadas pelos tipos de gramáticas próprias da forma de vida. Em Wittgenstein, a atividade gramatical é algo bem mais complexo que denominação de objetos como queria Agostinho: “quando Agostinho fala do aprendizado da linguagem, ele fala sobre como vinculamos nomes às coisas ou entendemos os nomes das coisas. Nomear, no caso, surge como fundação, ou tudo ou nada da linguagem” (WITTGENSTEIN, 2003, § 19). O quadro referencial, para Wittgenstein, segundo Glock, funciona da seguinte maneira:

nossos conceitos apoiam-se sobre uma determinada ‘armação de fatos’, na medida em que diferentes fatos da natureza tornariam inteligíveis diferentes ‘formações conceituais. [...] O quadro de referência ou ‘armação’ é que nos permite realizar o jogo de linguagem (GLOCK, 1988, p. 307).

O quadro referencial ou a armação de fatos mostra que “o modo como falamos faz parte das práticas humanas...” (GLOCK, 1998, p. 309).

O quadro referencial possibilita que os jogos sejam compreendidos. A referência é, então, um jogo como qualquer outro jogo. Diz a Araújo, “a referência é um dentre os diversos e numerosos jogos de linguagem, não tem papel central, nem unificador, nem caracteriza definitivamente o falar” (ARAÚJO, 2004, p. 120). E representar, em certo quadro de referência ou perante certa armação dos fatos, é um jogo tão necessário quanto os outros jogos para a organização gramatical das formas de vida.

Assim como não há hierarquia entre os jogos de linguagem, também não haverá mais segregação dos objetos em diferentes domínios: há

simplesmente, diferentes formas de expressão, todas elas adequadas aos seus objetivos próprios (MORENO, 2000, p. 82).

É este quadro ou é esta armação que sustentam nossos atos de fala. É através do quadro referencial que a linguagem pode dizer o mundo, que atividades não linguísticas e atividades linguísticas se relacionam.

Para terminar este capítulo, ressaltamos que, até então, tivemos a intenção de contextualizar a filosofia da linguagem wittgensteiniana e também de levar a compreensão daquilo que Wittgenstein entende por gramática, regra, uso e, ainda, a relação entre linguagem e mundo. Para complementar esta compreensão, vemos, agora, a necessidade de analisar os conceitos operatórios wittgensteinianos, estes são os jogos de linguagem e as formas de vida. Portanto, no próximo capítulo, haverá a apresentação destes dois conceitos.

3 JOGOS DE LINGUAGEM E FORMAS DE VIDA

Neste capítulo analisaremos as noções de jogos de linguagem e de formas de vida, em Wittgenstein, com o objetivo de compreender melhor como ele, nas **IF**, estabelece a relação entre linguagem e mundo. Essa questão norteou a atividade filosófica de Wittgenstein, pois esteve presente no **Tractatus**, pela linguagem simbólica, e nas **IF**, pela linguagem contextual.

Analisando a relação entre jogos de linguagem e formas de vida, entenderemos como Wittgenstein considera a relação entre gramática e cultura. Já foi visto no capítulo anterior que a linguagem contextualizada significa quando seu emprego é viabilizado a partir dos fluxos de vida. Vimos também que a atividade gramatical dissolve a noção da representação enquanto pretendia se mostrar como figura substancial de fatos da realidade; tal como era é concebida pelo internalismo, que está sob a paternidade de Descartes, e pelo externalismo, que está sob a paternidade de Locke. Mostrar como as ideias nasciam e se desenvolviam era a atividade da tradição filosófica que crescia a partir destes filósofos. Por isso, o método por eles demonstrado visava representar o mundo ou de maneira substancial ou de modo essencial. Segundo Penco:

Desde o começo do século XVI até o fim do XVII, efetua-se uma ruptura com a tradição da lógica escolástica por parte dos filósofos em contato íntimo com a ciência, como por exemplo Descartes e Locke. [...] Ambos são promotores de um novo método de conhecimento, que não se baseia sobre estéreis silogismos, mas nasce de um estudo das ideias e da visão mecanicista do mundo. [...] A busca do método para a correta representação do mundo passa a ser o centro da reflexão filosófica. A epistemologia (teoria do conhecimento) substitui a lógica e a ontologia como centro e base da filosofia. A lógica e a ontologia tradicionais são postas em dúvida pelos filósofos influenciados por Descartes e Locke (PENCO, 2006, p. 27)

Portanto, este capítulo, ao descrever os conceitos operatórios de Wittgenstein, jogos de linguagem assentados sobre formas de vida e não na mente pensante, tem o intuito de endossar a reflexão desta dissertação: fazer ver que a representação, em Wittgenstein, é: ou uma das funções da linguagem que apresenta aspectos do mundo a partir de contextos específicos ou um dos jogos de linguagem específico do sistema gramatical.

3.1 OS JOGOS DE LINGUAGEM

O tema jogos de linguagem, que focalizaremos neste item, é conceito constitutivo da atividade gramatical. Eles se constituem como comportamento linguístico inserido na atividade cultural. Os jogos de linguagem não se limitam à execução de regras, pois eles variam conforme os usos circunstanciais, sem perder seu caráter normativo. Os jogos de linguagem se renovam criando novos lances de acordo com a demanda do contexto.

Os jogos de linguagem não se limitam à denominação primária (nomeação). Porque a nomeação, em Wittgenstein, é apenas preparação para a execução dos jogos. Por exemplo, no jogo de xadrez não é suficiente dizer o nome da peça para constituir um lance no jogo; assim, a denominação, na atividade gramatical, não é ainda nenhum lance no jogo de linguagem (cf. WITGENSTEIN, 2005, § 49).

Os jogos de linguagem compreendem as atividades que se denominam como primitivas e como complexas. Os jogos primitivos, por exemplo, são aqueles que se colocam bem próximos das formas de vida:

Poderíamos, com isso, dizer que alguns jogos de linguagem envolvem um tipo de relação, ou melhor, acordo, entre alguns aspectos da linguagem e alguns aspectos do mundo. Entretanto, não se trata, conforme disse, de uma relação pautada no isomorfismo tractariano, garantida apela forma lógica, mesmo porque esse acordo não envolve necessariamente todos os aspectos de ambos os domínios (CONDÉ, 1998, p. 123).

Estes jogos chegam quase a ser confundidos com a atividade da ostensividade. Esta semelhança não impede a diferenciação entre jogo primitivo e atividade ostensiva (primária). Pois não há confusão entre eles, porque o jogo de linguagem primitivo é jogo, enquanto a ostensividade é preparação para o jogo, ou seja, ela não é jogo. Os jogos de linguagem primitivos estão próximos dos substratos apresentados pelas formas de vida. Nesses jogos, seria absurdo dizer, por exemplo, o rio corre para baixo, um livro cai no chão se jogado de cima de uma mesa, o fogo queima. Isso porque “alguns conceitos estão tão próximos às formas de vida que se apresentam como intocáveis” (WITTGENSTEIN, 1996, § 44).

Os jogos de linguagem complexos, tais como os jogos da dúvida, da pergunta, do erro, da verdade, da falsidade, não se apoiam diretamente nos substratos das formas de vida. Por exemplo, não se pode duvidar que o fogo

queime, mas se pode duvidar do grau da queimadura. É importante lembrar que também eles necessitam do contexto para significar. Por exemplo, não poderíamos duvidar do grau da queimadura se não existisse forma de vida que trabalhasse com o fogo. Assim, a atividade gramatical complexa também está assentada sobre contextos e não depende dos jogos primitivos.

Quem fará a distinção se o jogo praticado é primitivo ou se é complexo será o uso linguístico. Wittgenstein não fornece critérios rígidos de separação entre os jogos complexos ou primitivos. Segundo Glock “alguns comentadores protestaram que Wittgenstein não fornece um critério de identidade para jogos de linguagem” (GLOCK, 1998, p. 228).

Os jogos de linguagem são contingentes e sem núcleos elementares. Para Wittgenstein, na linguagem natural e cotidiana, tudo está bem como está. Nas **IF**, devemos abandonar a metafísica da forma lógica. Segundo Glock, em Wittgenstein, pode-se afirmar: “o que confere significado às palavras não é mais o fato de estarem imersas em uma forma lógica, mas sim o fato de terem sido incorporadas em jogo de linguagem” (GLOCK, 1998, p. 102). A partir da compreensão dos jogos de linguagem a questão da “verdade”, da “mente”, do “sujeito”, entendidos como conceitos que explicam as causas do conhecimento, são dissolvidos; eles são ficções gramaticais se vistos fora da atividade gramatical. Condé afirma que conceitos, como por exemplo, “realidade”, nas **IF**, deixa de ser entidade substancial para se apresentar a partir das formas de vida:

Se há uma relação entre linguagem e mundo, ela ocorre no jogo de linguagem, pois ele, enquanto um conjunto de ações e usos de palavras, e, portanto, significações no interior de uma forma de vida, não privilegia conceitos [...]. A realidade não é mais um superconceito fundamentado metafisicamente, mas simplesmente algo dado nas formas de vida (CONDÉ, 1998, p. 123).

Assim, nos jogos de linguagem, não há uma meta-forma de vida que sustente jogos essenciais. Não que a concepção de verdade, por exemplo, perca sua função ou deixe de existir, ela apenas assume seu lugar na atividade da linguagem cotidiana; o mesmo ocorre com os conceitos de mente, verdade, sujeito. Aquilo que a sociedade, a partir do contexto, determinar como jogo, terá significado sobre aquelas formas de vida. Nos jogos, não há necessidade de dar fundamentos, porque estes atuam no palco dos fluxos da vida.

Nos jogos de linguagem, a necessidade de justificar ou de mostrar causas dos problemas se revela como pseudo-atividade, pois essa obrigação tem por pressuposto a existência da linguagem substancial e de princípios essenciais que fundamentam metafisicamente conceitos. Nas **IF**, a fundamentação metafísica é insuficiente para descrever a complexidade da linguagem, pois ela é apenas o exercício de se colar etiquetas em objetos: “esse processo de ‘etiquetagem’ dos objetos não basta para que possamos dar conta de tudo o que pode ser feito com a linguagem” (MORENO, 2000, p. 69). Portanto, a busca de exatidão por vezes, produz confusões gramaticais: “não está previsto um ideal de precisão” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 88).

3.1.1 Jogos de linguagem nos livros: Azul, Castanho e IF

Analisaremos os jogos de linguagem nas obras **Livro Azul**, **Livro Castanho** e **IF**, porque é por meio destas que se pode entender o conceito e o papel dos jogos de linguagem. Por isso, investigaremos as obras na ordem cronológica: primeiro o **Livro Azul**, depois o **Livro Castanho** e, por último, as **IF**, que é obra póstuma.

No **Livro Azul**, a linguagem é vista como um processo de aprendizado ostensivo que pode ocorrer de duas maneiras: o primeiro processo se dá pela repetição (cf. WITTGENSTEIN, 1992a, p. 40); este se mostra como atividade ostensiva. O segundo processo acontece no ensino de regras: é sempre “uma regra que está envolvida nos processos de compreensão, (e de) execução de uma ordem” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 41). Wittgenstein distingue o processo de se estar em conformidade com a regra, que expressa a atividade da etiquetagem, e o processo de se estar seguindo a regra, o que se apresenta em comportamento sem necessidade de apontar para causas (cf. WITTGENSTEIN, 1992a, p. 43). O processo de ensinar é o que leva à compreensão da ordem, pois a regra só tem significado na medida em que ela é envolvida na execução do jogo de linguagem. Assim, compreende-se que o uso gramatical não exige causas substanciais propriamente ditas, mas quer apenas hipóteses que descrevam razões aceitáveis para o acontecido – “A proposição segundo a qual a vossa ação tem uma determinada causa, é uma hipótese. A hipótese terá fundamento se um certo número de experiências forem, [...] concordantes” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 44).

Os jogos de linguagem não derivam de processos mentais, principalmente o do pensamento, pois estes são domínios de técnicas aplicadas sobre contextos (cf. WITTGENSTEIN, 1989, § 104). Acreditar que a atividade do pensar se localiza em algum lugar, como expressão da atividade mental, induz a erros, porque se quer, desta forma, determinar espaço físico para os processos mentais. Segundo Wittgenstein, o pensar é operar com signos, assim como é a atividade da mão que escreve, da cabeça que pensa, da boca que fala; em todos estes jogos há a exigência de que se “compreenda a gramática destas afirmações” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 45).

O jogo de linguagem é a operação gramatical que descreve a atividade com signos; por exemplo, seguir uma ordem expressa no papel. A essa atividade Wittgenstein chama jogo de linguagem. A noção de jogos evita a postura filosófica que exige definições. A atividade dos jogos de linguagem dissolve o desejo pela universalidade, a generalização, o domínio do estado de consciência, a fixação do método da ciência. Para Wittgenstein a fonte de confusão se encontra no jogo quando é mal executado, quando não há domínio das técnicas do jogo.

Para dissolver as perplexidades linguísticas, devem-se analisar as conexões dos jogos pela descrição gramatical a partir de bases contextuais. Esta deve apenas apresentar semelhança e dessemelhanças entre jogos. A criatividade analógica dissolve os desejos de generalidades – “quando examinamos essas formas simples, de linguagem, a névoa mental que parece encobrir o uso habitual da linguagem desaparece” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 47). Pois, o jogo, devido à semelhança de família, permite avizinhamo vago, isto é, não existe nada de profundo, pois sua força é mitigada. Não existe meta-regra para meta-jogo que sirva como base para todos os jogos. Segundo Zilles “Wittgenstein emprega a noção de jogo de linguagem para eliminar a ideia de uma forma necessária de linguagem” (ZILLES, 1994, p. 77).

A proposição no jogo é dinâmica e expressiva, enquanto fora é fria e sólida. Araújo entende essa característica da proposição ao dizer que não existe estrutura matriz ou nuclear para que ela signifique alguma coisa:

Contextualizar a fala, ver seus múltiplos empregos, é descartar as hipóteses de cunho estrutural para as quais a linguagem é um conjunto de regras que possibilitam gerar todas e somente aquelas sentenças do sistema, da lunge, da competência. [...] Há diversos casos, situações, exemplos em que se usa uma sentença que funcionará como ordem, pedido, afirmação, denotação, alerta, esclarecimento, declaração etc. etc., SEM NECESSIDADE DE UMA ESTRUTURA MATRIZ OU NÚCLEO COMUM,

sem necessidade de regras internalizadas. Não há primeiro uma regra e depois sua aplicação, a língua não está na “cabeça” do sujeito falante. Há a ação de falar. Os jogos de linguagem mostram que há acordo na ação, e por isso faz sentido seguir regras. (ARAÚJO, 2004, p. 112)

Os jogos de linguagem, quando bem executados, levam à compreensão de comportamentos sociais. Para os jogos, não é necessário análise essencialista, pois, assim, como eles são tópicos em relação às formas de vida, também sua análise deve ser tópica. Eles não exigem nada substancial:

O ponto de vista panorâmico funda a criação de casos intermediários e o ponto de vista de detalhe funda as diversas comparações no interior de um mesmo jogo. Esses pontos de vista gerais não nos orientam, todavia, sobre como tratar situações específicas de confusão conceitual; cada situação solicita um tratamento tópico, não sendo possível prever todas as situações (MORENO, 2005, p. 69);

Os jogos, por mais que sejam normativos, podem mudar também, não impondo regras absolutas. Há riqueza de jogos que se aproximam por semelhança de família e que, por meio destes avizinhamentos, abrem-se para a multiplicidade de significados. Zilles, a partir da **IF**, afirma: “a linguagem não pode ser unificada segundo uma única estrutura lógica e formal” (ZILLES, 1994, p. 76).

A atividade dos jogos de linguagem permite ao indivíduo escapar do fascínio da representação como processo mental que possibilite atingir a essência da linguagem. O uso da linguagem natural no cotidiano dissolve essa ilusão (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 116); assim como num jogo qualquer, por exemplo, o de futebol, por mais envolvimento que a pessoa tenha, saberá que não passa de um jogo. Diz Araújo:

compreender, saber, dominar um jogo, aprendê-lo não estão ligados a um processo anímico “superior”, à mente pensante, mas a CAPACIDADES de compreender, de saber usar, de prosseguir no sentido aprendido. Como se trata de uma práxis, seguir a regra não depende de um suposto processo mental, interior. Tanto podemos saber, como não saber seguir uma regra. As reações que conduzem a comportamentos, a modos comuns de agir são seguidas. As que atrapalham são evitadas (ARAÚJO, 2005, p.120).

No Livro Castanho, Wittgenstein descreve alguns dos termos chaves de sua nova postura filosófica, por exemplo, no § 1, encontra-se o termo ensino demonstrativo que, por ser um jogo de linguagem, pode-se dizer que é um jogo primitivo. A linguagem executada nos parágrafos iniciais das **IF** se resume nas palavras cubo, tijolo, laje, coluna. Devemos lembrar que, em Wittgenstein, um jogo,

se é primitivo ou se é complexo, é completo e, portanto, é contingente e contextual. Por isso, nenhum jogo será representação de atividade mental.

No § 5, Wittgenstein faz uma referência direta aos jogos de linguagem. A particularidade deste parágrafo consiste na afirmação de que, no jogo de perguntas e respostas, executa-se um sistema de comunicação ou, em outras palavras, se constituem jogos de linguagem. Neste parágrafo, Wittgenstein caracteriza de modo sistemático o que seria o jogo de linguagem: 1) são mais ou menos semelhantes ao que na linguagem comum chamamos jogos; 2) por meio destes jogos se ensina a língua materna e estes têm um caráter lúdico; 3) nunca se considera um jogo incompleto, assim também os jogos de linguagem são completos, como sistema de comunicação humana.

Wittgenstein, no § 7, descreve o que é proposição. Para ele, a proposição pode ser constituída de uma palavra, como “tijolo”, ou por uma frase, “dois tijolos”. A proposição no jogo de linguagem, dependendo do contexto, pode significar ordem, explicação, descrição. No § 8, ele introduz a noção de semelhança de família entre os jogos, a qual tem como função aproximá-los a partir de parentescos.

No § 11, Wittgenstein expõe o que se deve entender por padrão. Palavras e padrões têm diferentes tipos de funções. Quando se usa um padrão se compara algo a esse padrão, por exemplo, uma cadeira (objeto) com um padrão de cadeira. Não se compara a cadeira (objeto) com a palavra cadeira. Esta distinção, em Wittgenstein, é de suma importância para se entender como funcionam as condições semânticas e pragmáticas. Pois, aquilo que opera essas condições gramaticais e faz que os jogos tenham significado é o uso. Fora do uso contextual é figuração ostensiva, ou seja, é forma lógica que reflete um estado de coisas de modo exato e claro; ora, isso é ficção gramatical: “estamos na ilusão de que o peculiar, o profundo, o essencial de nossa investigação reside no fato de ela almejar compreender a essência incomparável da linguagem” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 97).

O jogo de linguagem, para ser usado de modo correto, exige comportamento que mostre que o indivíduo domina as técnicas de uso gramatical diante das circunstâncias variadas. No jogo de linguagem, cada lance é feito sobre contextos. Portanto, o jogo de linguagem é complexo em sua lógica, ou seja, ao invés da correspondência entre proposição elementar com fatos do mundo, o jogo exige armação contextual para que o significado seja indicado, esta armação de fatos

sustentará o significado de seus lances. Segundo Penco, entre outros comentadores, “na primeira parte das **Investigações Filosóficas**, do § 1 ao § 137, desenvolve Wittgenstein uma crítica rigorosa a diversos aspectos das teorias de Russell e do próprio **Tractatus**” (PENCO, 2006, p. 138). Sabe-se que essa crítica é dirigida ao “atomismo lógico”.

Os jogos, em suas normas, portanto, em si mesmo, possuem caráter de vagueza que é graduada conforme o contexto. Moreno afirma que: “critérios vagos são também critérios que permitem identificar e excluir, da mesma maneira que critérios exatos; há diferença de graus, mas não de natureza, entre os conceitos, graus de maior o menor vagueza” (MORENO, 2005, p. 59); ainda Moreno diz: “cada jogo de linguagem apresenta seus próprios critérios de identidade, diversos graus de vagueza e exatidão segundo as circunstâncias pragmáticas de aplicação das palavras” (MORENO, 2005, p. 60).

Devemos entender que o nome próprio tem função ostensiva. Ou seja, a atividade de dar nomes não está ligada à essência ou substância de algo; pois, o nome não denota o objeto, ele prepara o uso da palavra – “pode-se chamar isso de preparação para o uso de uma palavra” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 26).

A atividade da nomeação, segundo Wittgenstein, apresenta o nome como a atividade de sistematização ou de arrumar as peças sobre o tabuleiro. A atividade dos jogos de linguagem mostra que há nomes próprios que são ensinados por movimento de braço, e que, por isso, sua exatidão é aproximação grosseira. O jogo, quando é entendido como emprego de padrão contextualizado, sua execução flui sem gerar perplexidades, por exemplo, se o indivíduo faz uma pergunta com nomes próprios o outro pode responder com numerais, pergunta-se: “Quantas lajes?” e responde-se: “Cinco”. O jogo é realizado sem depender do objeto que designa (cf. ARAÚJO, 2005, p. 115). Os jogos gramaticais são como quaisquer outros jogos, portanto, podem ser modificados ou criados pelas circunstâncias próprias das formas de vida.

Em **IF**, Wittgenstein, nos §§ 1-4, afirma que, quem pensa na linguagem como essência, pensa em substantivos e nomes de pessoas. Para compreender as perplexidades que a etiquetagem produz, ele se pergunta: como a linguagem dá conta dos numerais e das cores? Depois disso, Wittgenstein, diz: jogar consiste em

movimentar coisas a partir da base, de acordo com certas regras; todos os jogos se assemelham neste aspecto, pois jogar é seguir regras.

Wittgenstein, no § 5, pede que se considere até que ponto a proposição pode representar substancialmente fatos do mundo sem gerar perplexidade. Para ele, este nevoeiro é dissipado somente quando se estudam os fenômenos da linguagem nas espécies primitivas de seu emprego. Neste estado primitivo, pode-se ver a complexidade que entrelaça a finalidade e o funcionamento da linguagem. Quando a criança aprende a falar, ela assimila a linguagem por estes meios primitivos.

No § 7, ele descreve o que é um jogo de linguagem. Diz ele, “quero chamar esses jogos de ‘jogos de linguagem’, e falar de [...]” um jogo primitivo como um jogo de linguagem. Poderia também chamar de jogo de linguagem os processos de denominação “e de repetição da palavra pronunciada [...] chamarei também de ‘jogo de linguagem’ a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades com as quais ela está entrelaçada”.

Wittgenstein, no § 23, para indicar a incomensurabilidade dos jogos, pergunta: quantas espécies de frases existem? Há inúmeras frases de tais espécies de emprego que denominamos de signo, palavra, frase. A variedade não é fixa, dada de uma vez por todas; podemos dizer: vários tipos de linguagem surgem, envelhecem e, ainda, são esquecidas. A expressão jogos de linguagem deve salientar que falar uma língua é uma das atividades que compõem as formas de vida, isto é, o ser humano, assim como fala, também corre, come, dorme. E no § 24 explica que, “quem não tem clara a variedade dos jogos de linguagem estará inclinado a fazer perguntas como esta: ‘O que é uma pergunta?’”.

Os jogos de linguagem, por serem instrumentos de comunicação, envolvem uma sequência de sistemas que, dependendo do contexto, mudam em outros sistemas. Eles podem ser desde jogo primitivo a complexo. Os jogos de linguagem têm finalidades específicas e, por isso, seu emprego não pode ser generalizado. A ostensividade ou etiquetagem servem como preparação para os jogos de linguagem.

3.2 FORMAS DE VIDA

Segundo Grayling, “formas de vida” para Wittgenstein é a

noção a que ele recorre sempre que sua investigação atinge um ponto em que outros filósofos seriam tentados a começar a procurar justificações mais profundas e fundamentais para os conceitos postos em ação em nosso pensamento e fala (GRAYLING, 2002, p. 110).

O conceito de formas de vida em Wittgenstein é importante para a compreensão dos jogos de linguagem. É assentado sobre as formas de vida em que há jogos de linguagem. Isso não significa fundamento do tipo metafísico ou causal de jogos, pois esta base é como o palco a partir do qual os jogos realizam atividades significativas. Segundo Condé, “a forma de vida constitui o lugar no interior do qual a linguagem se assenta, [...] a forma de vida é o ancoradouro último da linguagem” (CONDÉ, 1998, p. 104). Os jogos de linguagem têm sua gramática e significado ancorados nas formas de vida cultural e/ou biológica.

As formas de vida, direta ou indiretamente, originam e dão sentido aos jogos de linguagem, mas não há fundamento no sentido formal ou transcendental. A esse respeito Moreno diz:

A relação husserliana de fundação é aqui exercida por formas de vida, isto é, sistemas regrados de ações convencionais e imersos na prática efetiva de nossa vida com a linguagem; sistemas em que se entrecruzam hábitos, atitudes éticas, concepções a respeito do conhecimento e decisões da vontade. As formas de vida são fundantes e não possuem outro fundamento senão os usos gramaticais do empírico através da linguagem (MORENO, 2005, p. 177).

As formas de vida proporcionam diversidade de contextos, não há como pré-estabelecer os jogos, sejam eles complexos ou primitivos: “há uma multiplicidade de jogos de linguagem, como prometer, ordenar, descrever, contar histórias, sugerir, ironizar. Essa multiplicidade corresponde a ‘formas de vida’” (ARAÚJO, 2004, p. 106).

A gramática é própria dos substratos culturais do grupo social. Nos comportamentos, regras, condutas, existem usos específicos que darão significado a cada jogo. Pode-se dizer que na linguagem não há núcleo rígido, assim como não há nas formas de vida. Os jogos se ajustam, são maleáveis. A respeito da plasticidade dos jogos, Araújo diz:

nossas formas de vida nos levam a um ajuste às circunstâncias e usos, e modo a torná-los plásticos. A cada jogo e a cada regra nela posta, pressuposta e dele resultante, não decorrem obrigatoriamente pontos fixos, proposições indubitáveis e logicamente necessárias como no modelo comensurador, universalista (ARAÚJO, 2005, p. 129).

As formas de vida oferecem certa estabilidade à linguagem. Portanto, a linguagem, como forma de comportamento de substrato cultural e/ou biológico, não cabe em uma só estrutura ou regra geral. É a partir das formas de vida que os jogos de linguagem fazem sentido. Não é preciso buscar um sentido único e misterioso para eles. Pois não existe a ordem geral para todas as coisas. Diz Araújo:

pensar que não há uma ordem geral na linguagem, mas que há uma ordem no modo como ela se apresenta a cada uso e que assim está bem, que ali com aquele jogo a linguagem diz a que veio, sem precisar chegar a um estágio final, todas essas características, em vez de produzirem perplexidade, proporcionam serenidade (ARAÚJO, 2004, p. 108).

Quer dizer, a práxis linguística dissolve perplexidades metafísicas. Wittgenstein, no § 19 das **IF**, entende que representar uma linguagem, como a de comando, por exemplo, equivale a representar-se uma forma de vida, isto é, por mais que haja autonomia da linguagem em relação ao mundo, ela é parte deste porque é comportamento social. No § 198 das **IF**, Wittgenstein diz que expressamos gramaticalmente aquilo que costumamos ser, somos aquilo que praticamos no nosso dia a dia ou aquilo que temos como hábito cotidiano: “alguém só se orienta por uma placa de orientação na medida em que houver um uso contínuo, um costume”. No § 201 das **IF**, Wittgenstein percebe que “há uma concepção de regra que não é uma interpretação”, porque é descrita a partir de uma forma de vida (“seguir uma regra” e “transgredi-la”), ou seja, não há como separar de um lado os critérios gramaticais e do outro comportamento prático. A linguagem é uma forma de comportamento, entre outras, faz parte de nossas formas de vida.

Para Grayling, Wittgenstein entende por formas de vida um

consenso subjacente [...] de comportamento, assunções, práticas, tradições e propensões naturais que os humanos, como seres sociais, compartilham entre si, e que é, portanto, pressuposto na linguagem que usam [...]. A linguagem está entrelaçada nesse padrão de atividade e caráter humanos (GRAYLING, 2002, p. 110).

Por isso, o saber, o falar, o calcular, o andar, o comer, o escrever, como jogos de linguagem, demonstram sentido, porque são capacidades gramaticais assentadas sobre formas de vida. Estas atividades fazem parte da conduta ordinária do ser humano. Não existe necessidade de se procurar algo dentro ou fora do indivíduo para descrever esses comportamentos linguísticos. As explicações a partir de essências ou de substâncias, entre outras, ao buscar de modo desenfreado

causas causantes, levam a gramática dizer ou pseudodefinições ou ficções – as perguntas, quando fundamentadas pela busca do o que é, “causam-nos um constrangimento mental” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 25). O “cogito cartesiano”, para Wittgenstein, é como se fosse um “oh!” ou um “isso!”; este é um jogo gramatical como todos os outros jogos. Portanto, a “dúvida metódica” só faz sentido quando ela apresenta sobre qual forma de vida está assentada. Em Wittgenstein um jogo, como o “cogito cartesiano”⁹, por exemplo, não pode pretender ser de caráter essencial e, assim, colocar-se como representação da atividade do pensar.

Wittgenstein se pergunta por que tudo tem que estar representado no pensamento e ainda de modo substancial. O pensar é, em Wittgenstein, uma capacidade comportamental, desenvolvida na habilidade dos jogos de linguagem, contextualizados. Na atividade gramatical estão presentes as condições semântico-pragmáticas. Por isso, segundo Wittgenstein, no §32 das **IF**, para que o jogo de linguagem dito por Santo Agostinho funcione é preciso que antes se dominem outros jogos, por exemplo, para dizer a cor vermelha, antes é necessário dominar a técnica do jogo das cores. No § 329 das **IF**, ele afirma que “quando penso dentro da língua, não me pairam no espírito significados ao lado de expressões linguísticas”.

Não é possível limitar a linguagem como afiguração de estados e coisas, pois, por este caminho, só se obtêm confusões gramaticais. Porém, atendo-nos à funcionalidade da gramática, como fez Wittgenstein, vemos a relação entre os jogos e as formas de vida.

As formas de vida constituem o solo ou o limite intransponível¹⁰, assumindo a característica de substrato rochoso¹¹. O conceito de formas de vida não conduz a fundamentações como se buscam na filosofia transcendental. O mundo, ao apresentar os contextos, garante possibilidades variadas para os jogos de

⁹ Brouwsma, na sua obra “Conversas com Wittgenstein, 1949-1951”, cita uma de suas conversas com Wittgenstein sobre o sistema cartesiano; diz Wittgenstein: “penso sempre nisso como se fosse no cinema. Vemos diante de nós a imagem no ecrã, mas temos atrás de nós o operador, e ele tem deste lado uma bobina que desenrola, e do outro lado, uma bobina que enrola. O presente é a imagem diante da luz, mas o futuro está ainda nesta bobina pronto a ser passado, e o passado, na outra bobina. Foi já vivido. Agora imaginemos que só existe o presente. Não há nem bobina futura, nem bobina passada. E imaginemos agora que linguagem poderia existir numa situação semelhante. Tudo o que poderíamos fazer seria ficar boquiabertos. Assim!” (BROUWSMA, 2005, p. 56).

¹⁰ Bouveresse, ao introduzir a obra **Note sul ‘Ramo d’oro’** de Frazer, diz que a forma de vida se encontra no limite intransponível no qual do outro lado não se encontra nenhuma explicação (cf. WITTGENSTEIN, 2000, p. 82).

¹¹ Gargani se refere a “*lo strato roccioso su cui si piega*” (GARGANI, 1999, p. XXII).

linguagem. Por falta de não se entender a linguagem, acaba-se introduzindo ficções na gramática.

As formas de vida não oferecem solidez, apenas estabilidade relativa e, se assim não fosse, os jogos de linguagem não poderiam ser jogos. O mundo, apresentado nas formas de vida, não é alterado ou modificado pelos jogos de linguagem. Moreno, a esse respeito, diz:

o próprio processo de estabelecimento de paradigmas está ligado a diferentes técnicas e não conduz [...] a uma ligação-tipo entre paradigma e signo. Há diferentes possibilidades de ligação entre paradigma e signo, relativamente às práticas onde essas ligações forem propostas (MORENO, 1995, p. 19).

Portanto, na relação entre as formas de vida e jogos de linguagem não há isomorfia, como existia no **Tractatus**; porque as conexões são linguísticas, ou seja, elas são resultantes de acordos gramaticais. A conexão ou o acordo não têm nada de substancial, pois é apenas a regra que indica a atividade intersubjetiva. Em outras palavras: as formas de vida são o solo sobre o qual se colocam os jogos de linguagem. Portanto, não há mais um ponto referencial, mas temos um painel de referências que permite à linguagem descrever os objetos, os substratos gramaticais permitem aos jogos apresentar o mundo sem se comprometer em representar uma imagem exata e clara sobre ele.

Moreno entende que, em Wittgenstein, entre o transcendental e o empírico, o correto é passar pelo crivo da linguagem. Segundo ele

o idealista e o empirista não situam seus conceitos relativamente ao complexo processo de uso da linguagem; partem, então, em busca de quimeras. A terapia filosófica consegue evitar essa busca ao colocar as formas de vida entre o transcendental e o empírico: é sua trilha por entre as imagens (MORENO, 1995, p. 129).

A atividade representacional da linguagem, como afiguração de estado de coisas, não tem necessidade de apresentar em quais formas de vida seus enunciados estão assentados; portanto, suas concepções acerca da atividade da linguagem afirma ficções gramaticais. Wittgenstein, nas **IF**, percebe que o mundo não fala e a linguagem, isolada, não diz coisa com coisa, estipula somente ficções. A compreensão da relação entre mundo e linguagem possibilita a organização das formas de vida gramaticalmente. Nossos padrões semânticos são significados pelos usos pragmáticos, possibilitando nossos atos de fala.

Nesse capítulo, pudemos compreender o que são jogos de linguagem e formas de vida para Wittgenstein. Em suma, com o segundo e o terceiro capítulo, temos uma vasta compreensão e um domínio razoável dos conceitos wittgensteinianos, podendo, agora, no quarto capítulo, entender de modo mais preciso a crítica que Wittgenstein tem dirigido ao representacionismo.

4 WITTGENSTEIN E O REPRESENTACIONISMO

Depois de abordar, nos capítulos precedentes, a atividade gramatical, faremos ver agora o que é o representacionismo e como e porque Wittgenstein pode ser considerado um filósofo antirrepresentacionista, como ele dissolve a concepção mentalista por meio da noção de jogos de linguagem que foi abordada no capítulo anterior. O objetivo deste capítulo consiste em descrever a crítica de Wittgenstein ao representacionismo e como a representação deixa de habitar a proposição que figura fatos da realidade. O conceito da representação não é unívoco e Wittgenstein o reconduz para seu uso contextual e cotidiano.

Neste sentido, um dos múltiplos usos linguísticos pode corresponder ao jogo do representar que é algo possibilitado pela gramática, ou seja, ao se executar o jogo da representação não se está referindo a estados mentais. Diz Araújo:

o significado das proposições não é algo que o pensamento detém, mas a capacidade de seguir uma regra, de saber, pelo aprendizado, como jogar o jogo da afirmação, da descrição, da interrogação, da distinção, [da representação], etc. e usá-los de acordo com determinada circunstância. Trata-se de uma atividade, e não de um estado mental, nem de uma propriedade psicológica de um sujeito (ARAÚJO, 2007, p. 21).

Em outras situações, a representação tem o emprego gramatical, de descrever aspectos e não conexões entre linguagem e realidade. Poderíamos dizer que a representação indicará diferentes aspectos do mundo a partir de distintos contextos. Ver aspectos do mundo não significa ver a realidade de fato, tal qual ela é. Lampreia diz que:

não conhecemos o 'Real' a partir da 'Razão', mas temos diferentes conhecimentos do real a partir de diferentes práticas com relação a ele. Portanto, não há um conhecimento de um real, mas diferentes formas de interação com o 'real'. Como foi visto, para Wittgenstein, a realidade se constitui a partir da ação, ou melhor, a partir da linguagem (LAMPREIA, 1992, p. 338).

Nas **IF**, os processos mentais, como o ter em mente, não resultam da atividade interna, como entende a epistemologia tradicional de vertente internalista, nem dependem de formas puras e transcendentais. O que não significa optar pelo externalismo, ou seja, afirmar que o conhecimento depende da experiência com os fatos externos, como os empiristas propõem. Os chamados processos mentais são

inseparáveis das atividades gramaticais, vale dizer, da linguagem em seu uso cotidiano, intersubjetiva.

Portanto, como não há conteúdo mental, e sim gramatical, não se exige representação substancial e clara do pensado. Por exemplo, pode-se marcar encontro com um amigo sem precisar reproduzir imagens mentais desta situação. O critério da representação mental, tanto à cartesiana como à lockeana, segue outro modelo que não é o da linguagem, mas o da tradicional teoria do conhecimento. Assim, estão longe de mostrar a dinamicidade da atividade da linguagem, isto é, as teses mentalistas estão longe da virada linguística e da virada pragmática de Wittgenstein.

A representação é gramatical e não pode ser considerada como mental ou como essência do pensamento, pois assim não passaria de algo paradoxal e carente de sentido. O mentalismo das concepções representacionistas se dissolve quando, pela terapia, se entende que é preciso fazer conexões com situações em que se encontram os usuários da linguagem. Eles podem inclusive atribuir a si mesmos processos mentais, mas estes sempre estão ligados a situações em que podem ser aplicados, em que fazem sentido para a fala e para as ações do usuário. Não se podem fazer conexões no ar. Wittgenstein não pretende dizer que o mentalismo está errado; antes, ele o dissolve com a terapia gramatical. Pois, para ele, não há a representação substancial, mental, mas modos de emprego de representações (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 370). Nas **IF**, ele não afirma que o mentalismo deva ser trocado por outra teoria tida como correta. Analisando as conexões do representacionismo, a relação entre mente e mundo, como substanciais e essenciais, indica-se que essa concepção carece de sentido. Pois não há mente com representação cognitiva e sim signos que significam algo para alguém e que exigem contexto de uso. Sem circunstâncias, sem uso em situação e apenas um conteúdo mental, não há significação possível.

Com a virada pragmática, Wittgenstein compreende que o uso é condição imprescindível para os jogos de linguagem, o que exige da condição semântica uma base contextual para que o jogo do representar e a representação façam sentido. Se não se compreender a exigência pragmática apontada nas **IF**, não se realizará a superação do essencialismo. A atividade linguística é contextual, não é fruto do

pensamento, nem é substancial, nem depende da mente privada. Sem linguagem não há representação nem jogo do representar.

4.1 A PRAGMÁTICA NAS IF

Quando falamos em pragmática, referimo-nos ao uso da linguagem, isto é, a linguagem como ação, jogos de linguagem executados a partir do contexto.

Em Wittgenstein, no § 237 das **IF**, encontramos a afirmação de que o modelo, enquanto ação executada pelo seguimento da regra, como medir com um compasso, só é executado com sucesso quando se segue a regra de medir com compasso; é preciso haver aplicação. Quando pedimos para alguém representar tal ou tal modelo, esse jogo do representar depende de fazer sentido o uso de representar-se algo como “x” ou “y”.

A pragmática, em Wittgenstein, centra-se no uso da linguagem no dia a dia da sociedade. Wittgenstein não faz análise linguística propriamente; mas podemos dizer que o nível no qual ele situa a linguagem não é o das estruturas sintáticas e semânticas, mas dos usuários, o nível pragmático. O objeto de análise, nas **IF**, é o uso da linguagem natural e cotidiana. Wittgenstein, no livro *Zettel*, diz que a linguagem do dia a dia, “a ‘linguagem ingênua’, quer dizer, a forma ingênua e habitual de nos exprimirmos, não contém qualquer teoria da visão – não mostra uma teoria, mas apenas um conceito de visão” (WITTGENSTEIN, 1989, § 223).

Para explicar a virada linguística seguida da virada pragmática, em poucas palavras, recorreremos às palavras de Araújo quando diz:

após a virada linguística o pensamento ocidental volta-se para questões lógicas, filológicas, semióticas, semânticas, no âmbito da linguística e na filosofia da linguagem. Houve um corte epistemológico a partir do qual a linguagem, até então tida como simples meio de representação do pensamento, passa a ser um dos focos centrais da filosofia, especialmente com a lógica proposicional em fins do século XIX e a linguística estrutural no início do século XX. Após a virada pragmática, a análise se volta para o uso, o contexto, os falantes, o discurso (ARAÚJO, 2007, p. 85).

A ênfase dada pela pragmática wittgensteiniana consiste em descrever o uso na e da gramática. Tanto Oliveira (2001, p. 134) como Armengaud (2006, p. 35) afirmam que Wittgenstein, a partir das **IF**, vincula o significado da proposição a seu

emprego contextual, e não à determinação sintático-semântica. A linguagem tem caráter pragmático porque é usada, é pública e é intersubjetiva. Em outras palavras, o indivíduo se reconhece como tal porque participa da comunidade de falantes em determinadas circunstâncias históricas.

Para Armengoud, Wittgenstein é um dos fundadores indiretos da pragmática linguística (cf. ARMENGOUD, 2006, p. 26), pois, uma vez que ele, após ter afirmado que a linguagem se centrava na proposição atômica, a qual espelhava a forma de estado de coisas, percebe que seu caráter é normativo (convenção); ela não reflete, mas descreve estado de coisas no mundo. Esta nova percepção, para Armengoud, leva Wittgenstein a trocar o modelo da expressividade pelo da comunicabilidade: “não se trata mais apenas do uso da palavra na frase, mas do uso das frases em situação concretas” (ARMENGOUD, 2006, p. 36). É esta guinada, em Wittgenstein, que permite falar de uma virada pragmática nas **IF**.

Outro fator importante a ser destacado é que o discurso, enquanto pragmático, não tem fundamentação última nem determinação formal. A gramática deve buscar, segundo Wittgenstein, por meio de analogias e de metáforas, apontar exemplos, evitando o discurso unilateral, isto é, considerar que há primeiro o pensamento, a mente pensante e que a linguagem é apenas a exteriorização do pensamento. A doença do filósofo é o discurso de mão única (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 593). Portanto, não tem sentido falar de representacionismo, nem de explicações de tipo substancial que pedem causa para os processos mentais. Há sentido falar de um jogo ou de um uso da representação constituído a partir de contextos diversificados. A partir da virada pragmática wittgensteiniana, não se fala mais de representação não derivada, natural ou intrínseca. Segundo Thornton

Wittgenstein argumenta que nenhuma explicação substancial, seja do significado linguístico, seja do conteúdo mental, é possível. Não se pode oferecer nenhuma explicação que os fracione em mecanismos ou processos subjacentes. Qualquer tentativa nesse sentido ou acabará pressupondo a própria coisa que tenta explicar ou não conseguirá sustentar a normatividade do conteúdo (THORNTON, 2007, p. 52).

Há um jogo ou uma função da representação que é derivada, contextual e intersubjetiva e que depende de condições semânticas e pragmáticas da linguagem em seu uso normal. Não há nenhuma necessidade de explicar conteúdos mentais, é que os processos chamados de mentais não precisam de conexão interna com algum tipo de substância mental. Quem compreende algo, sabe imediatamente

como usar; por exemplo, quando os usuários da linguagem compreendem uma ordem, sabem o que isso significa. E assim, também, quando aprendem a ler e entender uma mensagem, quando agendam um compromisso, quando compreendem a intenção de alguém ou a própria.

4.2 A CRÍTICA AO REPRESENTACIONISMO

Para descrever a crítica de Wittgenstein ao representacionismo devemos ter por pressuposto, como visto acima, que a gramática, nas **IF**, é constituída na atividade dos jogos de linguagem, que se apoia sobre formas de vida, é normativa, gera regras que são executadas na práxis humana. A crítica de Wittgenstein ao representacionismo dissolve o mentalismo essencialista com sucesso, por que seus pressupostos são os da atividade da linguagem, os jogos de linguagem. Vendo o que ocorre quando se usam jogos de linguagem, no terreno da gramática, os chamados processos mentais, não são nada que possa ser considerado como misterioso, interno, subjetivo, privado. Segundo Thornton, Wittgenstein “rejeitando essa caracterização de estados mentais, [...] rejeita uma distinção precisa entre um mundo interno de objetos mentais e o mundo público externo de objetos cotidianos” (THORNTON, 2007, p. 54).

O representacionismo se baseia na tese de que a mente representa o mundo para haver conhecimento. Os processos mentais são considerados como intrínsecos à mente e esta é uma espécie de lugar privilegiado de atividades psicológicas. A crítica de Wittgenstein leva a representação de volta à base contextual, não há necessidade de explicação causal, basta descrever o uso e o sentido dessas capacidades e explicá-las cede lugar para a descrição. Pois, a “explicação wittgensteiniana alternativa e minimalista do conteúdo é descritiva e não explicativa” (THORNTON, 2007, p. 54). Quer dizer, a capacidade de compreender e de aprender a usar palavras não remete a componentes mentais básicos, elementares. A mesma coisa acontece com os estados mentais, os usuários da linguagem os compreendem, atribuem a si esses estados que repercutem em sua ação. E tudo se liga às consequências normativas próprias de nossas formas de vida.

Na gramática, constituída nos jogos, está compreendido que a linguagem descreve hipoteticamente o mundo. A descrição pode ser feita tanto nos jogos primitivos como nos jogos complexos. Por isso, a dificuldade, para Wittgenstein, não está nos jogos, antes, a perplexidade residiria na compreensão da atividade dos jogos quando considerada isoladamente, como pertencente à substância mental. Por não se entender o funcionamento da linguagem, busca-se unificar ou procuram-se elementos comuns entre os jogos. Falta a compreensão da funcionalidade dos jogos, o que faz com que se “utilizem as palavras da linguagem ordinária de uma forma singular que, na verdade, viola as regras do uso corrente da linguagem” (LAMPREIA, 1992, p. 319).

No § 366 das **IF**, ele critica a tese de que há representações mentais, como processos mentais que duplicam os dados dos sentidos e que correspondem a esses dados. Se fosse assim “faria sentido falar de um método de projeção de acordo com o qual a imagem do signo seria uma representação do próprio signo”. E mais adiante diz “essência é expressa na gramática” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 371).

Para usos diferentes, têm-se significados distintos. Por isso, não se pode mais falar em formas lógicas que representam estado de coisas ou em figuras mentais, substâncias, que pairam acima dos jogos de linguagem. O representacionismo, enquanto substancializa uma função gramatical, não passa de ficção linguística.

4.2.1 Processos mentais

Veremos a crítica de Wittgenstein ao mentalismo, para depois descrevermos que a representação pressuposta pelos internalistas (imagem ou conteúdo mental como essência do pensamento) e pelos externalistas (duplicação dos dados na mente, sob a forma de ideias) não passa de pressupostos epistemológicos cuja consideração do que realmente ocorre no uso cotidiano da linguagem.

Para Wittgenstein, é evidente que muitas das confusões que fazemos em nossas gramáticas acontecem porque não nos voltamos à linguagem cotidiana, esta é retirada, sai de férias. No §106 das **IF**, ele diz que se

deve ater às questões de nosso pensamento cotidiano, e não ir além e imaginar que temos que descrever sutilezas extremas, as quais, afinal nós não estamos habilitados a descrever com os meios que temos à nossa disposição (WITTGENSTEIN, 2005, § 106).

Quer dizer, a busca por essências e por fundamentação para os processos mentais, seja como o fazem os internalistas e os externalistas, esbarra na dificuldade de que não se têm os meios para isso, não é possível chegar ao que é, por exemplo, a real natureza do signo. Quebramos a cabeça em busca disso, será a ideia, esta que se tem naquele exato momento? Para sair dessas questões embaraçosas, devemos entender o uso, o emprego das palavras a partir do contexto. Desta forma, será possível compreender o jogo de linguagem que está em uso.

Entre o internalismo e o externalismo a diferença metodológica é mínima: “A diferença entre o externalismo e o internalismo é mais conhecida como uma diferença de teses explicativas” (THORNTON, 2007, p. 187). Para ambos, o conteúdo mental é produto da mente humana; para eles o pensamento é *medium* do conhecimento. Assim, pensar, para o representacionismo, segue a tese de que pensar é a propriedade da mente de representar imagens claras e exatas.

Em relação ao internalismo, Thornton diz:

o internalismo é a visão de que o conteúdo mental ou linguístico é essencialmente independente do mundo. O conteúdo dos pensamentos de alguém poderia ser simplesmente como é, mesmo se o mundo externo não existisse. Essa é uma pressuposição da discussão de Descartes na Primeira Meditação. Claro, muitos dos pensamentos de alguém seriam falsos se não houvesse mundo externo. Mas, de acordo com a explicação internalista do conteúdo, o conteúdo dos pensamentos de alguém – em contraste com seus valores-verdade – não depende, para sua existência, da natureza do mundo (THORNTON, 2007, p. 187).

Para os internalistas o “ter em mente” se explica pela confiança de que o processo mental seja resultado do pensamento puro e este seja a causa da capacidade de ter imagens na mente. Por exemplo, pensar o nome para representar o objeto, então, pensar em uma árvore para depois representar sua imagem. Estas explicações remontam ao “cogito cartesiano”. No internalismo, primeiro vem o pensamento e depois a representação. Para os internalistas, os signos são usados com o intuito de comunicar as representações mentais.

Em relação ao externalismo, Thornton afirma:

O externalismo, [...] sustenta que o conteúdo mental (e linguístico) depende de ou é constituído por estados do mundo não-mental. Isso poderia ser uma tese geral de que todos os pensamentos são, assim, dependentes [do mundo] [...] Ou poderia ser a tese de que pensamentos singulares dependem do mundo. O externalismo sustenta que ao menos alguns estados intencionais da mente não são 'configurações auto-sustentáveis no domínio do interno, cuja natureza intrínseca deveria ser completamente cognoscível' [...] Em vez disso, eles dependem de e são constituídos por conexões com o mundo. A natureza das conexões postuladas varia, mas todas as formas de externalismo são unidas pela tese de que deve haver algumas para que os pensamentos existam (THORNTON, 2007, p. 187).

Os externalistas consideram que o pensamento necessite de algum estímulo externo, por exemplo, a vivência de algo. Para eles, a representação é estimulada por princípios externos. O pensamento organiza e estrutura as imagens. A partir do externo se convencionou que tal signo significa tal coisa para que as imagens tenham significados. O externalismo é bastante semelhante ao realismo. Wittgenstein não aceita esse externalismo ingênuo.

Segundo Machado, “a publicidade da gramática é, certamente, um elemento, digamos, anticartesiano da filosofia da linguagem de Wittgenstein. Nesse sentido, Wittgenstein concorda que os significados [...] não estão ‘na cabeça’” (MACHADO, 2006, p. 19). Assim, as explicações dadas pelos internalistas e pelos externalistas, para supostamente fundamentar o processo do ter em mente, para Wittgenstein, são ficções, porque para ele não existe o jogo transcendental que possa valer para todos os jogos; “quando as crianças brincam de ferrovia, o jogo se relaciona com seus conhecimentos da ferrovia” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 282). E ainda: “alguém me disse que, quando era criança se admirava de que o alfaiate ‘pudesse costurar uma roupa’ – ele pensava que isto significava que uma roupa é confeccionada com uma simples costura, costurando um fio no outro” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 195). Além do mais, para Wittgenstein, o dualismo, linguagem e mundo, postulado pelo internalismo e externalismo, é resultante de mau entendimento ou mau emprego da gramática. Machado lembra que em Wittgenstein “‘público’ não é sinônimo de ‘social’”, ainda Machado: “mesmo que seja social, ‘[a] gramática não presta contas a nenhuma realidade’, e, nesse sentido, não é determinada por nada exterior à sociedade, como o externalista pensa que H₂O determina o significado de ‘água’” (MACHADO, 2006, pp. 19 e 20).

Devemos lembrar que, para Wittgenstein, o indivíduo, ao usar a linguagem, tem como substrato um sistema de crenças às quais ele pertence; por isso, ao fazer

o uso linguístico, o usuário não precisa pressupor o dualismo entre linguagem e mundo. Diz Lampreia:

Linguagem, para Wittgenstein, significa mais do que aquilo que ocorre em uma situação de comunicação. Ela envolve também todo o sistema de crenças, toda a ‘mitologia’ da cultura à qual o indivíduo pertence. E é através deles que o indivíduo interpreta o mundo. Portanto, não se pode falar de um mundo, de uma realidade, de um pensamento, independentes da linguagem. Com isto, desaparece a reificação já que não se pode falar de uma coisa – em si – independente da forma como a representamos – que pode ser variável e ‘ilimitada’. E, por conseguinte, desaparece também a noção de dualidade – se não há uma coisa, não pode haver uma coisa que se opõe a outra (LAMPREIA, 1992, p. 313).

Wittgenstein não nega a existência de processos espirituais e/ou psicológicos, antes ele os analisa gramaticalmente. Wittgenstein diz, no § 308 das **IF**: “é evidente que não queremos negá-los”. Ele, ao investigar esses processos, entende que tanto os processos espirituais como os psicológicos são técnicas de jogo e, portanto, são usados a partir de formas de vida diversas. Assim, sempre que a linguagem, engessada por um dualismo praticado pela teoria do conhecimento tradicional, tentar definições para os processos mentais, acabará em perplexidades gramaticais. Wittgenstein, com sua tarefa terapêutica, quer indicar à mosca a saída da garrafa (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 309). Segundo Lampreia, “Wittgenstein procurou mostrar foi o erro em supor que todos os termos de nosso vocabulário psicológico devam designar necessariamente experiências mentais específicas” (LAMPREIA, 1992, p. 336).

Wittgenstein, com seu trabalho terapêutico, quer fazer entender que os estados mentais, por serem atividades linguísticas, estão

holisticamente ligados ao tecido de nossas vidas por meio de suas consequências normativas. Isso mostra a parcela de verdade e também a inadequação de dizer que, [...] os estados mentais são estados comportamentais (THORNTON, 2007, p. 55).

Portanto, a representação depende de ser necessário usar o representar-se, por exemplo, uma imagem como significando algo para alguém, em um contexto; os usos estão assentados na atividade linguística ou na concordância de critérios, eles fazem parte dos hábitos normais de um grupo social. O jogo da representação varia conforme os contextos. Não há elemento interno ou externo à representação linguística para defini-la. No jogo do representar, o ponto de equilíbrio entre

linguagem e mundo está na concordância ou na norma constituída pelo uso habitual próprio de uma forma de vida.

Quando a representação é vista como forma essencial do pensamento, estamos pressupondo uma imagem substancial ou essencial na relação mente/mundo. Para Wittgenstein, esta imagem é ingênua e fantasiosa. Entendemos que ela seja, por exemplo, como uma fotografia num eterno presente – “as imagens surgem, segundo Wittgenstein, ao interpretarmos mal [...] nossas expressões cotidianas e ao tirarmos daí ‘as mais estranhas conclusões’” (MORENO, 1995, p. 33). No § 301 das **IF**, Wittgenstein diz que “uma representação não é uma imagem, mas uma imagem pode corresponder-lhe”. Confundir imagem como sendo representação pura da mente é confundir entre a capacidade linguística, a das diversas situações e jogos em que pode entrar a representação de algo, ou o representar-se algo como isto ou aquilo; por exemplo, com a atribuição gramatical, função representativa geral e substancial.

Lampreia explica que a representação não é espelho da mente ou da natureza e, quando a usamos, fazemos de modo aleatório. Diz ela:

Wittgenstein combateu a visão representacional de linguagem mostrando que a ideia de representação, no sentido de ‘espelho da mente’, ou substituição da coisa representada, é ilusória. O que pode haver, quando há ‘representação’, é um número, em certo sentido, ilimitado de representações possíveis com relação à realidade. Nada obriga, nenhuma necessidade natural nos obriga a fazer as representações que fazemos; quando as fazemos. O que determina nossas representações não é nenhum aspecto da natureza – nem a nossa natureza biológica, nem a natureza do ‘mundo externo’ – mas as regras normativas de nossa linguagem que são arbitrárias com relação à realidade (LAMPREIA, 1992, p 312).

A linguagem tem múltiplas funções, uma delas é a da representação de aspectos das coisas descritas pela gramática. Não há mais a proposição elementar como condição substancial para figurar a relação mente/mundo. A representação, entende Wittgenstein, não tem a capacidade e a habilidade de estabelecer um laço relacional entre a mente e o mundo e/ou a linguagem e a realidade. Não há a representação como um “espelho da mente”, uma multiplicação de imagens, ou uma projeção de algo essencial da ou na mente.

O cogito cartesiano pressupõe a existência da mente como fundamento do conhecimento. Bouwsma, em sua obra: **Conversas com Wittgenstein**, relata a análise wittgensteiniana do cogito cartesiano. Nessa, afirma Wittgenstein:

pois bem, vejamos se sou capaz de digerir tudo isso. Penso perceber agora que é uma interpretação, uma maneira de mostrar como o ‘eu penso’ de Descartes lhe pode ter parecido significar alguma coisa. Começando, como Descartes faz, por eliminar todas as coisas através de argumentos que supostamente as tornam duvidosos, vejamos o que acontece depois. Não há nada: nem sol, nem terra, nem fogo, nem roupão, etc. Evidentemente, todas essas coisas pareciam existir, existiriam aparências. Portanto, não existiriam também coisas passadas, terra passada, fogo, amigos passados, etc. E não haveria futuro. E agora, não há nada. Mas há qualquer coisa de comparável às imagens no ecrã. Ora bem, um Descartes escrupulosamente honesto não diria: ‘Ali vai um cavalo. Ah, um pássaro a cantar na árvore, etc. Ali está uma mulher que leva um guarda chuva.’ E já não há, é certo, nem ecrã, nem homem, nem máquina. Descartes não tem, portanto, nada que possa mostrar. Poderia dizer-se que ele poderia dizer: ‘Oh!’ ou ‘Issol!’ ou ‘Consciência!’. Mas se dissesse então qualquer coisa desse gênero, as suas palavras não teriam sentido. O ‘Eu penso’ é ou seria como um ‘Ah!’ (BOUWSMA, 2005, p. 56-57).

Wittgenstein entende que a representação como sendo algo privado é sem sentido. Um quadro pintado é uma forma de apresentação de algo vivido em nossas culturas que, talvez, ainda não se tenha observado daquele modo. Uma pintura só pode ser significativa a partir das formas de vida – “sua impressão privada do quadro lhe fala do que ele se representou; num sentido em que ela não pode ser quadro para os outros” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 280). Wittgenstein também entende que a representação não é duplicação de algo que está no mundo e na mente (mentalismo). Faz sentido afirmar que “o calcular de cabeça é mais irreal do que o cálculo no papel?” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 366). Não. Por isso, ele afirma que “a imagem de representação é a imagem que é descrita quando alguém descreve sua representação” (WITTGENSTEIN, 2005a, §367). Não há como afirmar que a representação seja uma multiplicação ou um espelho de um estado de coisa. Thornton diz que, tanto ao idealismo como ao realismo, falta levar em conta o caráter normativo dos jogos de linguagem que sustentam os vários modos pelos quais se entra em contato com as coisas, se aprende, se relaciona algo. O modo como as sentenças representam nada tem de oculto, diz ele no § 435 das **IF**. Ou seja, sempre que buscamos algo escondido, não estamos sabendo empregar a técnicas do jogo, porque aquilo que as sentenças descrevem nós sabemos quando as usamos. Por isso, a representação apresenta a imagem ou de modo ostensivo (ver) ou por comparação com outros aspectos (ver como). Referir é exteriorizar ou apontar para algo que motivou um tipo de expressão – diz ele:

Eu falo das referências essenciais da exteriorização, para desvinculá-las de outras peculiaridades de nossa expressão. E para a exteriorização são

essenciais as referências que nos motivaram a traduzir um tipo de expressão, de resto estranho para nós, nesta forma que é usual entre nós (WITTGENSTEIN, 2005a, p. 234).

A proposição, como atividade gramatical, não estrutura nada de substancial que represente fatos do mundo. Tudo o que há para dizer e os diversos modos de referir-se ao mundo são satisfeitos pela linguagem. A linguagem descreve práticas sociais habituais, os signos empregados em jogos de linguagem cotidianos bastam. As práticas linguísticas se assentam sobre modelos e proporcionam meios de apresentação de situações que são descritas, distinguidas, ressaltadas, negadas por jogos de linguagem. Por isso, o metro padrão e o modelo das cores que se encontram no museu de Paris são apenas instrumentos da linguagem, eles são modelos quando usados na linguagem – “[...] não há algo exposto, mas um meio de exposição” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 50). Medir é um jogo de linguagem que pode ser jogado conforme o contexto. Haver o padrão do metro é uma convenção e medir tem sentido não porque existe tal metro-padrão, mas porque faz parte das formas de vida de determinadas sociedades.

4.2.2 Proposição e representação

Representar e representação não são possíveis fora da linguagem. Consideraremos, agora, os §§ 134-138 das **IF** para descrever como a proposição é caracterizada.

No § 134 das **IF**, Wittgenstein afirma que a proposição é formada por sentenças da língua e o que acontece quando de sua aplicação, depende apenas de sua aplicação para fazer sentido, e não de esquema prévio, não há a forma geral da proposição. Por isso, ela não será também a forma geral dos fatos, como as coisas são. Há apenas sentenças de certa língua que podem ser empregadas como proposição, mas “dizer que esta proposição concorda ou não com a realidade seria um óbvio sem sentido” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 134). No § 135 das **IF**, ele diz que procurar um conceito para proposição a partir do que ela significa nada mais é que aquilo que se quer dizer com ‘jogo’. Devem-se procurar exemplos para o que chamamos de séries indutivas de proposições. Achar que o conceito de verdadeiro se aplica à proposição é má imagem. A proposição se determina pelas regras de

construção de sentenças para certa língua e o uso de ‘verdadeiro’ e ‘falso’ pertence a nosso conceito de proposição, mas não se ajusta à proposição.

Wittgenstein, no § 136 das **IF**, analisa o modo como entendia proposição no **Tractatus**, ela poderia ser elucidada como aquilo que pode ser verdadeiro ou falso, como o que se ajusta ao conceito verdadeiro, o que se engrena neste conceito e assim poder afirmar que algo esteja assim, ou não.

No § 138 das **IF**, ele diz que é o uso do signo que permite a compreensão da palavra quando dita ou ouvida. Pois, se o significado depende do uso que fazemos da palavra, então não tem sentido falar de encaixar, ou seja, se apreendemos o significado de um só golpe, não necessitaríamos falar em convencionar regras – tudo já estaria pronto e determinado.

A proposição tem um uso e desempenha seu papel em certos jogos de linguagem; ela decorre de certo tipo de atividade gramatical. Fora disso, há somente mal entendidos gramaticais e, portanto, má execução dos jogos de linguagem gerando, assim, perplexidades. Para Wittgenstein, da **Gramática Filosófica**, “não existe uma proposição isolada! Pois o que chamo ‘proposição é uma posição no jogo de linguagem’” (WITTGENSTEIN, 2003, § 124).

Wittgenstein, com a noção de jogos de linguagem assentados sobre formas de vida, supera a noção de representação, entendida como processo mental, e a dele próprio no **Tractatus**, a proposição cujo sentido é poder afigurar estado de coisas da realidade. Lampreia exemplifica como podem ser consideradas as representações:

Por um lado, não há nada na natureza, nenhuma lei natural que nos obrigue a fazer as representações que fazemos. Nossa constituição biológica e a ‘realidade’ estabelecem limites, são parâmetros que limitam nossas representações, mas não as determinam. Nossas representações seguem leis normativas, sociais, e não nomológicas. Por outro lado, se a ‘realidade’ pode ser representada de uma forma, em certo sentido, ‘ilimitada’, passando a ser constituída pela linguagem, não se pode conceber uma coisa da ‘realidade’ independente da linguagem. E isto é válido tanto para os conceitos da linguagem ordinária quanto para os conceitos científicos (LAMPREIA, 1992, p. 339).

A proposição bipolar não é a forma ideal e substancial da linguagem e que serve para figurar estado de coisas da realidade. Pois a atribuição de um predicado a um sujeito não implica a existência da propriedade no sujeito, por exemplo, dizer que uma pessoa “é boa”, isto não quer dizer que o predicado “bom” está na pessoa.

Pois uma predicação, para fazer sentido, deve estar dentro de um sistema de comunicação. Uma proposição isolada, elementar ou atômica não significa nada. Prado Neto indica que, para Wittgenstein, uma proposição é um lance de jogo:

uma proposição que atribui a um certo sujeito um predicado tal que essa atribuição exclui a atribuição, ao mesmo sujeito, de certos outros predicados [...] não faz uma afirmação apenas sobre o sujeito e o predicado visado, mas também sobre os predicados excluídos em que a atribuição do primeiro predicado equivale a negação dos restantes (PRADO NETO, 2003, p. 111).

Não há mais como sustentar gramaticalmente a concepção de que uma forma proposicional deva estar em todos os jogos de linguagem. Jogos são unidade de sentido, pois são completos em si. Eles se relacionam por semelhança de família. Ainda, os sistemas de comunicação se constituem nas práticas do grupo social.

Uma palavra pode apresentar ou representar uma referência/objeto, se isso for exigido por certo contexto. Por exemplo, quando se usa a cor vermelha para ensinar à criança o conceito de cor, então se emprega uma apresentação conceitual, isto é, se usa a forma padrão. Enquanto se usa a cor vermelha para separar objetos que estão misturados com objetos brancos, por exemplo, emprega-se uma apresentação referencial (cf. LAMPREIA, 1992, p. 322).

4.3 A CRÍTICA AO INTERNALISMO E AO EXTERNALISMO

No § 139 das **IF**, lemos que:

Quando alguém diz, p.ex, a palavra “cubo”, sei então o que ela significa. Mas pode me pairar no espírito todo o emprego da palavra quando a entendo assim? Sim, mas o significado não é, por outro lado, determinado também por este emprego? E podem contradizer-se estas determinações? Aquilo que entendemos de um só golpe pode estar em contradição com um emprego, pode encaixar-se nele e pode não se encaixar nele? E como pode encaixar-se num emprego aquilo que nos é presente num momento, que nos paira no espírito num momento? O que é que nos passa pela mente, propriamente, quando entendemos uma palavra? – Não é algo assim como uma imagem? não pode ser uma imagem? Bem, suponha que, ao ouvir a palavra “cubo”, paire-lhe no espírito uma imagem. Talvez o desenho de um cubo. Até que ponto esta imagem pode se encaixar num emprego da palavra “cubo” ou não? “talvez você me diga: ‘isto é simples; – quando esta imagem me paira no espírito e aponto, por ex., para um prisma triangular e digo que aquilo é um cubo, então esse emprego não se encaixa na imagem’. Mas ela não se ajusta?” Escolhi, de propósito, um exemplo que torne bem fácil representar-se um método de projeção mediante o qual a

imagem seguramente se encaixa. “A imagem do cubo insinuou, todavia, um certo emprego, mas eu poderia também empregá-la de outro modo.

Não há imagens pairando na mente e uma imagem encaixar-se com o emprego da palavra correspondente não pressupõe que haja por detrás todo um processo cognitivo, mental. Há, como temos insistido, diversas situações em que se fazem certas relações entre palavra, seu uso, enfim, comportamentos linguísticos.

O representacionismo de tipo internalista é descartado porque “o estado mental da compreensão do significado de uma palavra não pode ser caracterizado independentemente da prática de usar a palavra” (THORNTON, 2007, p. 141). Resultados filosóficos paradoxais procedem da falta de compreensão do uso da linguagem – “[...] as moedas que o intelecto arranjou ao bater contra os limites da linguagem” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 119). Wittgenstein, no § 87 das **IF**, afirma que toda explicação requer outra explicação – “é como se uma explicação, por assim dizer, estivesse pendurada no ar, caso uma outra não a sustente” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 87). Os nomes e as proposições, em seus usos diversos, são atividades gramaticais normatizadas, convencionadas; não precisa haver ajustamento entre nome e nomeado, nem entre proposição e fatos, para haver significado.

A imagem é resultado da atividade gramatical. Para um internalista, a mente é povoada por ideias ou conceitos internos à mente. Mas como sair disso? A “exibição privada é uma ilusão” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 311) que precisa ser dissolvida pela terapia gramatical que reconduz as palavras do emprego metafísico para uso cotidiano (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 116).

Wittgenstein, no §139 das **IF**, chama a atenção de seu interlocutor internalista para o caráter vago das proposições, e entende que estas requerem usos em jogos de linguagem. Como um internalista explicaria “não”, “se” e “quando”? Não há representação para eles (cf. ARAÚJO, 2007, p. 13). Wittgenstein ironiza: “onde a nossa linguagem nos faz supor um corpo, e não há corpo, ali gostaríamos de dizer que se trata de um espírito” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 36). Outro exemplo, quando falamos de alguém para outra pessoa, não necessariamente precisamos ter a pessoa representada, como por uma fotografia clara e nítida na mente, para nos referir a ela. Pergunta Wittgenstein:

o que faz a diferença entre o olhar uma imagem antes e depois da solução? Está claro que a vemos de maneira diferente nas duas vezes. Mas o que equivale dizer que depois da solução a imagem significa algo para nós, ao passo que antes não significava nada? (WITTGENSTEIN, 2003, § 125).

Todo sistema gramatical, para Wittgenstein, depende de haver domínio de técnicas – ‘Dominar uma técnica’ (WITTGENSTEIN, 2005a, § 150) não é algo privado. As regras, por seu lado, não podem ser sistematizadas em conjunto fechado, “pode-se dizer que o conceito ‘jogo’ é um conceito de contornos imprecisos” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 71). Wittgenstein, no § 139 das **IF**, entende que, ao invés de se buscar imagens claras e exatas, deve-se ver como a representação, sendo ela atividade gramatical, foi empregada em jogo de linguagem, a partir de determinada circunstância. A representação não se ajusta a nada, ou ela tem significado, ou não tem significado.

Toda explicação que se apresente como causa de alguma coisa engana, pois provoca ilusões; porque o imaterial ou o misterioso tem que ter substância? Wittgenstein pergunta: “por que é que algo impalpável deveria ser mais misterioso do que algo palpável? a não ser que seja porque a queremos agarrar” (WITTGENSTEIN, 1989, §126). Na atividade gramatical o “é simples¹²”, expressão que gera perplexidades, deve ser trocado por “vamos ver”, deste ponto de vista, parece ser assim. Desta forma, dissolvem-se as perplexidades e se iniciam processos de comparação entre jogos de linguagem.

Pensar é saber aplicar técnicas, as imagens não pairam no espírito para depois serem descritas ou representadas (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 335). Não há pensamento sem linguagem. “Uma das principais fontes de nossa falta de compreensão é que não dominamos com uma clara visão o uso de nossas palavras” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 122). Não dominar o uso da palavra é não saber jogar.

A atividade linguística não é processo mental, pois “a intenção não é uma emoção, um estado de espírito, nem uma sensação ou imagem, ou seja, a imagem

¹² Segundo Wittgenstein, deveríamos trabalhar com a gramática; por exemplo, a questão do simples e do complexo. Esses dois conceitos são atividades gramaticais e as usamos sem perceber o modo como as empregamos. Para Sampaio (cf. SAMPAIO, 2005, p. 221-233) “simplicidade” e “complexidade” não são conceitos tão evidentes como costumamos pensar. Para Kripke, a teoria da simplicidade pode nos ajudar numa escolha entre duas hipóteses, mas jamais nos poderá dizer as hipóteses (KRIPKE, 2000, p. 38). Por exemplo: na aritmética, entre uma adição e uma multiplicação, não se pode dizer que uma é mais fácil que a outra, mas podemos dizer que estamos mais habilitados numa que noutra. Não saberíamos dizer o que significa o “mais simples” fora de um contexto.

não é um estado de consciência” (WITTGENSTEIN, 1989, § 45), mas é atividade linguística que é própria de uma forma de vida.

A concepção de jogos de linguagem é barreira também contra o representacionismo externalista¹³. O externalismo, segundo Thornton, em Wittgenstein é instrumento da linguagem. Ele, em **Wittgenstein: linguagem e pensamento**, considera que aquele autor seja externalista minimalista: “... ele não pressupõe uma distinção entre o esquema e o conteúdo”. (2007, p. 199). Isso quer dizer a palavra constitui diretamente o conteúdo, nem é preciso fazer distinção entre sentido e referência.

Segundo Thornton, os externalistas chamam a imagem mental de “imagética mental¹⁴”. O externalismo afirma que a imagem mental resultou da organização ideal do material coletado pelas sensações, tal como para Locke: “o problema filosófico central e mostrar como nascem e se desenvolvem as ideias a partir da experiência” (PENCO, 2006, p. 27).

No § 141 das **IF**, encontramos:

Mas como, se não nos paira no nosso espírito, simplesmente, a imagem do cubo, mas junto com ela também o método de projeção? – Como imaginar isso? Imaginando talvez ver diante de mim um esquema da espécie de projeção. Uma imagem que mostre talvez dois cubos ligados um ao outro pelos raios de projeção. Mas isto me leva a avançar substancialmente? Não posso também imaginar agora diferentes empregos deste esquema? – Sim, mas um emprego não me pode pairar no espírito? – Certamente; só que temos que tornar mais claro nosso emprego desta expressão. Suponha que eu demonstre para alguém diversos métodos e projeção para que ele os aplique em seguida; e perguntemo-nos, em qual caso iremos dizer que lhe paira no espírito o método de projeção que eu tenho em mente. Para isto reconhecemos, evidentemente, dois tipos de critérios: Por um lado, a imagem (não importa de que espécie seja), que lhe paira no espírito em qualquer época; por outro lado, o emprego que ele – no decorrer do tempo

¹³ Para termos uma noção do externalismo nos deteremos na conferência sobre a cognição, que se encontra em “Tripla corda: mente, corpo e mundo” de Putnam. Nesta, ele diz que a filosofia desde o século XVII enganadamente exige uma “interface” entre os objetos exteriores e o espírito (PUTNAM, 2007, p. 85). Ele afirma que a filosofia representacionista, nestes últimos tempos, tem oscilado entre realismo e idealismo, ou seja, de um lado temos a “percepção” que nos coloca em contato com o mundo, e do outro nos estamos com a “concepção” que nos dá a entender a existência do mundo; as duas representações partem do princípio de que existe intervenção mental que está “mediando” a relação entre conhecimento e o mundo. Para Putnam nenhuma destas soluções é razoável, por isso encontramos nele uma rejeição do “cartesianismo cum materialismo” (PUTNAM, 2007, p. 86). Do externalismo, a única coisa que é possível aproximar das **IF** é a publicidade da linguagem, porém, como já estamos salientando, a questão da autonomia é ponto de conflito entre os dois (MACHADO, 2006, p. 3).

¹⁴ Imagética mental: designa um tipo de experiência que se parece com experiência perceptiva, mas ocorre na ausência dos estímulos relevantes para a percepção correspondente (THORNTON, 2007, p. 66). Ainda: “Admitiam que os conceitos empíricos correspondessem a ideias ‘abstraidas’ pela mente a partir do que é ‘dado’ na experiência sensorial e que os conceitos a priori correspondiam a ideias fixadas na mente por outra via” (BAKER, 1976, p. 14).

– faz dessa representação. (E não está claro aqui que é inteiramente acidental que esta imagem pareça na sua fantasia, e não que esteja diante dele como um desenho ou como modelo; ou também que seja fabricada por ele como modelo?). Entre imagem e emprego, onde haverá colisão? Bem, elas podem entrar em conflito desde que a imagem nos faça esperar por um outro emprego. É que os homens, em geral, fazem este emprego desta imagem. Quero dizer: há aqui um caso normal e casos anormais.

Neste parágrafo Wittgenstein analisa a diversidade de modos pelos quais a imagem, a representação, o nome e a coisa se ligam, sem necessidade de pressupor um único método, o da projeção. Como diz Hebeche,

Wittgenstein afasta-se do mundo inefável das verdades eternas de Platão (ou de Frege), pois, ao invés de unificar as palavras em super-conceitos filosóficos, ele passa apenas a descrever a sua diversidade de usos na linguagem (HEBECHE, 2007, p. 11).

A atividade descritiva da linguagem é constituída na atividade gramatical; é por meio do ato descritivo circunstancial que a linguagem apresenta fatos do mundo, e não pela ideia produzida pelo processo mental, que organiza material empírico.

Para haver relação com o mundo externo, bastam nossas atividades linguísticas, é pela gramática da nomeação que podemos, quando for o caso, destacar tal ou tal aspecto da situação, o que fizer sentido. Se formos examinar a linguagem, prestar atenção a ela, o mundo pode ser apresentado por ela de inúmeras formas, não é preciso, pois traçar distinção rígida entre linguagem e mundo. A gramática não impõe nada.

4.3.1 Representar é uma atividade da linguagem

O dualismo entre linguagem e mundo, ou entre mente e mundo, não faz sentido para Wittgenstein. Com os jogos de linguagem, os critérios não vêm nem da mente pensante e nem a partir da experiência. Os critérios são próprios das formas culturais de vida.

Dissolvendo o representacionismo substancialista, Wittgenstein, apresenta uma concepção de representação de teor pragmático, ou seja, temos representações que se constituem por meio de certos usos da linguagem, que têm sucesso em representar ou apresentar algo, de certo modo em certa ocasião. Uma proposição é significativa, compreensível, enquanto está sendo usada num jogo de linguagem. O critério que vale para um jogo de linguagem não vale para outro. O

engano cometido pelos representacionistas é estender um sistema de linguagem para todos os demais sistemas gramaticais. Diz Wittgenstein, no § 324 das **IF**, para fazer entender que certas situações requerem apenas um “ver como ocorre” e, como o critério de conhecimento não decorre do mundo exterior:

seria correto dizer que aqui se trata de indução, e que estou tão certo de que poderei dar continuidade à série como sou, de que este livro cairá por terra se eu o soltar; [...] Quero responder que exatamente para esta certeza não precisamos de fundamentos. Há algo que poderia justificar a certeza mais do que o êxito? (WITTGENSTEIN, 2005a, § 324).

Representar, desejar, intencionar, compreender são próprios da linguagem e não da mente subjetiva e a “linguagem é enxertada num pano de fundo de práticas, tanto linguísticas como naturais” (THORNTON, 2007, p. 150). E as aplicações gramaticais são diversas. Diz ele no § 141 das **IF**: “não posso pensar em outras aplicações?” E a resposta é “claro que sim”. Podem-se pensar “n” tipos de aplicações gramaticais. Pois a linguagem é autônoma e contingente. Wittgenstein entende que o jogo de linguagem não é preparação para seguir a regra, mas é a atividade do seguimento da regra. Por isso, segundo Moreno, não há necessidade de ontologia e epistemologia para a gramática. Cada jogo de linguagem tem sua ontologia e sua epistemologia próprias e independentes que são expressas nos usos contextuais (cf. MORENO, 2008, pp. 193-216).

Wittgenstein diz que, em geral, o pensamento é visto sob o modelo das imagens: “o jogo de imagens é o modelo segundo o qual se gostaria de pensar o pensar” (WITTGENSTEIN, 1989, § 94). Ele entende que o pensar não esgota a representação e nem esta esgota o pensamento.

A compreensão depende do domínio da técnica. Um método de projeção com conteúdo pragmático só será possível a partir do momento em que a pessoa domina os critérios normativos do jogo, quando ela se mostra capaz de prosseguir a série sozinha. A prova decisiva para o jogo do representar algo ou da função de apresentar um aspecto faz sentido conforme a prática ou a necessidade de se usar tal atividade para guiar ou explicar um comportamento ou atitude. Sem linguagem, não há representação; por exemplo, a representação privada da dor; para que alguém possa representar esta sensação deve conhecer as técnicas do jogo da dor – diz Wittgenstein, “como seria se os homens não exteriorizassem suas dores (não

gemessem, não contraíssem o rosto, etc.)? Então não poderíamos ensinar a uma criança o uso da expressão ‘dor de dente’” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 257).

Não há necessidade epistemológica de confrontar a representação com o representado. Pode haver comparação entre as representações. A comparação é a atividade funcional da linguagem. Comparar aspectos linguísticos é comportamento gramatical intersubjetivo, ou seja, é na comparação de aspectos diferentes que se podem ver novos aspectos ou ainda é na concordância de critérios que se pode constituir um novo jogo de linguagem – diz Wittgenstein:

Antes de julgar que duas de minhas representações são iguais, tenho que reconhecê-las como iguais. Tendo acontecido isto, como hei de saber então que a palavra “igual” descreve meu conhecimento? Somente, então, quando eu expressar esse conhecimento de uma outra maneira, e uma outra pessoa puder me ensinar que “igual” é aqui a palavra correta. Pois, se necessito de uma justificação para usar uma palavra, então tem que ser uma justificação também para o outro (WITTGENSTEIN, 2005a, § 378).

A colisão ou o conflito gerado na aplicação da imagem só acontece quando, após a prática linguística, fica algo no ar, como se esperando outra atividade, isso é, já se determinou o uso, porém permanece o desejo de uma última análise – “como se as nossas formas usuais de expressão ainda não estivessem analisadas em sua essência, como se nelas houvesse algo oculto que deve ser trazido à luz” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 91). A busca da última análise é resultante da esperança de encontrar a substância ou, segundo Wittgenstein, da expectativa da descoberta do “fio” condutor que ilumine a essência unificadora de todos os fenômenos

mas isto não conduz a que a expressão ‘aludir a N.’ signifique: comportar-se assim, sentir assim, imaginar assim, etc. E aqui, alguém dirá: ‘Claro que não! Sempre soubemos isto. Um fio vermelho tem de passar por todos estes fenômenos’ (WITTGENSTEIN, 1989, § 26).

A concepção causal de linguagem como puramente referencial é superada. O jogo do representar algo para alguém é prática comum, e deve ser visto assim, como algo funcional.

A representação não é processo interno, mental, incorpóreo. Não há princípios a priori ou transcendentais que determinem a representação. As representações são necessárias no dia a dia, são constituídas.

Assim, os fundamentos do internalismo e do externalismo, em Wittgenstein, são dissolvidos. O transcendental, o a priori, a representação, a essência, ficam fora do uso habitual da linguagem. Farão sentido se tiverem uso. Assim, a linguagem não é mais reduzida a sentenças proposicionais nem os signos são reduzidos ao conteúdo mental. O sentido da representação obedece a critérios de uso.

As representações sendo contextuais, “embora se refiram à realidade, não a descrevem no sentido de a representarem como uma cópia. Elas representam a realidade dentro de um sistema que é gramatical, portanto, arbitrário” (LAMPREIA, 1992, p. 323). Em Wittgenstein, a concepção externalista de conhecimento é descartada.

As representações são constituídas na harmonização entre mundo e linguagem estabelecida pela atividade dos jogos de linguagem. Assim, Wittgenstein supera a teoria representacionista de que “o pensamento [exerce] um papel mediador na relação linguagem/realidade” (LAMPREIA, 1992, p. 323). Para Wittgenstein, nossas crenças, intenções e vontades, apresentam-se com sentido na e pela gramática, porque é ela que descreve as formas de vida; e não no e pelo pensamento, como entendem as concepções mentalistas de linguagem e de conhecimento. Lampreia explica que “a expectativa e o evento esperado, a esperança e sua realização, ou a crença e aquilo que a torna verdadeira, fazem contato na gramática e não via um intermediário psicológico” (LAMPREIA, 1992, p. 323). Para Wittgenstein o mentalismo seria uma concepção filosófica a ser submetida à terapia.

4.3.2 A crítica à linguagem privada

Wittgenstein, ao criticar a concepção de linguagem privada, entende que a linguagem pressupõe atividade intersubjetiva. A gramática é expressão de forma de vida e nela estão imersos os jogos de linguagem. Wittgenstein critica a concepção de linguagem privada.

A concepção mentalista afirma que a experiência é acessível somente para quem a vivenciaria, ou seja, existiria um lugar na mente humana, lugar misterioso, onde ninguém pode penetrar. Haveria assim, correspondendo a essas experiências internas, uma linguagem privada que não pode ser entendida por ninguém. E tal

concepção permitiria que, “para a introdução de nomes numa tal linguagem, não necessito, aparentemente, mais do que voltar minha atenção para uma determinada vivência (um sentimento, por exemplo), dar um nome a essa vivência e gravar em mim a ligação estabelecida entre a vivência e sua designação” (STEGMÜLLER, 1977, p. 491). Descartes, Locke e Kant (cf. STEGMÜLLER, 1977, p. 491), entre outros, seduzidos pelos encantos da linguagem privada, procuraram apresentar imagens como representação da atividade mental. O problema aparece quando a linguagem privada é exteriorizada, pois faltam critérios para sua aplicação correta.

Lembra-nos Stegmüller que a linguagem privada teria como suporte regras particulares (cf. STEGMÜLLER, 1977, p. 492). Stegmüller afirma também que tal linguagem “[...] não pode ser entendida por outro sujeito, a não ser o seu próprio criador, porque as expressões dessa linguagem se referem às vivências interiores pessoais desse criador” (STEGMULLER, 1977, p. 491). Wittgenstein diz que “não é possível um único homem ter seguido uma regra uma única vez” (WITGENSTEIN, 2005, § 199). A linguagem privada, para Wittgenstein, só poderia ser justificada subjetivamente e, por isso, é ficção gramatical. No § 307 das **IF**, “você não é um behaviorista disfarçado? Não está dizendo, no fundo, que tudo é ficção, exceto o comportamento humano?’– Se falo de uma ficção, então é de uma ficção gramatical que falo”. Para Stegmüller,

a novidade, nas Investigações de Wittgenstein, não é o fato de ele rejeitar uma suposição que goza de reconhecimento geral por parte dos outros filósofos, mas o fato de levar-nos a ver que, nestes casos, está em pauta a concepção duma linguagem privada. A maioria dos filósofos mencionados (Descartes, Locke, Kant, Brentano) negaria que, em suas investigações, se parte desse pressuposto (STEGMULLER, 1977, p. 491).

O conceito de linguagem privada é problemático, porque, segundo comentadores, ela não possui lógica, pois não resulta de atividade intersubjetiva de base e não se apoia em nenhuma forma de vida. Uma pergunta wittgensteiniana: onde repousar sua pá? Na linguagem privada não há rocha. Ainda, é impossível levantar um problema privado sem evocar a linguagem pública. Para ser coerente com sua posição, o sujeito deveria ficar somente em grunhidos, em gemidos ou em inventar palavras, que não estejam no domínio público, ou teria que ficar no estado mnemônico, isto é, em condição de memória – § 343 das **IF**: “as palavras, com que expresso a minha lembrança, são a minha reação mnêmica”. Não esqueçamos que lembrança é uma atividade gramatical.

No § 244 das **IF**: “como é que palavras se relacionam com as sensações? – Não parece haver nisso nenhum problema; pois não falamos diariamente de sensações e lhes damos nomes?”. E no § 252 das **IF**: “à frase ‘Este corpo tem uma extensão’ poderíamos responder: ‘Absurdo!’ – mas estamos inclinados a responder: ‘Claro!’ – Por quê?”. Então, pergunta Wittgenstein: “até que ponto minhas sensações são privadas? – Ora, só eu posso saber se realmente sinto dor; o outro pode apenas supor. – Num sentido, isto é falso, noutra, absurdo” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 246). De acordo com Wittgenstein, tanto o primeiro como o segundo, para descrever a sensação da dor, não percebem que fazem uso do conceito dor que foi aprendido por meio de práticas sociais.

A sensação só pode ser entendida, tanto para quem fala como também para quem ouve, quando exteriorizada. Faustino afirma ser nesta situação, a da exteriorização, que ocorrem os acordos constituintes dos jogos de linguagem: “[...] o conceito de ‘exteriorização’ é o primeiro passo para compreender o que Wittgenstein chama de ‘acordo sobre a forma de vida’” (FAUSTINO, 1995, p. 63). É o sistema de comunicar inserido no conjunto comportamental das sociedades humanas. Segundo Faustino, nos jogos de linguagem, a sensação privada só pode ser caracterizada de forma negativa, enquanto proposição psicológica da “primeira pessoa”, ou seja, a exteriorização, neste ponto, não é descrição, nem é visível pela observação e nem é conteúdo cognitivo; porém, quando objetivada na “terceira pessoa”, contrariando os atributos genuínos desta, pode-se dizer que a exteriorização é descrição, pode ser verificada pela observação e tem conteúdo cognitivo: “as funções descritiva e cognitiva das proposições na terceira pessoa só podem ser afirmadas à medida que são negadas às proposições na primeira pessoa” (FAUSTINO, 1995, p. 64).

O ser humano sai do seu “eu” e vai ao encontro do outro na linguagem, ou seja, ele executa o jogo da exteriorização em busca de interação. Nesta saída da percepção do mundo em primeira pessoa, ele encontra práticas semelhantes às suas, que, por meio de acordos, envolvem as formas de vida. Podemos dizer que o homem sai de si mesmo para ser encontrado por si e/ou pelo outro: “ao gritar, o sujeito não reflete sobre si mesmo; nem se conhece a si mesmo, mas tão somente exterioriza-se para que o outro – este sim – o conheça e conheça o seu estado” (FAUSTINO, 1995, p. 65). A exteriorização tem sentido enquanto jogo de linguagem. Por exemplo, num jogo de linguagem um sujeito sente dor e tem uma reação. Assim,

ele joga ou de maneira primitiva (dizendo somente “ai”) ou de forma complexa (afirmando: “você não sabe o quanto estou sofrendo”). Por que ele faz uso de jogo (primitivo ou complexo)? Se estiver com alguém é para despertar uma espécie de compaixão para com sua pessoa – ser compreendido; ou se estiver sozinho é para despertar autocompaixão – para perceber-se e, assim, compreender-se. Tudo isso é comportamento gramatical aprendido. Há expressão de intersubjetividade e, neste nível pragmático, não cabem as filosofias do sujeito. Temos outro padrão filosófico, não mais a subjetividade cartesiana cujo substrato é representação como única atividade mental e nem o sujeito lockeano que organiza as sensações sob a forma de ideias. Na linguagem, o modelo sendo o da intersubjetividade, a gramática permite descrever o mundo a partir de contextos expressando comportamentos sociais.

Wittgenstein reduz ao absurdo a linguagem privada ou a representação privada, quando pergunta no § 382 das **IF**: “como justificar que me faço esta representação baseadas nestas palavras?”, ou melhor, no mesmo parágrafo: “como se aponta para uma representação?” É notável que seu questionamento não vise confrontar teoria com outra teoria, e sim descrever conexões, senão vejamos: qual garantia se tem de estar representando aquilo que suas proposições evocam? Se for algo particular e não público, quem a garante? Usar assim a proposição é jogo de crença mal realizado, pois falta o contexto para atividade gramatical ter significado. Wittgenstein diz, no § 383 das **IF**, que não se está analisando o fenômeno da representação, essa atividade compete às proposições empíricas, mas está analisando conceitos, isto é, ele está investigando as proposições gramaticais que, quando bem empregadas não resultam em absurdos nem causam confusão. Aqui cabe lembrar: não devemos buscar o que está por detrás das palavras, diz Wittgenstein, mas como foram usadas – “não há nada escondido” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 435). No § 384 das **IF**, Wittgenstein diz: “não aprendemos a dor, mas sim o seu conceito”.

Com teor irônico, Wittgenstein indaga: “poder-se-ia imaginar que uma pedra tem consciência? E se alguém tiver capacidade para tanto – por que isto não pode... provar que toda essa imaginabilidade não tem interesse... para nós?” Ele alerta, no § 390 das **IF**, que se a palavra não tem emprego, não terá significado, pois não terá contexto, em outras palavras, não pertencerá a nenhum jogo de linguagem, portanto

não está assentada sobre formas de vida. Se alguém dissesse: criemos um jogo de linguagem e sobre ele construamos uma prática de vida; Wittgenstein responderia que todo jogo de linguagem é constituído sobre uma necessidade pragmática de interação com e no mundo e esta acontece a partir de um comportamento habitual.

Wittgenstein, para mostrar que a linguagem privada é sem sentido, pede para imaginar uma pessoa que se representa que pessoas estão sentindo dores, porém disfarçam. Nesta situação, como agir, o que fazer para encarar as pessoas? Ou suas colocações serão sem sentido, assim a comunidade o compreenderá, ou fingirá que as dores são dos outros e, por isso, não lhe interessam.

Assim não havendo linguagem privada, a própria representação também não pode ter caráter privado, fora do jogo de linguagem, ela não faz sentido. No § 393 das **IF**, Wittgenstein aconselha: peça a um ator representar alguém que ri, mas que na verdade está sentindo dores e observe. A atividade da representação é um executar de normas concordadas em relação intersubjetiva.

A linguagem particular é algo impossível, pois linguagem requer convenção, contexto, aprendizado, e toda a práxis social, pública e não privada. Os representacionistas não entendem que para, a compreensão da proposição, não é importante sua representação, mas seu emprego.

4.4 A GRAMÁTICA DO VER E DO IMAGINAR

Segundo Hebeche, para Wittgenstein,

imaginar é um modo de agir expresso na linguagem; só nela se decide o que se imagina e o que se vê, se ouve ou se toca, e, portanto, não se pode confundir o que está em nosso entorno com uma paisagem distante, mas se pode distinguir o sonho da realidade, alucinação e devaneio. A gramática da imaginação dá conta desse solo áspero expresso na diversidade desses conceitos (HEBECHE, 2003, p. 394).

É nas formas de vida que aprendemos distinguir o ver do imaginar. Na gramática do ver não há necessidade de pressupor que o visto é algo real, que tem peso ontológico, ou seja, ver uma fotografia e ver uma paisagem não se referem a níveis diferentes da realidade; eles apenas apresentam significados diferentes, porque são construídos de modo diferente e têm usos distintos.

A gramática da imaginação é semelhante à do fingimento, à da crença, à do fantasiar, entre outras. Para Hebeche “a imaginação está associada às artes e seu domínio determina a originalidade e a criatividade dos artistas” (HEBECHE, 2003, p. 395). A variedade de usos desta palavra indica sua determinação gradual.

Hebeche destaca que, para Wittgenstein, os problemas ou as ilusões aparecem quando “se considera o interior da mente distinto do que está do lado de fora” (HEBECHE, 2003, p. 369). As ficções gramaticais surgem quando se considera que a proposição, o pensamento ou a sensação são processos mentais.

A confusão acontece, por exemplo, quando unificamos ou superamos a atividade do ver à do imaginar. A semelhança não deve produzir confusão, pois suas gramáticas são distintas. Podemos imaginar algo sem que o vejamos, mas não podemos deixar de ver aquilo que estamos vendo pela vontade de querer deixar de ver.

Os critérios que distinguem o ver do imaginar se evidenciam pelo uso dessas duas técnicas. Elas são aprendidas, nunca processos mentais. Imaginar a melodia ou cantar por notas indicadas na partitura são atividades que dependem de seguir regras. Também o imaginar tem sua gramática.

Estes casos, do ver e do imaginar, descrevem gramáticas diferentes e, no entanto, há a ilusão de que são processos mentais, privados. Segundo Hebeche “a ilusão surge quando as imagens mentais são como objetos que podem ser visualizados internamente, são como pinturas dos objetos externos, como se em minha mente, com auxílio de minha vontade, eu tivesse um cenário a que tivesse acesso privilegiado” (2003, p. 298). Assim, “querer, imaginar, pensar, ver, etc., são habilidades. E o domínio dessas técnicas é institucional” (HEBECHE, 2003, 399). Sem linguagem nunca se saberia o que seria imaginação e o que as pessoas podem imaginar. Segundo Hebeche

a diferença entre uma representação e uma figura, a partir da qual se pode ter uma representação, está em que uma figura pode ser mostrada a todos, enquanto que, para sabermos o que alguém imaginou, a resposta só pode ser dada recorrendo a uma figura (HEBECHE, 2003, p. 399).

A imaginação não é representação de algo na mente. “A gramática da imaginação é, portanto, semelhante à dos conceitos psicológicos, como pensamento, intenção, emoção, etc.” (HEBECHE, 2003, p. 399). Mais adiante Hebeche explica que “quando, [...] é rejeitada a noção de que essas palavras

(representar, imaginar, etc.) se refiram a algo fora da linguagem, rompe-se com a noção filosófica tradicional de que a mente seja um ‘espelho da natureza’” (HEBECHE, 2003, p. 405).

Para superar a noção da imaginação como evento privado, devemos compreender o critério de sua exteriorização; devemos buscar desnivelar ou ao menos entender a assimetria entre primeira e terceira pessoa que acontece na linguagem. Para Marques,

existe uma 1ª pessoa, mas toda sua argumentação vai no sentido de mostrar que ela não se esconde por detrás da prática linguística e que por isso mesmo apenas a persistente e quiçá pouco sistemática análise gramatical consegue ir revelando essa real 1ª pessoa. (MARQUES, 2003, p. 26).

Ou seja, “um ‘processo interno’ precisa de critérios externos” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 580). Apenas no momento em que se exterioriza pela linguagem é que se pode dar sentido ao ter uma imagem na mente. Quando o ouvinte ou interlocutor não entende a descrição se deve buscar outra melhor até que ele possa compreender. Neste caso “buscar outra melhor” não quer dizer que há palavras mais importantes, essenciais ou substanciais, aquilo que de fato existe são palavras que participam de jogos conhecidos por aqueles que estão jogando. Se não houver domínio da técnica por parte dos jogadores não haverá compreensão.

A imagem, por ser atividade gramatical, terá sentido se inserida no jogo de linguagem. Por exemplo, quando se olha para um quadro e não se entende, o autor usa um jogo que o interlocutor não domina, ou nem mesmo o autor compreende o que fez. Para Hebeche “somos constantemente tentados a associar a palavra imagem a um evento privado interno e, com isso, perdemos o modo como ela é empregada na linguagem” (HEBECHE, 2003, p. 408). O solipsismo¹⁵, que consiste na ideia de que a única realidade com sentido é o próprio eu, é dissolvido na linguagem. Não posso sentir a dor do outro, mas posso compreender a dor do outro. Pela linguagem é possível exteriorizar sensações e entender os sofrimentos do outro. Se a imaginação fosse figuração, então seria difícil representar a dor do outro que não se sente; mas como atividade de um jogo, o comportamento da dor, é

¹⁵ Para Wittgenstein “o que o solipsismo quer significar é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode dizer, mas que se mostra. Que o mundo seja meu mundo, é o que se mostra nisso: os limites da linguagem (a linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de meu mundo” (WITTGENSTEIN, **TRACTATUS**, § 5.62).

possível entender que o outro está sentindo dores – “o comportamento de dor pode apontar uma região dolorida, – no entanto, a pessoa que sofre é a que exterioriza a dor” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 302). Moreno afirma:

sabemos que o outro sofre ou pensa, apenas porque dominamos os conceitos de dor e pensamento. [...] A experiência da empatia seria segundo Wittgenstein, mais uma antecipação do comportamento regida pela gramática dos conceitos, e não uma co-participação na vida emocional e privada de outra pessoa (MORENO, 2005, p. 174).

Reconhecer, identificar, compreender, entre outras, não são processos da mente, mas atividades gramaticais. Pois, reconhecemos uma pessoa numa fotografia, reconhecemos a cor vermelha, reconhecemos que o outro está doente, feliz, triste porque há uma linguagem expressando comportamentos sociais. Para reconhecer uma fotografia, devemos saber jogar o jogo de fotografar; do vermelho, o jogo das cores; da dor de dente, o jogo da dor; de estar triste, o jogo da tristeza. O jogo é público. Na representação não existe um processo de duplicação, pois não há como apontar duas vezes “[...] para a mesma representação” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 382).

Como sabemos que podemos fazer isso e aquilo? (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 388). Este saber não tem nada de misterioso, pois é técnica gramatical. Ela é aprendida por nós, é cultural, ou, como diz Wittgenstein, aquilo que acontece no interior só tem significado no fluxo da vida (WITTGENSTEIN, 1996, § 31). Reconhecer, por exemplo, é capacidade, e elas se desenvolvem como habilidades gramaticais – “a imagem da representação é a imagem que é descrita quando alguém descreve a sua representação” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 367).

Wittgenstein, no § 365 das **IF**, pergunta se o jogo praticado por Adelaide e o Bispo¹⁶, no drama de Goethe, é uma partida real. Ou melhor, eles estão jogando ou representando? Pergunta Wittgenstein se esta partida de xadrez teve um começo? Ele quer fazer entender que estas perguntas no jogo do teatro, no jogo

¹⁶ A referência de Wittgenstein à Adelaide e ao Bispo pode mostrar que ele conhece a história do xadrez. Pois, quando o xadrez foi trazido à Europa este sofreu uma mudança em duas de suas peças; o jogo de xadrez chegou na Espanha sob a “forma oriental”, porém sendo a Espanha cristã e imperial, mudaram-se duas das peças do jogo, isto é, o “Ministro” deu lugar para a “Rainha” (Adelaide – mulher influente no reinado de Otto I) e o “Elefante” cede espaço para o “Bispo” (pessoa da Igreja bastante dominante no ocidente medieval). Esse estudo se encontra na obra de David SHENK na obra *O jogo imortal* (cf. SHENK, 2007, pp. 73-83). Shenk ainda diz que Wittgenstein era um homem profundamente “fascinado” pelo jogo de xadrez e que este lhe serviu de modelo para estudar outros sistemas abstratos – linguagem e matemática – (SHENK, 2007, pp. 183-184).

representação, são irrelevantes. O jogo do xadrez é diferente do jogo da representação. No jogo da representação deve ser executada a prática da simulação e não as regras do jogo do xadrez. Portanto, aquilo que é real ou que é ficção é decidido na linguagem (cf. HEBECHE, 2003, p. 419).

Enfim, ao invés de falar em representação, Hebeche propõe a noção de apresentabilidade (cf. HEBECHE, 2003, p. 420). Nas palavras do próprio Wittgenstein:

ao invés de “representabilidade” pode-se dizer aqui também: apresentabilidade em um determinado meio de apresentação. E de uma tal apresentação, todavia, pode um caminho seguro conduzir para um outro emprego. Por outro lado, uma representação pode nos importunar e não servir para nada (WITTGENSTEIN, 2005a, § 397).

Exteriorizar algo interno é apresentar gramaticalmente, por meio de jogos de linguagem, algo próprio de nossas formas de vida. Portanto, apresentar tem toda uma gramática. A representação deixa o nível epistemológico da mente que conhece e é conduzida para o uso cotidiano.

4.5 O JOGO DO REPRESENTAR EXIGE DOMÍNIO DE CERTAS REGRAS

O jogo de linguagem, para ser executado com sucesso, exige domínio das normas que estão assentadas sobre comportamentos culturais de determinado grupo. Portanto, o representar, como jogo de linguagem, é jogo que, como qualquer outro jogo, depende de fazer sentido em certo contexto. Pois cada fluxo de vida tem suas formas próprias, sempre contextualizadas, de se apresentar. Devemos ter em conta que toda forma de vida tem suas representações que as identificam enquanto grupo social e cultural. Tais representações descrevem aspectos circunstanciais, porém próprios àquele grupo.

Para Wittgenstein a palavra isolada não representa nada, porque ela depende do jogo em que está sendo usada, isto é, “assim como podemos jogar diferentes jogos com bola também podemos jogar diferentes jogos com uma palavra” (LAMPREIA, 1992, p. 326). Portanto, o signo só irá representar alguma coisa quando inserido no jogo da representação e, não devemos esquecer que há signos para os quais não há nada na realidade para os denotar. Para Wittgenstein, a

representação, por ser contextual e parte constituinte da gramática, está preñe de mitologias (cf. LAMPREIA, 1992, p. 321); ou seja, a representação, como atividade gramatical, repousa sobre hábitos, costumes, culturas, folclores, lendas, tradições, fábulas, histórias. Todos esses elementos e muitos outros são constituintes de nossas formas de vida. Portanto, a representação é irreduzível a esquemas atômicos como expressão de processos mentais.

Wittgenstein entende que, por não fazermos distinção das proposições empíricas das proposições gramaticais, não sabemos que a palavra pode ser usada para representar, pois a palavra não está sempre representando alguma coisa. Para representar, ela tem que ser usada em jogo da representação. Por exemplo, a proposição que não representa é a proposição empírica, ela indica experiências e objetos com os quais se podem lidar. Enquanto a proposição gramatical pode representar sempre que o contexto exigir tal atividade. Lampreia nos lembra que, para Wittgenstein, “o que distingue uma proposição empírica de uma gramatical não é a sua forma, mas o seu uso” (LAMPREIA, 1992, 322).

Assim, percebemos que quando empregamos um termo como “mesa”, podemos usá-lo no modo empírico ou no gramatical. Quando dizemos a alguém “puxe esta mesa para cá”, estamos usando uma proposição empírica e, portanto, não há necessidade de representação; pois, a pessoa que escuta a ordem não representa nada para cumprir essa ordem, ela simplesmente interage no jogo de linguagem executado. E quando na sala de aula, por exemplo, a professora, ao ensinar o significado de mesa, mostra que esta é um móvel usado para fazer refeições, neste exemplo, tem-se uma proposição gramatical. Percebemos que a compreensão desta proposição também não exige representação. Portanto, nas proposições não há necessidade de nenhuma representação mental imanente. As proposições indicam seu significado por estarem inseridas em sistemas linguísticos.

Também no jogo do representar, as proposições empíricas não necessitam de imagem para representar, porém as gramaticais podem representar. Por exemplo, uma professora, ao explicar o sentido de um termo, pode representar a imagem que corresponde ao objeto para facilitar a compreensão do significado. Mas se ela pedir que seus alunos representem ou desenhem o que eles compreenderam com sua explicação, os alunos representarão cada um a seu modo.

O que pode levar a engano e às tentativas de substancializar a linguagem é achar que o ato do representar exhibe nele próprio o que a linguagem afigura sob a forma lógica, para qualquer sentença significativa. Wittgenstein desmonta essa noção substancialista e essencialista da linguagem, apresentando que há usos diferentes para o ato de representar, portanto, dependendo do contexto, seu significado será diferente. Não há forma comum a todos os jogos de linguagem que seria dada pela representação mental do significado figurada pela proposição. Quando alguém ordena, não pede que alguém represente um estado de coisa.

Trata-se de dominar técnicas constituídas na e pela linguagem. É a “gramática que estabelece os limites do sentido e não a realidade. A harmonia entre linguagem e realidade nada mais é que uma convenção gramatical”. (LAMPREIA, 1992, p. 323). A linguagem é um tipo de comportamento humano, toda explicação de suas regras e normas precisa apenas que faça sentido para quem pede explicação: “o modo como ele ‘concebe’ a explicação se mostra no modo como ele faz uso das palavras explicadas” (WITTGENSTEIN, 2003, § 29). Quer dizer, o emprego das palavras é autoexplicativo, não há necessidade de passar pela concepção mental do significado, como se esse precisasse ficar pairando na mente.

Como a linguagem é parte essencial de todas as atividades, ela é algo trivial na vida do ser humano e, por permear todo o comportamento, toda a vida social, não percebemos que são suas conexões que estão em jogo, que é sobre um pano de fundo herdado geração após geração que a linguagem funciona. Nossas formas de vida simplesmente usam a linguagem. As conexões gramaticais, que repousam sobre as formas de vida, são descritas pela terapia gramatical, porque somente por meio de uma “visão sinótica” podemos apresentar os pontos conectivos da rede linguística. O holismo evita a fundamentação substancial e/ou essencial. Glock explica que somos levados por desejo de generalidade

Que nos inclina a adotar uma explicação uniforme para conceitos dominados por semelhança de família, tais como ‘proposição’ [...], a tendência de tentar ir sempre mais fundo ou de buscar uma realidade por detrás do fenômeno, sem reconhecer o momento de parar (1998, p. 376).

Para controlar o desejo de generalizar, para não cair nas tentações metafísicas a que as estruturas gramaticais podem atrair, Wittgenstein adota a visão sinótica:

Daí a importância de encontrar e inventar casos intermediários. O conceito de representação perspicua tem, para nós, importância fundamental. Designa nossa forma de representação, o modo como vemos as coisas (GLOCK, 1998, p. 375).

Quando não percebemos as conexões dos jogos de linguagem é porque estamos buscando explicar a palavra, em vez de descrever o uso da palavra. No § 116 da **Gramática Filosófica**, Wittgenstein diz que a familiaridade do comportamento linguístico faz com que seu agente se sinta à vontade com os sistemas de linguagem:

portanto, a multiplicidade da familiaridade [...] é a de sentir-me à vontade com o que vejo. [...] Ninguém dirá que todas as vezes que entro em um quarto, há muito um ambiente que me é familiar, é decretado um reconhecimento de tudo o que vejo e que vi centenas de vezes antes (2003, § 116).

Essa familiaridade com a linguagem esconde a percepção das conexões gramaticais ou impede que tenhamos visão sinóptica dos usos das palavras a partir de seus contextos. Então, é na familiaridade com a linguagem que a atividade gramatical pode confundir exceção com regra ou regra com exceção, o que gera perplexidades gramaticais. Diz Wittgenstein: se o que é regra se tornasse exceção e o que é exceção, regra, ou se as duas se tornassem fenômenos de frequência mais ou menos igual, então nossos jogos de linguagem normais perderiam seu sentido (cf. WITTGENSTEIN, 2005a § 142).

O contexto como lugar do sentido, e levar em conta a normatividade gramatical, leva à compreensão de que a linguagem não revela a ordem geral, mas que há uma ordem na linguagem e desta forma ela está bem, assim como está.

4.6 AS GRAMÁTICAS DO COMPREENDER E DO REPRESENTAR

No § 150 das **IF**, Wittgenstein afirma que há parentesco entre as gramáticas das palavras saber, poder, ser capaz e compreender. O saber é o domínio das normas de qualquer jogo. Este saber é semelhante à gramática da capacidade, pois se eu sei jogar quer dizer que sou capaz de executar o jogo.

Uma das características da capacidade é sua natureza condicional, ou seja, eu sou capaz de fazer alguma coisa se dominar ou se souber as regras. Assim, sou

capaz de executar um jogo se souber aplicar suas técnicas concordadas por determinada forma de vida. Para Wittgenstein o saber condicional é muito próximo ao compreender. Assim, o compreender é semelhante àquela capacidade. Portanto, o ato de compreender também é de natureza condicional (cf. VOLTOLINI, 2006, p. 64).

Compreender e capacidade são atividades afins, mas não diretamente aparentados. Elas são próximas pela familiaridade com a gramática do saber. Isto indica que ter capacidade e compreender se assemelham, ainda que de modo indireto. A diferença entre elas é que compreender é de fato padronizar a técnica, coisa que capacidade não é (cf. VOLTOLINI, 2006, p. 64). Wittgenstein diz, no § 154 das **IF**, que

no sentido em que há para a compreensão processos característicos (também processos psíquicos), a compreensão não é um processo psíquico. (Diminuir e aumentar uma sensação de dor, ouvir uma melodia, ouvir uma frase: processos psíquicos)” (WITTGENSTEIN, 2005a, § 154).

Para Wittgenstein, compreender é mais que uma capacidade. Portanto, é preciso entender que, quando o compreender é qualificado como capacidade de alguma coisa, não se deve vê-lo somente como manifestável (condicional), mas devemos observá-lo como manifestado (prática). Então, a atividade do compreender envolve um comportamento que não é somente virtual, mas é também efetivo. Voltolini diz que a gramática do compreender envolve a capacidade de fazer algo que é também habilidade para algo (cf. VOLTOLINI, 2006, p. 64). Ou seja, o compreender é próximo à gramática da capacidade e também à gramática da habilidade.

Diz Wittgenstein:

tente uma vez não pensar na compreensão como ‘processo psíquico’! – É que este é o modo de falar que o confunde. Mas pergunte-se: em que caso, em que circunstâncias, dizemos ‘agora sei continuar’? quero dizer, quando a fórmula me ocorreu (WITTGENSTEIN, 2005a, § 154).

A capacidade e a habilidade de uso da linguagem caminham juntas, ou seja, para Voltolini, a existência da manifestação da disposição não é condição necessária da existência da própria disposição. Condição necessária (e suficiente) da disposição, de fato, será a ocorrência do estado estrutural (características físicas e biológicas) do objeto que possua tais disposições (cf. VOLTOLINI, 2006, p. 65).

Para usar a linguagem, não basta o indivíduo ter aparato fonador, pois ele deve estar inserido na práxis social. Esta práxis lhe ensinará técnicas ou habilidades de usos da linguagem, desenvolvendo, assim, o comportamento gramatical. A habilidade da compreensão quer dizer que, para alguém demonstrar que compreendeu alguma coisa, ele precisa manifestar sua compreensão agindo de acordo com os critérios gramaticais. Neste tipo de análise estão também outras atividades ditas psíquicas: crença, esperar, sentir, pensar, vale dizer, os estados chamados intencionais (cf. VOLTOLINI, 2006, p. 67).

Neste estudo, a gramática do representar é comparada ou aproximada da gramática do compreender, porque entendemos que haja semelhança de família entre elas. Vendo as semelhanças entre elas, podemos entender melhor a atividade gramatical do representar. Desta forma, ao analisar a gramática do representar, vemos que ela é manifestação da capacidade e da habilidade, concomitantemente, assim, como é a atividade da compreensão. Não há antes uma habilidade e depois uma capacidade ou vice-versa, ambas acontecem simultaneamente. Portanto, representar demanda contexto (capacidade), o qual fornece técnicas (habilidades) para sua execução com sucesso.

O jogo do representar descreve como um grupo usa certa imagem, tal ou tal aspecto. Deter-se no uso linguístico contextual consiste em dissolver as ficções gramaticais. Assim, representar não é processo mental que afigure estado de coisas da realidade, não há o interno, o mental de um lado e, de outro, o externo, os fatos. A linguagem faz mais que figurar estado de coisas, sua função não é apenas a ostensiva. Sempre que não se atentar às conexões gramaticais, geram-se dualismos. Diz Lampreia:

no estudo do desenvolvimento cognitivo permanece, assim, tanto nas posições cognivistas quanto nas anti-mentalistas, o dualismo sob a forma de uma série de dicotomias tais como: o interno x o externo, o sujeito x o mundo externo, o inato x o adquirido, a aprendizagem x o desenvolvimento, o biológico x o social. O debate se dá sempre nestes termos; o que varia é o peso atribuído a um ou outro lado da polarização (LAMPREIA, 1992, p. 311).

Ao analisar a atividade da representação, Wittgenstein se atém ao uso ou à práxis linguística. Basta ver as conexões do jogo.

Wittgenstein, no § 81 das **IF**, afirma:

em filosofia comparamos, frequentemente, o uso das palavras com jogos, com cálculos segundo regras fixas, mas não podemos dizer que quem usa a linguagem é obrigado a jogar tal jogo. – Se dizemos, porém, que nossa expressão linguística apenas se aproxima de tais, cálculos, com isto se está imediatamente à beira de um mal-entendido [...]. Mas tudo isso só pode aparecer em sua verdadeira luz, quando se adquiriu maior clareza acerca dos conceitos de compreender, de ter em mente e de pensar. Pois então tornar-se-á claro também o que nos pode induzir (ou me induziu) a pensar que quem profere uma proposição e a tem em mente, ou a compreende, com isso está operando um cálculo segundo determinadas regras (WITTGENSTEIN, 2005a, § 81).

A contingência dos jogos de linguagem indica que o representar, descreve ou apresenta aspectos das formas de vida, não tem nenhuma função essencial como se fosse capacidade interna da mente do sujeito pensante. Não há algo que poderia ser substância ou essência nas representações gramaticais. O representar ou está constituído em jogo de linguagem ou não tem significado. “Nada obriga, nenhuma necessidade natural nos obriga a fazer as representações que fazemos; quando as fazemos” (LAMPREIA, 1992, p. 312).

O representar é capacidade e habilidade gramatical motivada ou exigida pela circunstância, não é conteúdo mental, substancial. Temos habilidades para exteriorizar crenças, esperanças, sentimentos de dor, de alegria. Para Wittgenstein “[...] não (se) pode indicar nenhum limite” (2005, § 145) substancial para a exteriorização gramatical.

O mal-entendido do representacionismo consiste em pensar a linguagem formalizada em proposições e o mundo como estado de coisas e, entre eles se estabelece um paralelismo. A proposição vista como fulcro de conhecimento é noção dissolvida pela terapia gramatical. O esquema fixo de “asserção/objeto” não é o único modo de significar. Podemos dizer, então, que a proposição não tem nada de misterioso.

As complicações linguísticas aparecem quando, de modo particular, desejamos determinar um uso de modo substancial ou de modo essencial para a proposição gramatical, principalmente pelo modelo da representação. Quando não há compreensão do emprego gramatical, começamos a explicação e não sabemos o momento de parar tal explicação (cf. WITTGENSTEIN, 1989, § 314). A tarefa do filósofo é compreender as conexões dos jogos que se dão a partir de um “pano de fundo que é herdado sobre o qual desenvolvemos nosso raciocínio científico e cotidiano” (GLOCK, 1998, p. 168).

A representação como propriedade transcendental ou ideal estruturando um modo privilegiado de conhecer o mundo, tese essa que caracteriza o representacionismo, é noção metafísica, que após a virada linguística, fica dissolvida. Temos apenas atividade linguística, própria de nossas formas de vida. As dificuldades conceituais se dissolvem quando percebemos que a ostensividade (asserção/objeto) é apenas preparação para os jogos de linguagem. As perplexidades desaparecem enquanto superamos a teorização para ver o uso gramatical. Grayling afirma que “Wittgenstein tem a intenção expressa de promover seu objetivo terapêutico contra o ‘erro’ da teorização” (GRAYLING, 2002, p. 57). A virada no modo de compreender a representação é possível porque Wittgenstein considera que os conceitos psicológicos estão ligados à complexa rede de relações, lógica ou gramatical e não são conceitos atômicos (cf. CARLI, 2003, p. 47).

Para Wittgenstein, a mente, por exemplo, não é substância nem estado do cérebro, ou seja, pelas **IF**, não é possível determinar o que é a mente. O que não significa que não haja processos mentais, e eles são comuns, fazem parte de nossa práxis. Importa, igualmente, ater-se às descrições de usos da palavra mente. Segundo Glock, “a incerteza ocasional de nossos juízos reflete uma indeterminabilidade em nossos conceitos, que se deve, por sua vez, à natureza complexa de nossa forma de vida” (Glock, 1998, p. 220). Para Wittgenstein, não tem sentido dizer que o cérebro pensa, assim como não tem sentido dizer que uma máquina pensa. Pois pensar é um comportamento humano. Segundo Glock,

na ideia de que os predicados mentais só podem ser atribuídos a organismo vivos, em particular a seres humanos, é incompatível com a visão de que é o cérebro que pensa, sente ou tem consciência, sendo também incompatível com o funcionalismo, a visão de que os estados mentais são estados funcionais de uma máquina (1998, p. 220).

A noção de que os processos mentais são absolutamente internos, subjetivos, é dissolvida descrevendo casos de emprego de compreender, ver como, pensar em algo do passado, representar uma imagem. Não existe algo que possa ser mostrado de modo hipostático à mente. Para Wittgenstein, fenômenos ditos mentais são dissolvidos pelos usos de jogos de linguagem. Isso não significa questionar os processos cerebrais e a capacidade de pensar, essas são proposições fulcrais “[...] que só poderiam ser abandonadas ao preço da desintegração de nosso sistema de crenças” (GLOCK, 1998, p. 222). Porém, quando se hipostasia a mente, supondo

que ela seja uma espécie de substância do sujeito pensante, deixando este conceito fora do contexto habitual de uso, a linguagem produz perplexidades. A terapia aplicada à noção de representação como atividade substancial tem duplo objetivo: dissolver o mentalismo e desfazer a concepção de que haja algo por detrás daquilo que se chama representação.

Para Wittgenstein o equívoco das concepções mentalistas consiste em exigir explicações causais que definam os ditos processos mentais (cf. CARLI, 2003, p. 51).

Wittgenstein não negou os estados mentais, como queria o comportamentalismo (cf. CARLI, 2003, p. 52), antes ele os analisou a partir do uso cotidiano. Por este motivo, Wittgenstein muitas vezes foi confundido como behaviorista. Glock, a esse respeito, afirma que temos dois pontos em Wittgenstein que o distinguem de um behaviorista:

em primeiro lugar, só faz sentido atribuir fenômenos mentais a criaturas capazes de manifestar a dimensão mental em seu comportamento. [...] Em segundo lugar, nossos termos mentais não teriam o significado que têm se não se vinculassem a critérios comportamentais (GLOCK, 1998, p. 90).

Wittgenstein, da mesma forma, dissolve a representação como processo mental, mas não a atividade gramatical de representar. Ele tira a palavra representar do uso metafísico e a leva de volta ao emprego cotidiano.

Wittgenstein, nas **IF**, oferece a possibilidade de analisar os processos mentais através da perspectiva da linguagem em seus múltiplos usos. Essa análise descreve as circunstâncias que ensejam o manifestar dos processos mentais (cf. CARLI, 2003, p. 52). A representação, passada pela terapia gramatical, não é mais substrato do pensamento. Para Wittgenstein, os processos mentais não podem ser negados, porém não faz sentido investigar sua natureza. Aquilo que se pode descrever da atividade mental é o uso que fazemos das palavras empregadas em tal comportamento linguístico. Buscar causas fisiológicas para os conceitos psicológicos é confundir uma gramática com a outra. Trata-se de fenômenos diferentes, onde não se encontra apoio em algo fisiológico, a tendência é supor algo incorpóreo:

o preconceito a favor do paralelismo psico-físico é resultado de interpretações primitivas dos nossos conceitos. Com efeito, se se admite uma causalidade entre fenômenos psicológicos que não seja mediada

fisiologicamente, pensa-se que se está a acreditar numa entidade gasosa (WITTGENSTEIN, 1989, § 611).

Ele também afirma que “é, pois, perfeitamente possível que determinados fenômenos psicológicos não possam investigar-se fisiologicamente, porque nada lhes corresponde no plano fisiológico” (WITTGENSTEIN, 1989, § 609). Wittgenstein evita todo tipo de reducionismo ao físico ou ao mental. Sua análise se volta para a linguagem, seus jogos, seu uso em contexto. A relação biunívoca entre linguagem e o mundo num esquema referência/objeto do **Tractatus** sofre uma modificação. Ele as coloca num plano relacional, ou seja, a linguagem está sobre um pano de fundo constituído pela nossa presença no mundo. Esta relação não pode ser determinada a priori, pode apenas ser descrita a partir do cotidiano.

Processos mentais têm sentido na linguagem, pois nossos comportamentos são linguísticos: ver não pode ser separado das variações na gramática do ver, assim também acontece com as intenções, os desejos, as crenças, as vontades. Compreender um enunciado é saber usar uma linguagem, isto é, compreender é executar uma técnica ou, em outras palavras, é participar de uma forma de vida. Representar entra em certos jogos de linguagem com significado que depende do uso.

Para terminar este capítulo, concluímos que, em Wittgenstein, a representação como fulcro do conhecimento não se sustenta, ou melhor, a representação enquanto afiguração de estado de coisas é dissolvida. Então, a representação, nas **IF**, é uma entre tantas atividades da linguagem ou uma das muitas funções da gramática. Portanto, ela terá sentido se estimulada ou empregada a partir do contexto. Se fizermos representações, nada nos obriga a fazê-las. E quando as fizermos, estas estarão assentadas sobre formas de vida e, assim, poderão descrever aspectos de cultura, mitos, folclore, hábitos, entre outros, de povos. Tudo isso de modo eventual, ou seja, a linguagem não está atrelada a fatos ou a objetos, pois ela é arbitrária e contingente em relação ao mundo. A função da proposição como afiguração é dissolvida, pois não há nada de especial, único ou misterioso na representação. Não podemos reduzir a linguagem apenas à função pictórica do mundo. O papel que a representação tinha na tradição filosófica, não levava em conta que significar é ato linguístico e designar é preparação para os sistemas gramaticais. A tradição filosófica não levava em conta, e nem era o caso de

levar em conta, que sem linguagem não há representação nem o jogo do representar. O conhecimento, a representação, o interno, o externo são palavras que, para significarem, devem estar inseridas em jogos de linguagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como nos propusemos, nesse trabalho desenvolvemos sistematicamente a crítica que Wittgenstein apresenta ao representacionismo; uma vez que se constatou que Wittgenstein faz a crítica, mas não a organiza didaticamente. Seus comentadores, quando se referem ao tema, apenas o fazem em forma de incisos. Então, para atingir este objetivo, apresentamos um estudo esquematizado da crítica de Wittgenstein ao representacionismo. Tal pesquisa se assentou sobre algumas críticas wittgensteinianas. São elas: à proposição entendida como atômica, enquanto figuração de estado de coisas; ao mentalismo, como processos mentais travestidos pela linguagem; ao internalismo e externalismo, enquanto teorias do conhecimento de cunho mentalistas; e à linguagem privada, por ela pretender dizer coisas de ordem interna ao indivíduo. Tais críticas são apresentadas a partir dos conceitos operatórios wittgensteinianos, que são os jogos de linguagem e as formas de vida.

Com esta pesquisa, observamos que o tema “crítica ao representacionismo” não está estampado nas críticas de Wittgenstein; pois ele, ao voltar à filosofia, não apresenta uma crítica elaborada ao representacionismo, apenas o dissolve. Entendemos que esta “omissão” em apresentar uma teoria crítica, em Wittgenstein, é intencional, pois, nas **IF**, ele postula que as explicações devem ser evitadas para que as descrições ocupem suas atividades. Na introdução das **IF** ele afirma que seu objetivo não é apresentar fotografias nítidas, mas apenas um esboço ou um álbum delas, por exemplo, Wittgenstein, não diz o que é a gramática, mas descreve sua atividade a partir de diversos contextos e a partir destes, diz ele, sempre surgem novas imagens. Portanto, a representação, enquanto tema filosófico, não é o objeto central em seu trabalho de elucidação da lógica. Sendo assim, este estudo tem como objetivo sistematizar a crítica wittgensteiniana ao representacionismo, contida na atividade filosófica do pós **Tractatus** até as **IF**, apoiando-se também em seus comentadores.

Wittgenstein, já no **Tractatus**, recusa a noção da epistemologia tradicional, ao mostrar que é na proposição que a realidade está representada de modo lógico. Assim, não são métodos, ditos em teorias do conhecimento, que vão representar corretamente o mundo. Para Wittgenstein do **Tractatus**, é a linguagem que o

representa, porque ela é seu limite. Numa segunda fase de sua atividade filosófica, ao reavaliar suas teses, ao longo das **IF**, Wittgenstein coloca em xeque a noção da proposição, como capacidade da linguagem afigurar logicamente o mundo em ato de pensamento. Portanto, nas **IF**, compreendendo que a linguagem é constituída pela abundância de jogos de linguagem, metaforicamente comparada à rede gramatical, o pensamento é visto como capacidade e habilidade linguística, ou seja, o pensamento só é possível na linguagem, pois ela lhe constitui critérios e, assim, pode ser exteriorizado, porque é um tipo de comportamento gramatical. Nas **IF**, qualquer explicação que busque mostrar que a função da proposição é representar o mundo e que, portanto, ela é o fulcro do pensamento, enquanto afigura estado de coisas da realidade, fica definitivamente descartada porque é dissolvida.

Na tradição filosófica, os processos mentais eram vistos como atividades enigmáticas e ocultas, pois toda explicação dada sobre alguma atividade mental deixava alguma coisa na expectativa de vir a ser descoberto depois, por exemplo, a questão do tempo, em Santo Agostinho (cf. WITTGENSTEIN, 2005a, § 89). Wittgenstein percebe que não há enigmas no ato de pensar, pois esta ação é atividade linguística. Desta forma, ter pensamento é comportamento de pensar e, portanto, é possível descrever os empregos da palavra pensar. Assim, na crítica ao mentalismo, constata-se a crítica ao representacionismo. Wittgenstein dissolve a tradição filosófica e dissolve também sua própria posição no **Tractatus**.

No **Tractatus**, a figuração lógica pode afigurar o mundo (cf. WITTGENSTEIN, 2008, § 2.19), pois a figuração tem em comum com a realidade a forma lógica e esta é representada na proposição. A linguagem é o espaço lógico no qual o pensamento representa fatos do mundo, sendo que o pensamento, para Wittgenstein do **Tractatus**, é a proposição com sentido (cf. WITTGENSTEIN, 2008, § 4). Ainda, na concordância ou discordância de seu sentido com a realidade consiste em sua verdade ou sua falsidade (cf. WITTGENSTEIN, 2008, § 2.222). A proposição como representação exata de fatos, nas **IF**, é dissolvida. Ela, a partir de então, passa a ser compreendida como um lance no sistema gramatical; desta forma, a proposição é reabsorvida pela noção dos jogos de linguagem. Wittgenstein, nas **IF**, descreve que a representação, como função única da proposição, é atividade absurda, porque quer mostrar substâncias e essências do mundo. Passada pelo crivo da terapia gramatical, a proposição, como lance do sistema de linguagem, descreve

comportamentos linguísticos e a representação, a partir de então, é vista apenas como uma das muitas funções da linguagem. Não existe a forma lógica ou a essência comum entre linguagem e mundo para ser representada na proposição. Wittgenstein, criticando o atomismo proposicional, entende que a linguagem tem muitas funções, as quais são usadas a partir das exigências contextuais. Portanto, na crítica wittgensteiniana, compreende-se que a linguagem não pode ser reduzida a proposições elementares. Essa crítica apresenta em parte a crítica ao representacionismo, ou seja, para Wittgenstein o ato de referência/objeto como função única da linguagem é absurdo.

Na linguagem, não se encontra nada que garanta que ela afigure estado de coisas, pois nela nada há de necessário e de essencial; a gramática é contingencial e circunstancial e, como tal, toda vez que o contexto exigir representação ela se apresentará em imagens diferentes, todas de acordo com a circunstância. Ainda, a linguagem é arbitrária, porque sua constituição normativa está assentada sobre comportamentos sociais e estes não podem ser pré-determinados exhaustivamente. Para que as palavras possam ser significadas elas devem estar inseridas em jogos de linguagem. Então, a proposição, tendo-se em conta os sistemas de linguagem, pode possuir vários empregos, apresentando, assim, vários significados. A função pictórica, que tinha no **Tractatus**, é dissolvida nas **IF**, como álbum de críticas ao representacionismo; assim esta obra pode ser vista. Está demonstrado que não existe proposição que sirva como espaço lógico afigurando algo comum entre a linguagem e o mundo. A representação, que era função da proposição, é reconduzida ao cotidiano e, de lá ela, será significada a partir de contextos, quando for o caso.

As determinações na linguagem são graduais, pois são significadas a partir das circunstâncias; portanto, não há proposição elementar que represente fatos do mundo e, se ela existisse, então, seria o beco sem saída para questões linguísticas que não se enquadram na estrutura asserção/objeto. Wittgenstein, nas **IF**, mostrou que há vários tipos de proposições ou de palavras que não afiguram nada, por exemplo, “aqui”, “ali”, “tipo”, “isto”. A proposição serve para nomear algo em certo tipo de jogo, ou seja, o nome depende do jogo para descrever, para explicar, para representar. Fora do jogo, o nome não tem sentido, pois não exerceria nenhuma função. A linguagem, no **Tractatus**, enquanto afiguração, é o limite do mundo, e nas

IF, por ser descritiva, ela coabita com o mundo sem ter nada em comum com ele. Desta forma, a atividade da gramática não representa nada a não ser quando exigida pelo contexto que requeira tal atividade representativa. Em Wittgenstein, a palavra “pensamento” não reflete, não projeta e nem pensa o mundo, com esta palavra a gramática apenas descreve aspectos de fluxos de vida.

Sabe-se que, no começo do século XVI, há uma ruptura entre a tradição lógica escolástica e os filósofos envolvidos com o desenvolvimento da ciência de então. Os filósofos do renascimento mostram a mudança na questão da reflexão filosófica, eles abandonam a reflexão escolástica para buscar teorias ou métodos de conhecimento que representassem o mundo de maneira correta. Nesta mudança de ótica, o centro da reflexão deixa de ser teocêntrico para se apresentar como antropocêntrico. Ainda se busca um centro universal e essencialista. Os considerados pais dessa “reviravolta” na reflexão filosófica são Descartes e Locke. O primeiro buscava ideias claras e distintas através da chamada “dúvida metódica” e o segundo queria mostrar como aparecem e se desenvolvem as ideias segundo a experiência. A partir de Descartes, encontra-se a concepção do interno e do externo; quando ele afirma que o ser humano é constituído de uma *res cogitans* e de uma *res extensa*. Diz Hacker que o dualismo de Descartes forneceu a agenda de trabalho para a filosofia por três séculos (cf. HACKER, 2000, p. 19). Descartes mostrou, em seu método, que a *res cogitans* tem primazia sobre a *res extensa*. As teorias que seguem esta linha de reflexão são as linhas de reflexão chamadas de internalistas. Porém, a partir do dualismo cartesiano, reedição do dualismo platônico, há outros filósofos que, com novos métodos, compreendem que a prioridade está na reflexão sobre os dados sensoriais e não em ideias inatas; as teorias que seguem esta linha de raciocínio são as chamadas linhas de reflexão chamadas de externalistas.

O internalismo e o externalismo, como pano de fundo para a teoria do conhecimento, permitia que as ideias fossem expressão do pensamento ou que elas seriam representações resultantes de processos mentais. Para alguns filósofos esse espelho, formatado em ideias, está voltado para o interno e, para outros filósofos, o espelho está voltado para fora. De outra forma, a discussão filosófica se desenvolve sobre o fato de que alguns afirmam que se representa internamente para depois exteriorizar por meio de crenças, teorias e opiniões. Esses são chamados internalistas, ou seja, são aqueles que postulam que as teorias, opiniões, crenças

são representações de nossas ideias internas, intrínsecas e inatas. Outros, como outro lado da moeda, dizem que primeiro se faz a experiência do fato para depois representá-lo em ideias, constituindo, assim, as teorias, as opiniões, as crenças; para eles, os processos mentais são espelhos das conexões que se tem com o mundo; esses são chamados externalistas. Os internalistas têm uma visão do conteúdo mental totalmente independente do mundo, já os externalistas sustentam que o conteúdo mental, segundo Thornton, está preso ao mundo não por descrições, mas por demonstrativos, por exemplo, este, aquele, isto, (cf. THORNTON, 2007, p. 187), ou seja, o conteúdo mental é constituído na conexão com o mundo.

A teoria do conhecimento, da filosofia tradicional, até então necessitava da representação para fazer a ponte entre o interno e o externo, para mostrar que a relação entre pensamento e mundo gera conhecimento e constitui conteúdo mental. Wittgenstein dispensa esse modelo, pois, para ele, não há processos mentais fora da linguagem. Sendo assim, tanto o interno e o externo são lances no jogo de linguagem próprio das formas de vida. Estes lances inseridos em sistemas de linguagem descrevem comportamentos gramaticais. Em nossas formas de vida, temos os chamados estados psicológicos, tidos como sentimentos internos (alegria, tristeza, angústia, ansiedade). E temos as sensações psicológicas, tidas como sentimentos externos (frio, calor, dor, umidade). Para descrever esta diferença de sentimentos a linguagem usa das palavras interno e externo. Serve também para descrever um dentro e um fora de uma garrafa, um dentro e um fora da água, e assim por diante. Dependendo do contexto o significado será diferente. Diz Hacker: “na verdade, nós nem sequer seríamos capazes de descrever o externo sem lançar mão da rica terminologia do interno” (HACKER, 2000, p. 49). Wittgenstein, por entender que expressões como interno e externo são metafóricas (cf. HACKER, 2000, p.46), dissolve o dualismo que usa o interno como o oculto do externo. Desta forma, em Wittgenstein, a teoria do conhecimento tradicional não tem sentido.

Em Wittgenstein, segundo Block, a linguagem privada não é “código pessoal”, nem “monólogo”, nem mesmo linguagem falada por uma só pessoa. A linguagem privada, por princípio, não pode ser ensinada, porque ela consiste em “experiências privadas imediatas” (BLOCK, 1998, p. 230) e, portanto, suas palavras só podem ser conhecidas por seu falante.

Segundo Grayling, a linguagem privada tem grande valia na tradição filosófica. Para os cartesianos, ela se afirma como meio que atesta o conhecimento direto de estados mentais, “o ponto de partida de Descartes é o ‘eu penso’ cujo reconhecimento garante o ‘eu existo’” (GRAYLING, 2002, p. 111). Para os empiristas é a experiência sensorial e a explicação sobre ela que oferece as bases para as crenças nas coisas externas e em outras atividades mentais. A teoria do conhecimento da tradição filosófica usa da linguagem privada para justificar os sentimentos, as crenças e as intenções, entre outras, tidas como representações de processos mentais. Wittgenstein, nas **IF**, critica esta concepção de linguagem. Ele, ao fazer entender a impossibilidade da linguagem privada, está afirmando que a linguagem pressupõe comunidade de falantes. Em Wittgenstein, a linguagem é essencialmente pública, porque está assentada sobre as formas de vida. A linguagem é constituída na concordância e no seguimento de regras, portanto ela é prática penetrada nos costumes, nas crenças, nos mitos de um grupo social, assim, ela é “essencialmente pública” (GRAYLING, 2002, p. 109). Ela se encontra sobre acordos realizados a partir de fluxos de vida. Compreende-se que a linguagem privada seja sem sentido. Se houvesse uso para ela, ele ficaria suspenso no ar e, portanto, não teria significado. A linguagem privada não tem normas, pois ninguém pode ordenar a si mesmo: “os ‘critérios subjetivos’, [...] não são critérios” (STEGMÜLLER, 2002, p. 493). A possibilidade da linguagem privada seria a possibilidade da regra privada; Wittgenstein, na Gramática Filosófica, afirma que “toda regra é geral” (WITTGENSTEIN, 2003, § 4) e, por isso, não existe regra privada. Para Stegmüller, a novidade de Wittgenstein não está no fato de ele ter rejeitado a concepção da tradição filosófica, mas por ter feito entender que a filosofia, até então, justificava-se na linguagem privada e que esta linguagem se apresentava como deficiente de lógica (cf. STEGMÜLLER, 2002, p. 491). Na linguagem privada, por faltar critérios, não há lógica e, por isso, não pode ser exteriorizada.

As críticas wittgensteinianas expõem que não existe essência ou natureza comum no comportamento humano. A linguagem, e também outras atividades comportamentais, são hábitos, costumes, crenças de grupos sociais. A gramática se apresenta como um dos comportamentos que constitui o quadro comportamental do ser humano. Por isso, tem sentido dizer que nossas formas de vida produzem

gramáticas. Os fluxos de vida sustentam tudo aquilo que fazemos, por exemplo, o modo de nos cumprimentarmos, de construirmos nossas casas, de como nos vestimos e também, então, no modo como falamos.

As críticas apresentadas ao longo da pesquisa são consideradas as mais importantes, porque é possível descrever a crítica ao representacionismo por elas, objetivo deste trabalho.

Desta forma, este trabalho mostrou que a representação, em Wittgenstein, não está na mente nem na proposição, como se acreditava até então na filosofia tradicional e na filosofia da linguagem. Para ele, nas **IF**, a representação é mais uma das muitas funções da linguagem; e, como tal, é usada quando os contextos exigirem representações. Em Wittgenstein a proposição não tem função de representar substâncias e essências do mundo. Nas **IF**, a linguagem não pode ser reduzida à função da representação como forma lógica de unir a figuração ao figurado. Pois a linguagem não representa, esta atividade tem sentido somente quando contextos exigirem tal emprego. Fora da linguagem assentada sobre contextos não há representação.

Este estudo conclui, então, que a crítica ao representacionismo possibilitou Wittgenstein realizar as críticas ao mentalismo, ao atomismo proposicional, à representação como afiguração, às teorias do conhecimento, à linguagem privada, entre outras críticas que podem ser lidas nas **IF**. Então: a crítica ao representacionismo perpassa todas as críticas apresentadas nas **IF**.

Ficou claro, nesta pesquisa, que a alavanca operatória, em Wittgenstein, para realizar a crítica ao representacionismo e, portanto, às demais críticas é o conceito de jogos de linguagem.

Este trabalho conclui que, em Wittgenstein, a representação, enquanto atividade mental, não existe. A representação é possível somente na linguagem e, por isso, precisa ser requisitada por contextos. Sendo assim, esta investigação atinge seu objetivo. Ela mostrou, de modo sistemático, uma possível crítica ao representacionismo lida em Wittgenstein. Acreditamos ter realizado nosso intuito, pois o objetivo foi alcançado e, desta forma, encerra-se o trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. L. A natureza do conhecimento após a virada lingüístico-pragmática. **Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 16 n.18, p. 103 – 137, jan./jun. 2004.
- ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- ARAÚJO, I. L. Por uma concepção Semântico-Pragmática da Linguagem. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 5, n. 8, março de 2007.
- ARAÚJO, I. L. Wittgenstein na ótica de Habermas e Giannotti. **Revista Episteme**. Porto Alegre, n. 22, p. 115 – 132, jul./dez. 2005.
- ARMENGAUD, F. **A pragmática**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BOUVERESSE, J. **Linguagem ordinária e filosofia**. Filosofia da linguagem. Coimbra: Livraria Almeida, 1973.
- BOUWSMA, O. K. **Conversas com Wittgenstein 1949-1951**. Organização e introdução de J.L. Craft e Ronald E. Hustwit. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2005.
- BOZZI, P. **Vedere come**. Commenti ai §§ 1-29 delle Osservazioni sulla filosofia della psicologia di Wittgenstein. Milano: Edizioni Angelo Guerini e Associati: 2002.
- CARLI, E. **Mente e azione**. Un'indagine nella filosofia analitica. Wittgenstein, Ascombe, von Wright, Davidson. Presentazioni de Santoro Nannini. Padova: Il Poligrafo, 2003.
- CHAUVIRÈ, C. **Wittgenstein**. Tradução de M. L. S. de A. Borges. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1991.
- CONDÉ, M. L. L. **As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2004.
- CONDÉ, M. L. L. **Wittgenstein – linguagem e mundo**. São Paulo: Annablume, 1998.
- DALL'AGNOL, D. **Ética e linguagem**. Uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC: São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
- DALL'AGNOL, D. **Wittgenstein no Brasil**. Coleção dirigida por Zeljko Loparic. São Paulo: Escuta, 2008.
- DEI, Fabio. **Usanze sinistre e profonde: Wittgenstein, Frazer e la magia**. Em <http://rmcisadu.let.uniroma1.it/glotto/archivio/mateirali_didattici/dei/Wittgenstein,%200Frazer%20e%20magia.pdf>. Acesso em 1 de abril de 2007.

EDMONDS, D. & EIDINOW, J. **O atizador de Wittgenstein**. A história de uma discussão de dez minutos entre dois grandes filósofos. Tradução de Pedro Jorsen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

FANN, T. **El concepto de filosofía en Wittgenstein**. Madrid: Tecnos, 1992.

FAUSTINO, S. **Wittgenstein: o eu e sua gramática**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

GRAYNLING, A. C. **Wittgenstein**. São Paulo: Loyola, 2002.

HACKER, P. M. S. **Wittgenstein**. Sobre a natureza humana. São Paulo: UNESP, 2000.

HEBECHE, L. **O conceito de imaginação em Wittgenstein**. Disponível em: <pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/nh/v5n2/v5n2a04.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2007.

HEBECHE, L. **“Não pense, veja!”** Sobre a noção de “semelhança de família” em Wittgenstein. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/veja.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. de 2007.

HINTIKKA, J e HINTIKKA, M. **Uma investigação sobre Wittgenstein**. Tradução E. A. Dobranszky. São Paulo: Papirus, 1994.

IMBERT, C. Entre Kant e Wittgenstein. In: NOVAES, A. (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KRIPKE, S. **Wittgenstein su regole e linguaggio privato**. Traduzione di Marco Santambrogio. Torino: Bollati Boringhieri editore s.r.l., 2000.

LAMPREIA, C. **A propostas anti-mentalistas**. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/8526601_92_cap_06.pdf>. Acessado em 25 de jul. de 2008.

MACHADO A. N. **Lógica e Forma de vida: Wittgenstein e a natureza da necessidade lógica e da filosofia**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.

MACHADO A. N. **Wittgenstein e o externalismo**. Disponível em: <http://www.an_machado.oi.com.br/externalismo.pdf>. Acessado em 1 de maio de 2007.

MARQUES, A. **O interior – linguagem e mente em Wittgenstein**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MEDINA, José. **Linguagem: conceitos-chave em filosofia**. Tradução J. R. da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MONK, R. **Wittgenstein: o dever do gênio**. Tradução C. A. Malferrari. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

MORENO, A. **Introdução a uma pragmática filosófica: de uma concepção de filosofia como atividade terapêutica a uma filosofia da linguagem**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2005.

- MORENO, A. **Wittgenstein: através das imagens**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1995.
- MORENO, A. **Wittgenstein: os labirintos da linguagem: ensaio introdutório**. São Paulo: Ed. Universidade de Campinas, 2000.
- OLIVEIRA, M. A. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- PEARS, D. **As idéias de Wittgenstein**. Tradução de A. Silveira da Mota e L. Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1973.
- PENCO, Carlo. **Introdução à filosofia da linguagem**. Tradução de Ephraim F. Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- PENIDO, T.L. **A função da analogia em Teologia Dogmática**. Tradução de Dinarte D. Passos. Petrópolis: Vozes, 1946.
- PONZIO, Augusto. **Fundamentos de filosofia da linguagem**/ Augusto Ponzio, Patrizia Calefato, Susan Petrilli; tradução de Ephraim, F. Alves. – Petrópolis, FJ: Vozes, 2007.
- PRADO NETO, B. **Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- PRADO NETO, B. **O Tempo nas Philosophische Bemerkungen**. Disponível em: <<http://www.filosofia.ufpr.br/public/pet04/bento.pdf>>. Acessado em 20 de maio de 2007.
- PUTNAM, Hilary. **A tripla corda: mente, corpo e mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- SÁDABA, Javier. Estúdio preliminar. In WITTGENSTEIN, L. **Últimos escritos sobre Filosofía de La Psicología**. Madrid: Tecnos, 2002.
- SAMPAIO, E. **O problema de seguir regras**. Disponível em: <<http://www.abstracta.pro.br/revista/Number2/v1n2a6sampaio.pdf>>. Acesso em: 19 de nov. de 2007.
- SCHMITZ, F. **Wittgenstein**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- SHENK, David. **O jogo imortal**. O que o xadrez nos revela sobre a guerra, a arte, a ciência e o cérebro humano. Tradução R. F. Valente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- STEGMÜLLER. **A Filosofia contemporânea: introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: E.P.U., 2002.
- THORNTON, T. **Wittgenstein: linguagem e pensamento**. São Paulo: Loyola, 2007.
- VOLTOLINI, A. Wittgenstein tra causalità e libertà. In: **L. WITTGENSTEIN: causa ed effetto**. Torino: Einaudi, 2006.

VOLTOLINI, A. **Guida alla lettura delle Ricerche Filosofiche di Wittgenstein**. 4 ed. Roma-Bari: Editori Laterza, 2006.

WITTGENSTEIN, L. **Anotações sobre as cores**. Tradução F. Nogueira e M. J. Freitas. Lisboa: Edições 70, 1987a.

WITTGENSTEIN, L. **Causa ed effeto**. Torino: Giulio Einaudi editore, 2006a.

WITTGENSTEIN, L. **Ciò di cui non si può parlare**. Il mondo è tutto ciò che resta dopo la mia morte. Di Paolo Bozzi e Bruno Cappola. Napoli: Guida Editore, 2006b.

WITTGENSTEIN, L. **Diari segreti**. A cura dei Fabrizio Funtòn e Introduzione di Aldo G. Gargani. Roma: Laterza, 1987b.

WITTGENSTEIN, L. **Fichas** (Zettel). Tradução de A. B. da Costa. Lisboa: Edições 70, 1989.

WITTGENSTEIN, L. **Gramática filosófica**. Tradução L. C. Borges. São Paulo: Loyola, 2003.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução de M. G. Montagnoli. Rio de Janeiro: Vozes, 2005a.

WITTGENSTEIN, L. **Lecciones de filosofía de la psicología 1946-1947**. Apuntes de P.T. Geach, K. J. Shah y A. C Jackson. Traducción castellana de I. Reguera y A. Alonso. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

WITTGENSTEIN, L. **Lezioni 1930-1932**. Dagli appunti di J. King e M. Lee. A cura di D. Lee. Edizione italiana a cura de A. G. Gargani. Milano: Adelphi Edizioni, 1995.

WITTGENSTEIN, L. **Lezioni e conversazioni sull'etica, l'estetica, la psicologia e la credenza religiosa**. 10 ed. Milano: Adelphi edizioni, 2005b.

WITTGENSTEIN, L. **Note sul "Ramo d'oro" di Frazer**. Traduzione di Sabina de Waal. Milano: Adelphi edizioni, 2000.

WITTGENSTEIN, L. **O livro azul**. Tradução de Jorge Mendes. Lisboa: Edições 70, 1992a.

WITTGENSTEIN, L. **O livro castanho**. Tradução de Jorge Marques. Lisboa: Edições 70, 1992b.

WITTGENSTEIN, L. **Observações Filosóficas**. Tradução de A. Sobral e M. S. Gonsalves. São Paulo: Loyola, 2005c.

WITTGENSTEIN, L. **Observações sobre o "Ramo de Ouro" de Fraser**. Disponível em:

<http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/adverbium/Vol2_2/observacoes_ramo_de_ouro.pdf>. Acessado em: 7 de set. de 2007.

WITTGENSTEIN, L. **Observações sobre a filosofia da psicologia – Vol. I e II/ L. Wittgenstein; tradução e revisão técnica Ricardo H. P. Machado. – Aparecida: Idéias & Letras, 2008.**

WITTGENSTEIN, L. **Ocasiones filosóficas 1912-1951**. Organizadores J. C. Klagge y A. Nordmann. Traducción de A. G. Rodríguez. Madrid: Ed. Catedra, 1997.

WITTGENSTEIN, L. **Pensieri diversi**, a cura de Wright G.H. con la collaborazione di NYMAN H. Edizione italiana a cura de RANCHETTI, M. Milano: Fabri Editori, 2001.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Tradução: Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

WITTGENSTEIN, L. **Últimos escritos sobre Filosofía de la Psicología**. Traducción de E. Fernandez, E. Hidalgo y P. Mantas. Madrid: Tecnos, 2002.

WITTGENSTEIN, L. **Últimos escritos sobre Filosofía de la Psicología**. Vol. II: Lo interno y lo Externo (1949-1951). Edición preparada por G. Von Wright y H. Nyman. Traducción de L. M. Valdés Villanueva. Madrid: Tecnos, 1996.

WRIGHT, G. **Ludwig Wittgenstein, pensieri diversi**. Milano: Fabbri Editori, 2001.

ZILLES, U. **Racional e o místico em Wittgenstein**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCSR, 1994.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTISSERI, Dario. **Filosofia analítica e semântica del linguaggio religioso**. Brescia: Queriniana, 1991.

AZIZE, R. L. **Os inícios da abertura pragmática de Wittgenstein**: o princípio do contexto. *Cognitio/Estudos: Rev. Elet. de Filosofia Centro de Estudos do Pragmatismo – Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, n. 1, 2004.

BORGES, V. **Ética e lógica no Tractatus de Wittgenstein**. Curitiba: Vicentina, 2008.

BOZZI, P. **“Vedere Come”**. Commenti ai §§ 1-29 delle Osservazioni sulla filosofia della psicologia di Wittgenstein. Milano: Edizioni Angelo Guerini, 1998.

CAMMINO, L. **Significato e divenire**. Wittgenstein e il problema delle regole. Perugia: Morlacchi Editore, 2003.

CANDIOTTO, C. (org.). **Mente, cognição, linguagem**. Curitiba: Champagnat, 2008.

CARNAP, R. **Autobiografia Intelectual**. Madrid: Tecnos, 1992.

CARVALHO, F. Z. F. **O fim da cadeia de razões**: Wittgenstein, crítico de Freud. São Paulo: Annablume, 2002.

DUFFY, B. **A guerra de Wittgenstein**. Tradução de D. Demasi. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

GARGANI, A. Scienza, filosofia e senso comune. In: WITTGENSTEIN, L. **Della Certezza**. Torino: Giulio Einaudi, 1999.

GARGANI, A. **Wittgenstein**. Tradução de C. Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1988.

GHIRALDELLI, P. **O que é pragmatismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

JOURDAN, C. **Seguir regras em Wittgenstein**. Disponível em: <<http://www.abstracta.pro.br/revista/Number2/v1n2a5jordan.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2008.

MANGANARO, P. **Wittgenstein e il dio inesprimibile**. Roma: Città Nuova Editrice, 1999.

MAUTARELLI, C. **Ética e società in Wittgenstein**. Una nota critica su Spati (2000), a cura di Wittgenstein politico. Disponível em: <http://www.univ.trieste.it/~etica/2001_2/pvaria.html>. Acessado em: 5 de maio de 2007.

MORDONES, J. M. **A vida do símbolo**. São Paulo: ed. Paulinas, 2006

ODIFREDDI, P. **Ludwig Wittgenstein**: Il guru e la mosca stregata. Disponível em: <<http://www.vialattea.net/odifreddi/bio/witt.htm>>. Acessado em: 21 de jun. de 2007

PEARS, D. **Il linguaggio nelle Ricerche Filosofiche di Wittgenstein**. Disponível em: <<http://www.emsf.rai.it/scripts/interviste.asp?d=44>>. Acesso em: 30 de abr. de 2007.

PEREZ, D. O. (org.). **Ensaio de filosofia e contemporânea: Maquiavel, Descartes, Kant, Nietzsche, Wittgenstein, Deleuze**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

PITITTO, R. **La fede come passione**. Ludwig Wittgenstein e la religione. Torino: San Pablo, 1997.

POGREBINSCHI, Thamy. **Será o neopragmatismo pragmatista?** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100008&script=sci_arttext>. Acesso em 8 de ago. de 2007.

PUTNAM, Hilary. **Wittgenstein e il pragmatismo**. Disponível em: <<http://www.emsf.rai.it/scripts/interviste.asp?d=450>> Acessado em: 1 de jan. de 2008.

RORTY, R. **Contingência, ironia e solidariedade**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins, 2007.

RORTY, R. **Conseqüências do pragmatismo: ensaios: 1972 – 1980**. Tradução J. Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 1982.

RORTY, R. **Wittgenstein e a Virada Lingüística**. Disponível em: <http://portal.filosofia.pro.br/fotos/File/rorty_virada.pdf>. Acessado em 2 de fev. de 2008.

SCHULTE, Joachim. **Coro e legge**. Wittgenstein e Il suo contesto. Traduzione italiana por Lucia Anna Petroni. Lecce: Pensa Multimedia, 2007.

SPANIOL, Werner. **Filosofia e método no segundo Wittgenstein**. Uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento. São Paulo: Loyola, 1989.

VALLE, B. **Wittgenstein: a forma do silêncio e a forma da palavra**. Curitiba: Champagnat, 2003.